

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**OS SENTIDOS CONSTRUÍDOS PARA O FILHO ÚNICO NA NARRATIVA DAS
FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS DE CLASSE MÉDIA E MÉDIA-ALTA EM BELO
HORIZONTE**

ANA CAROLINA MORICI

**Belo Horizonte
2007**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ANA CAROLINA MORICI

**OS SENTIDOS CONSTRUÍDOS PARA O FILHO ÚNICO
NA NARRATIVA DAS FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS DE CLASSE
MÉDIA E MÉDIA-ALTA EM BELO HORIZONTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Geras, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^a Dra. Maria Ignez Costa Moreira.

Belo Horizonte
2007

FICHA CATALOGRÁFICA
Elaborada pela Biblioteca da
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

M854s Morici, Ana Carolina
Os sentidos construídos para o filho único na narrativa das famílias contemporâneas de classe média e média-alta em Belo Horizonte / Ana Carolina Morici. Belo Horizonte, 2007.
132f.

Orientadora: Maria Ignez Costa Moreira
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
Bibliografia.

1. Filho único. 2. Família – Belo Horizonte. 3. Psicologia social. 4. Significação (Psicologia). I. Moreira, Maria Ignez Costa. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU: 301.151

Ana Carolina Morici

**OS SENTIDOS CONSTRUÍDOS PARA O FILHO ÚNICO NA NARRATIVA DAS
FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS DE CLASSE MÉDIA E MÉDIA-ALTA EM BELO
HORIZONTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, Belo Horizonte, agosto de 2007.

Professora Dra. Maria Ignez Costa Moreira (Orientadora) – PUC Minas

Professora Dra. Roberta Carvalho Romagnoli – PUC Minas

Professora Dra. Márcia Stengel – PUC Minas

Ao Sergio, que esperou e acompanhou
a busca do meu sonho pacientemente.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não foi uma construção somente minha. Fizeram parte dele as pessoas que me apoiaram e incentivaram. Por isto agradeço a Profa. Dra. Maria Ignez Costa Moreira, minha orientadora, por quem tenho uma enorme admiração profissional, pela competência e clareza nas orientações.

Ao meu marido Sergio que, com paciência e carinho, me acompanhou e incentivou em todas as fases desta dissertação, o que me foi imprescindível.

A minha mãe Selva e minhas irmãs Maria Célia e Selva, pela compreensão da minha ausência durante este trabalho e pelo apoio carinhoso.

À amiga Ana Maria Valle Rabello, pela apresentação das famílias entrevistadas e pelo entusiasmo com a minha dissertação, entusiasmo que me reanimava nos momentos difíceis.

A Denise e Marco Antônio, pela presença leve e divertida que me animou durante todo este período.

Às colegas do mestrado Maria Renata e Kátia, com quem passei agradáveis e divertidos momentos.

A Marília, da secretaria do mestrado, que com seu bom humor tornou tudo mais leve e fácil.

À Profa. Dra. Roberta Romagnoli, pelo acompanhamento carinhoso durante as aulas do mestrado, pelo incentivo e pela contribuição com o meu aprendizado.

À Profa. Dra. Jacqueline Moreira, pelo apoio e acréscimos aos meus conhecimentos durante este percurso.

À Profa. Eline Renó, pela contribuição teórica, pelo carinho e interesse com a minha pesquisa.

A Marilene Grandesso, minha colega do C.D.C. da ABRATEF por me esclarecer alguns aspectos de seu livro sobre o Construcionismo Social.

Agradeço em especial às famílias que me confiaram o que têm de mais precioso – a história de suas vidas. Retribuo com meu respeito e sigilo ético.

FILHO ÚNICO

Você me quer?
Você cuida de mim?
Mesmo que eu seja uma pessoa egoísta e ruim?

Você me aceita
E me dá a receita
De como conviver com um monstro mesquinho e careta?

Você me respeita
Não grita comigo
Mesmo que eu tente tudo pra te irritar

Você tem que entender
Que eu sou filho único
Que os filhos únicos são seres infelizes

Eu tento mudar
Eu tento provar que me importo com os outros
Mas é tudo mentira (tudo mentira)

Estou na mais completa solidão
Do ser que é amado e não ama
Me ajude a conhecer a verdade
A respeitar meus irmãos
E a amar quem me ama

(CAZUZA)

RESUMO

Esta dissertação se propôs a buscar, nas práticas narrativas das famílias contemporâneas de classes média e média-alta de Belo Horizonte, o sentido do filho único. Para tanto foi realizado um estudo exploratório com quatro famílias que têm filhos únicos na faixa etária de 14 a 17 anos. Para a realização do estudo de caso foram feitas entrevistas semi-estruturadas com os pais, as mães e os filhos, sempre individualmente. As entrevistas foram tratadas através da análise qualitativa do discurso, a partir das seguintes categorias produzidas *a priori*: “estereótipo de filho único”, “ser filho único”, “filho único”, “dividir”, “maternidade”, “paternidade”, “relação com o filho” e “educação”; e das seguintes categorias construídas *a posteriori*: “primos no papel de irmãos”, “irmão idealizado”, “desfocar a atenção”, “afeto exclusivo”, “individualização”, “ter somente um filho”, “filho único não estereotipado” e/ou “estereótipo de filho único”, “socialização” e “ciúmes”. Com o objetivo de contextualizar a temática do filho único na família contemporânea, foi feita uma breve revisão histórica da família brasileira, desde o século XIX até a atualidade, baseada em autores tais como: Costa (1983); Singly (1996; 2000; 2001); Kehl (2003); Rauter (1987); Vaitsmann (1994); Stengel (2004) e Samara (1996). Procurou-se destacar nesta breve revisão histórica as relações conjugais e o lugar que o filho tem ocupado ao longo do tempo nas famílias, considerando-se as transformações da família hierárquica para a família igualitária. O marco teórico utilizado para este trabalho foi o Construcionismo Social, a partir das autoras Spink (2000) e Grandesso (2000). Os resultados da pesquisa mostram que realmente existem estigmas sociais acerca dos filhos únicos, que os significam de forma reducionista, discriminada e generalizada. Entretanto, as famílias entrevistadas, apesar de trazerem estes estereótipos em seus repertórios interpretativos, pois carregam aspectos da cultura da qual fazem parte, os ressignificaram, construindo assim um novo sentido para seus filhos únicos, como sendo como os demais adolescentes de sua camada social que não são filhos únicos. As características de individualismo e egoísmo assinaladas no comportamento dos filhos únicos adolescentes pelos pais e mães entrevistados, bem como na narrativa dos próprios adolescentes quando estes declaram suas dificuldades em dividir atenção e bens materiais, de serem consumistas, de terem dificuldades em tolerar frustrações, parecem refletir a tônica da sociedade contemporânea estruturada em torno de

valores individualistas, e não são atribuídas como traços intrínsecos dos filhos únicos. Outra conclusão que esta dissertação aponta é a valorização das relações estabelecidas entre pais e filhos como um fator importante na construção dos sentidos para os filhos únicos e pais de filhos únicos. Finalmente, a opção pelo filho único parece responder a um ideal de proporcionar aos filhos a melhor educação, o acesso quase irrestrito aos bens culturais, simbólicos e materiais. Embora sejam pais de classe média e média-alta, este ideal impõe aos mesmos algumas restrições e exigências, o que torna difícil repetir esta prática com mais de um filho.

Palavras-chave: Filho único; Família; Construcionismo Social; Sentido e Ressignificado.

ABSTRACT

This dissertation intended to look for, in the narratives practices of the contemporary families of middle and high middle class of Belo Horizonte, the only son's sense. For that reason, an exploratory study was accomplished with four families that have only sons in the age group of 14 to 17 years. For the case study accomplishment, semi-structured interviews with the fathers, the mothers and the sons were made, always individually. The interviews were treated by the qualitative analysis of the speech, starting from the following categories firstly produced: "only son stereotype", "to be the only son", "only son", "to share", "maternity", "paternity", "relationship with the son" and "education"; and of the following lately built categories: "cousins in a role of brothers", "idealized brother", "not focus on the attention", "exclusive affection", "individualization", "to have only one son", "not stereotyped only son" and/or "only son stereotype", "socializing" and "jealousies". Objectifying the thematic contextualization of the only son in the contemporary family, a brief historical revision of the Brazilian family was made, since the century XIX to the present time, based on authors such as: Costa (1983); Singly (1996; 2000; 2001); Kehl (2003); Rauter (1987); Vaitsmann (1994); Stengel (2004) and Samara (1996). In this brief historical revision was tried to stand out the married relationships and the place that the son has been occupying along the time in the families, being considered the transformations from the hierarchical to the equalitarian family. The theoretical mark used for this work was the Social Constructionism, from the authors: Spink (2000) and Grandesso (2000). The research results show that social stigmas really exist concerning the only children, which signify them of reductionist way, discriminated and generalized. However, the interviewees families, in spite of bring these stereotypes in its interpretative repertoires, because they carry aspects of the culture they belong to, resignify building a new sense for its only sons, as being as the other adolescents of its social layer that are not only sons. The individualism and selfishness characteristics marked in the adolescent only sons' behavior by the fathers and mothers interviewed, as well as at the own adolescents' narrative when they declare its difficulties in sharing attention and material goods, of being consumists, of having difficulties in tolerating frustrations, they seem to reflect the tonic of the contemporary society structured around individualistic values, and it is not attributed as the only son's intrinsic lines. Another conclusion pointed by this

dissertation is the valorization of the relationships established between parents and sons as an important factor in the senses construction for the only sons and only sons' parents. Finally, the option of having an only son seems to answer to an ideal of providing the sons the best education, the almost unrestricted access to the cultural, symbolic and materials goods. Although they are middle class and high middle class parents, this ideal imposes them some restrictions and demands, which turns difficult to repeat this practice with more than a son.

Word-key: Only Son; Family; Social Constructionism; Sense and Resignify.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Identificação das famílias	74
QUADRO 2: Identificação dos filhos únicos	89
QUADRO 3: Identificação dos pais entrevistados	94
QUADRO 4: Identificação das mães entrevistadas	97
QUADRO 5: Dados de identificação da Família 1	117
QUADRO 6: Quadro de categorias da entrevista de Pedro – Pai da Família 1	118
QUADRO 7: Quadro de categorias da entrevista de Marília – Mãe da Família 1	119
QUADRO 8: Quadro de categorias da entrevista de Alice – Filha da Família 1	120
QUADRO 9: Dados de identificação da Família 2	121
QUADRO 10: Quadro de categorias da entrevista de Mércia – Mãe da Família 2	122
QUADRO 11: Quadro de categorias da entrevista de Adriana – Filha da Família 2	123
QUADRO 12: Dados de identificação da Família 3	124
QUADRO 13: Quadro de categorias da entrevista de Paulo – Pai da Família 3	125
QUADRO 14: Quadro de categorias da entrevista de Mara – Mãe da Família 3	126
QUADRO 15: Quadro de categorias da entrevista de Alexandre – Filho da Família 3	127
QUADRO 16: Dados de identificação da Família 4	128
QUADRO 17: Quadro de categorias da entrevista de Mirian – Mãe da Família 4	129
QUADRO 18: Quadro de categorias da entrevista de Antônio – Filho da Família 4	130

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. BREVE PERCURSO HISTÓRICO DA FAMÍLIA NO BRASIL: DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XXI.....	17
2.1. Família patriarcal.....	18
2.1.1. Intervenção higienista.....	21
2.1.2. Sobre os casamentos.....	24
2.2. Da modernidade à pós-modernidade – reflexos na identidade, no casamento e na família.....	27
2.3. Parentalidade	40
2.4. O filho único em dois estudos do campo da psicologia.....	44
3. PRÁTICAS DISCURSIVAS E PRODUÇÃO DE SENTIDO	51
3.1. Produção de Sentido x Construção do Significado	57
3.2. Práticas Discursivas	62
4. DISCUSSÃO METODOLÓGICA	71
4.1. Coleta de Dados.....	71
4.2. Procedimento	72
4.3. Descrição e Análise das Entrevistas	74
4.3.1. Família 1.....	75
4.3.1.1. História familiar.....	75
4.3.1.2. Análise conjunta da Família 1	75
4.3.2. Família 2.....	78
4.3.2.1. História familiar.....	78
4.3.2.2. Análise conjunta da Família 2	79
4.3.3. Família 3.....	81
4.3.3.1. História familiar.....	81
4.3.3.2. Análise conjunta da família 3.....	82
4.3.4. Família 4.....	85
4.3.4.1. História familiar.....	85
4.3.4.2. Análise conjunta da família 4.....	85
4.3.5. Análise conjunta das entrevistas dos filhos únicos.....	89
4.3.6. Análise conjunta dos pais das Famílias 1 e 3.....	94
4.3.7. Análise conjunta das mães das famílias 1, 2, 3 e 4.....	97
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS.....	108
APÊNDICE A. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	112
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.....	115
APÊNDICE C – QUADROS	117
ANEXO.....	131

1. INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar sobre os sentidos construídos pelas famílias contemporâneas para o filho único nasceu da minha experiência clínica nas cidades de Janaúba e Montes Claros, ambas localizadas no norte de Minas Gerais, onde morei e cliniquei entre 1988 e 2003. Neste período fui procurada diversas vezes no consultório por famílias compostas pelo casal e um único filho, em busca de orientação sobre a maneira mais adequada de educar este filho.

Na narrativa destes pais, observei e destaco alguns pontos em comum, tais como: o receio de que seus filhos apresentassem comportamento egocêntrico, por não terem que partilhar bens materiais com irmãos, assim como a atenção e o afeto dos pais. O sentido que estes pais dão ao termo “egocentrismo” é o sentido do senso comum, ou seja, o sentido de “egoísmo”, e não aquele proposto por Piaget (1996), que toma o egocentrismo como uma característica do pensamento da fase pré-operatória da criança.

No imaginário destes pais também existia a crença de que o comportamento dos filhos únicos é mais visível e visado, justamente por serem únicos e estarem mais expostos à observação das pessoas de seus relacionamentos sociais e da família extensa. Estes pais temiam receber críticas e serem censurados na medida em que o comportamento “egoísta” do filho único pudesse revelar suas supostas falhas no processo de sua educação, ou seja, o comportamento dos filhos revelaria os “erros” ou as “falhas” dos pais.

Relatavam suas angústias, ora por se cobrarem maior rigor na condução da educação de seus filhos, pois por vezes se achavam relapsos ou permissivos, ora por se acreditarem bastante rígidos, com alto grau de exigência e cobrança, justamente na tentativa de serem eficazes em sua educação.

Minuchin e Fishman (1990) propõe que dentro do sistema família existem vários subsistemas, destacando-se como de maior importância os subsistemas indivíduo, casal, pais, filhos e irmãos. Os subsistemas são demarcados por fronteiras, que são barreiras interpessoais invisíveis e têm como função delimitar estes subsistemas e regular a intensidade de contatos entre eles. A narrativa dos pais que atendi revelava a fragilidade ou até mesmo a inexistência de limites ou

fronteiras entre os subsistemas pais-filho, uma vez que os pais eram questionados constantemente pelos filhos ao tentar impor-lhes os limites da ordem, assim como seus valores.

Os pais prosseguiram falando da dificuldade de manter a hierarquia nas relações com seus filhos. Perguntavam-se se estas dificuldades ocorriam pelo fato de terem apenas um filho – supervalorizando-o, e por isto evitavam qualquer frustração que o exercício da autoridade pudesse acarretar. Entretanto, estes pais também observavam outras famílias com mais de um filho, com as quais conviviam, e que também tinham dificuldades semelhantes em impor limites aos filhos, o que os levava a concluir que, na sociedade contemporânea, as relações entre pais e filhos se pautam mais pela flexibilidade e pela fragmentação dos limites, do que pela postura hierárquica rígida. Com esta constatação, ficavam mais tranquilos.

Percebia ainda nas colocações destes pais o incômodo pelo excesso de exigências que tinham com seus filhos únicos em relação às boas maneiras e ao altruísmo. Parece que desejavam praticar uma educação diferenciada, que rompesse com o estigma de que “os filhos únicos são egocêntricos”. Este era um questionamento constante, pois mostravam-se preocupados com o rigor com o qual procuravam educar seus filhos, rigor este que não observavam em famílias de seu convívio que tinham mais de um filho.

Outro elemento dos conflitos vividos por estes pais estava relacionado às lembranças de sua própria experiência de filhos. Julgavam que entre os “erros” de seus pais estava o “excesso de autoritarismo”, que não queriam repetir com seus próprios filhos. Tinham dúvidas quanto ao significado da flexibilização de normas e limites na educação de seus filhos, se esta flexibilização significava reação à educação recebida de seus próprios pais ou se a escolha por uma boa educação.

Estes questionamentos trazidos por estes pais, que me procuraram na clínica ansiosos por respostas, foram transformados em algumas questões que são objeto desta dissertação de mestrado, tais como: como o filho único vê a si mesmo? E os pais destes filhos únicos, como se vêem e são vistos pelas pessoas de seu convívio? O que as famílias de filhos únicos priorizam em sua educação?

Esta dissertação pretende, ao buscar responder algumas questões nascidas na prática clínica, cooperar para a melhor compreensão das famílias contemporâneas, e colaborar para que os profissionais em psicologia possam acolher as diferenças entre os diversos modos de organização familiar. Pretende,

ainda mais especificamente, contribuir com um estudo das famílias contemporâneas que têm um único filho, e discutir as transformações dos contextos familiares que provocam novos modos de subjetivação de pais de filhos únicos.

As mudanças na composição das famílias no Brasil foram verificadas através do Censo Demográfico de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000), que permite constatar que o número de filhos por mulheres no Brasil como um todo está diminuindo. Em 1991, as mulheres sem instrução ou com menos de um ano de escolaridade tiveram 5,07 filhos e, no ano de 2000, tiveram 4,12. E no outro extremo da tabela, mulheres com 11 anos ou mais de escolaridade, em 1991 tiveram 1,73 filhos e no ano de 2000 tiveram 1,48 filhos. A diminuição do número de filhos por mulheres no Brasil é um dado que justifica a pesquisa sobre os novos sentidos construídos para o filho único, uma vez que esta realidade deixa paulatinamente de ser exceção para tornar-se uma realidade corriqueira.

Vivemos em uma sociedade competitiva, onde o individualismo e o hedonismo são incentivados. Dumont (2000) considera que a sociedade moderna toma o indivíduo como valor. Em torno do indivíduo, considerado como unidade básica da sociedade, afirmam-se três princípios, a saber: o da liberdade, em que o indivíduo está livre de vínculos obrigatórios com a coletividade em que vive, o que implica o direito individual de escolha, a liberdade de ação e participação; o princípio da igualdade, tanto do ponto de vista ontológico quanto legal, ou seja, todo indivíduo é considerado igual a todos os outros seres humanos, independentemente de sua origem, da classe social, da idade e do sexo. E finalmente, o princípio da consciência, em que o indivíduo tem razão própria e emoções singulares.

A marca contemporânea do individualismo é um dos elementos para a diminuição do tamanho das famílias que, como propõe Singly (1996; 2000), também se individualizam, ou seja, valorizam o indivíduo. Nesta lógica, diferentemente das sociedades tradicionais, não é o indivíduo que se dedica ao bem-estar do grupo familiar, mas ao contrário, é o grupo familiar que se dedica ao bem-estar do indivíduo. Neste sentido, nas famílias da contemporaneidade, em que as crianças e os jovens têm ocupado um lugar de centralidade, esta lógica também contribui para a diminuição do número de filhos por casal.

O primado do individualismo encontra na pós-modernidade outros elementos, tais como a ruptura da estabilidade, a aceitação da descontinuidade e do caótico e as relações descartáveis. É uma cultura imagética, onde o que prevalece é a

aparência. Vaitsman (1994), comentando Baudrillard, ressalta que a pós-modernidade é marcada pela imagem, pela diversidade, pela pluralidade, pela espontaneidade no lugar da razão.

A fragmentação de valores e a ausência de modelos fixos têm trazido dificuldades aos pais. O que observei na fala dos pais que me procuraram na clínica foi um nível elevado de ansiedade e angústia. Procuravam no saber da psicologia algumas certezas com as quais pudessem encontrar respostas prontas para as suas questões e, de outro lado, apaziguar seus sentimentos de culpa e fracasso diante da tarefa de educar seus filhos. Parece que os pais, ao tentar não repetir um modelo hierárquico de família, marcado por práticas autoritárias, acabaram, como analisa Kehl (2003), por não exercer a responsabilidade que os adultos têm em relação às crianças e aos jovens. Esta autora propõe que nas relações entre pais e filhos não há a ausência do amor, mas sim da responsabilidade.

Embora em todas as épocas históricas tenha havido um modelo hegemônico de família, ele não era o único nem o ideal. Ao modelo hegemônico outros se contrapunham, de modo que o modelo único e ideal de família é imaginário. Kehl (2003) discute as várias configurações familiares existentes na contemporaneidade e o saudosismo que se tem do modelo de família burguesa oitocentista, que se mantinha às custas da opressão do senhor colonial sobre as mulheres e os filhos. Na contemporaneidade, perante os vários arranjos familiares existentes – famílias monoparentais, de casais homossexuais, famílias reconstituídas – há um sentimento, ressaltado por Kehl (2003), de desamparo:

O desamparo se faz sentir porque a família deixou de ser uma sólida instituição para se transformar num agrupamento circunstancial e precário, regido pela lei menos confiável entre os humanos: a lei dos afetos e dos impulsos sexuais. O mal estar vem da dívida que nos cobramos ao comparar a família que conseguimos improvisar com a família que nos ofereceram os nossos pais (KEHL, 2003, p.165).

Com estas reflexões, reforço que os pais de filhos únicos não estão sozinhos em suas inquietações e questionamentos, pois na contemporaneidade a fragmentação é uma constante, assim como a ausência de modelos estruturados.

A pesquisa foi realizada na cidade de Belo Horizonte. Foram entrevistados membros de cinco famílias – pai, mãe e filho(a) – da camada média e média-alta. Foi tomado como critério de definição da camada média ou média-alta a escolaridade

dos pais, que deveriam ter nível de instrução superior e atividade profissional compatível com sua formação. Os filhos(as) únicos(as) deveriam estar na faixa etária entre 14 e 17 anos, de ambos os sexos.

A intenção de pesquisar as famílias destas referidas classes sociais se deu pelo fato de serem nestas famílias que as mudanças de valores e comportamentos, segundo Stengel (2004), têm lugar privilegiado. Pode-se ainda dizer que estas famílias vivem mais genuinamente na pós-modernidade, com seus reflexos visíveis, ao passo que as famílias de classe social mais baixa ainda não estão totalmente inseridas nesta referida época, em termos de valores e comportamentos.

As famílias entrevistadas foram indicadas por pessoas do meu relacionamento profissional e acadêmico. No contato telefônico que fiz, esclareci que o tema a ser abordado seria a experiência de ser filho único ou de ser pai e mãe de filho(a) único(a).

Esta dissertação foi estruturada da seguinte forma:

No capítulo I, baseado em Costa (1983), descrevo a família em sua constituição e costumes, contextualizando-a em parte no período colonial. Avançando no tempo, descrevo as famílias moderna e pós-moderna, através de autores como Singly (1996, 2000, 2001), Kehl (2003), Rauter (1987), Vaitsmann (1994), Stengel (2004), Samara (1986). O eixo desta breve revisão histórica são as transformações das relações familiares. Ainda neste capítulo, faço o Estado da Arte sobre o filho único, apoiando-me em um Estudo de Caso de Adrados (1966) e em uma pesquisa de Tavares; Fuchs e Diligenti (2004).

No capítulo II, busco em Spink (2000) o referencial teórico sobre as práticas discursivas e produção de sentido na perspectiva construcionista, no campo da Psicologia Social, e em Grandesso (2000), terapeuta familiar que parte do construcionismo social para a pesquisa da reconstrução do significado na prática clínica.

No capítulo III, descrevo os procedimentos metodológicos de coleta de dados e a análise das entrevistas, feitas com os filhos únicos e suas famílias.

Concluindo o trabalho, apresento minhas considerações finais.

2. BREVE PERCURSO HISTÓRICO DA FAMÍLIA NO BRASIL: DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XXI

O objetivo deste capítulo é o estudo de um breve percurso histórico da família brasileira, apresentando sua transformação do século XIX até os dias atuais. Inclui uma pequena parte do período colonial, mostrando a família patriarcal que daí se origina. Esta é atravessada pelo movimento dos médicos higienistas que introduzem uma nova mentalidade de família, na qual são encontrados traços dos ideais da modernidade. Este movimento pode ser considerado o marco inicial da influência e presença dos “especialistas” na educação dos filhos. Caminhando neste percurso, depara-se com a família pós-moderna atravessada pela mentalidade psi, fruto da popularização – ou vulgarização – da psicologia, onde a presença de especialistas é constante.

Nesta trajetória, é dado destaque à criação e educação dos filhos e aos lugares que estes ocupam dentro de suas famílias. Ressalto as transformações das relações hierárquicas em igualitárias entre pais e filhos ao longo deste tempo, e o posicionamento dos pais com relação a estas mudanças. São também enfocadas as transformações sócio-político-culturais ocorridas neste período, e seus reflexos no comportamento dos indivíduos como pais, bem como os papéis da mulher e do homem dentro do casamento. Desta forma o funcionamento, ou seja, a dinâmica familiar é explicitada.

Estudo a família sob duas perspectivas, como sugere Almeida (1987). Uma voltada mais à estrutura e à organização familiar, que se interessa pelo tamanho da família, e outra voltada mais aos valores éticos, padrões morais e “mentalidades”, ou seja, família enquanto idéia. Nessas duas leituras, uma da historiografia brasileira, outra da história das mentalidades, embora haja a polêmica se, de fato, a família patriarcal existia como modelo hegemônico ou não, concordo com Romagnoli (1996) quando esta coloca que a realidade empírica não é o primordial:

O fundamental é a realidade simbólica, construída, que atua reproduzindo e legitimando valores, formando padrões sociais morais que cercam a vida social, ou seja, não interessa a realidade como ela é, mas sim como ela é vivida. A família patriarcal, como construção simbólica, emerge como parâmetro de relações afetivas, hierárquicas, sexuais, de solidariedade etc., funcionando como critério de medida de valor para a vida familiar de toda

uma sociedade, independentemente de se concretamente abrangesse todos os estratos sociais (ROMAGNOLI, 1996, p. 48).

2.1. Família patriarcal

No século XIX, encontra-se a família patriarcal advinda do período colonial, onde a vida girava em torno da figura do patriarca, o senhor das terras nas quais as famílias viviam e de onde tiravam o próprio sustento. A economia que se estabeleceu foi de base agrária, tendo como características o latifúndio e uma sociedade escravocrata. Além disto, outros fatores como a descentralização administrativa, a *“concentração fundiária e a dispersão populacional provocaram a instalação de uma sociedade do tipo paternalista, onde as relações de caráter pessoal assumiram vital importância”* (SAMARA, 1986, p. 10).

A casa-grande era o centro das relações sociais, pois abrigava não só o núcleo familiar, composto pelo senhor patriarcal, sua esposa e seus filhos legítimos, como também pessoas ligadas pelo laço do parentesco e relações diversas com os proprietários. Desta forma, viviam em torno da família pessoas ligadas por relações de trabalho, serviçais, agregados, escravos, afilhados, filhos ilegítimos, amigos etc. Isto conferia poder ao senhor patriarcal, uma vez que esse era medido pelo número de pessoas que dele dependiam.

Este era o modelo de família rural brasileira. Porém Samara (1986), ao estudar as famílias do Sudeste que não estavam ligadas à agricultura canavieira do Nordeste, lembra que a composição da família paulista era numericamente menor que a deste modelo rural, restringindo-se de um a quatro membros. Logo, esse agrupamento não era amplo em extensão, como a família patriarcal. Além disso, a referida autora descreve ainda famílias de celibatários que viviam com seus filhos ilegítimos, dentre outros arranjos. Nessa constatação também é derrubado o raciocínio do modelo familiar dominante, em termos numéricos. Porém, nesse mesmo texto, ela ressalta a confusão de conceitos que advieram do estudo da família no Brasil, tais como o de família brasileira, que passou a ser tomado como família patriarcal, e ainda família patriarcal, que passou a ser tomada como sinônimo de família extensa. Sem dúvida esse é um campo polêmico nos estudos na história

do Brasil. Contudo, nesta pesquisa, o que interessa é para além da existência concreta hegemônica ou não do grupo, o uso da construção simbólica da família patriarcal, ou seja, a existência do grupo em nosso imaginário social, como modelo simbólico.

A concepção de família moderna era impossível de existir neste período em que a vida girava em torno da casa-grande, uma vez que, para que houvesse o sentimento de família dentro de tal concepção, era necessária uma separação entre o público e o privado, ou seja, um ambiente maior de privacidade e intimidade, o que era impossível dentro da estrutura de funcionamento da família patriarcal. “*O sentimento de família não se desenvolve quando a casa está muito aberta para o exterior: ela exige um mínimo de segredo*” (ARIÈS, 1981, p.164).

O lugar que os filhos ocupavam na família do Brasil Colônia, segundo Costa (1983), era uma posição quase instrumental, pois eram valorizados somente enquanto um elemento a serviço do poder do patriarca – o senhor dono das terras. Já este tinha uma posição privilegiada, pois monopolizava o interesse da prole e da mulher. A criança brasileira, até o século XIX, não era tratada como um ser frágil e merecedor de cuidados especiais.

Ainda neste período, assinala Freyre (1977), as formas de tratamento entre pais e filhos eram extremamente formais, sendo que os filhos deveriam chamar a seu pai de “senhor pai” e à mãe de “senhora mãe”, sendo somente permitido chamá-los de papai e mamãe na primeira infância. Este costume só foi extinto no século XIX.

A hierarquia familiar, portanto, era bem marcada, sendo que a autoridade do pai era inquestionável. Os castigos físicos aos filhos eram freqüentes, como espancamentos com vara de marmelo e uso de palmatórias. A forma de agir submissa dos filhos era o melhor meio de escapar da punição. O pai tinha o poder de colocar as filhas nos conventos e qualquer recurso legal procurado por parte dos filhos contra este autoritarismo era inútil, pois a justiça concedia ao pai o direito de castigar escravos, filhos e mulheres.

Os filhos bastardos não gozavam do mesmo *status* dos filhos legítimos, embora fossem muitas vezes considerados nos testamentos. “*(...) ficam alguns bastardos que não sei a verdade de quantos são meus*” (MACHADO *apud* COSTA, 1983, p. 154). Os filhos legítimos e primogênitos homens tinham privilégios em relação aos demais irmãos através do morgadio, regime sucessório de bens, um dos

aparatos legais que o proprietário e chefe de família usava para manter íntegra a sua propriedade. Desta forma, este primogênito seria o único herdeiro, reproduzindo os poderes do pai e tornando-se o novo déspota. A instituição do morgadio foi extinta somente no século XIX.

Desta forma, o pai proprietário do período colonial brasileiro se interessava somente pelo filho adulto, uma vez que este seria a garantia da continuidade de seu trabalho, pois iria herdar os seus bens, com a possibilidade de enriquecer a família.

O papel da criança dentro da família era secundário, sendo-lhe reservado escasso espaço físico e emocional. Sua existência era percebida negativamente, somente por oposição ao adulto. Não tinha nenhum conteúdo positivo a sua existência, sendo até considerada como um “adulto incompetente” (COSTA, 1983).

Enfim, todo o funcionamento do sistema familiar que foi herdado da Colônia era voltado para a satisfação e bem-estar dos adultos, e as crianças eram relegadas a segundo plano. O lugar que o filho ocupava na família nesta época é o menos privilegiado possível, sendo que todas as atenções são voltadas para o senhor patriarcal.

A família composta por um grande número de filhos está relacionada aos costumes da época, em que as mulheres casavam-se bastante jovens. Com a falta de recursos médicos, muitas delas morriam no parto, deixando filhos pequenos, o que habitualmente levava os viúvos a se casar novamente e ter mais filhos, levando à composição de uma família mais numerosa ainda. Havia também a necessidade de reposição da população, uma vez que o índice de mortalidade infantil era alto.

Nesta época, pensar em famílias constituídas por apenas um filho teria um sentido bastante diverso dos dias atuais. Estas dificultariam o projeto da Colônia que visava a construção social, econômica e política do Brasil, que necessitava de uma população maior para ocupar as regiões de núcleos habitacionais espaçados. Famílias com filho único eram incomuns nesta época e faziam suspeitar da virilidade dos homens e da capacidade reprodutiva das mulheres.

Pensar a transformação da família patriarcal, herança do período colonial, é também pensar o Movimento Higienista, devido à grande influência que teve sobre as famílias no que diz respeito aos costumes e valores.

2.1.1. Intervenção higienista

O Movimento Higienista chega ao Brasil no final do século XIX e início do século XX, tendo como ideal a saúde da população. Valorizava a saúde coletiva e individual, pois pregava que um povo educado e saudável é a principal riqueza de uma nação. Este movimento é de grande importância para os objetivos deste capítulo, pois dá maior visibilidade às transformações perante o sentimento de infância e às modificações dos lugares hierárquicos dentro da família.

Foi na família patriarcal que, no século XIX, os médicos higienistas começaram a intervir, construindo uma nova idéia de família. Os higienistas encontraram uma alta taxa de mortalidade infantil, e esta era uma grande preocupação. Costa (1983) assinala que no século XIX, entre 1845 e 1847, estes constataram que 51,9% das mortes eram de crianças e as causas eram devidas à imprudência dos adultos para com elas. Tem-se, como exemplo, o fato de tratarem o umbigo ao nascer com substâncias irritantes, a alimentação e o vestuário que eram impróprios, além da pouca noção de higiene das suas amas, muitas vezes transmitindo-lhes sífilis. Causas sociais também foram encontradas com relação à mortalidade infantil: filhos ilegítimos morriam na proporção do dobro dos filhos legítimos, pois viviam em condições mais precárias que os filhos legítimos. Diante deste quadro, os higienistas começaram a interferir nas práticas de cuidado e na educação que os pais dedicavam aos filhos.

Os higienistas perceberam que a mulher, em seu papel de submissão ao homem, não tinha consciência de como seria importante na proteção das crianças. Era preciso criar para elas uma nova organização familiar, onde a assimetria de poder fosse flexibilizada. Assim, ao pai caberia agora o papel de provedor material, e à mãe a introdução das crianças na educação. Desta forma, a mulher ganhou autonomia dentro de casa, como educadora infantil e não mais de zeladora do patrimônio do marido, sendo redefinidos os papéis dos membros da família.

Através deste Movimento Higienista, o Brasil passou então a comungar dos ideais modernos, os mesmos do Iluminismo. O Iluminismo, movimento que marcou a modernidade e que aconteceu entre os séculos XVII e XVIII, buscava, através da razão e do controle da natureza, a felicidade.

Para os pensadores do Iluminismo – e muitos de seus sucessores – pareceu que a crescente informação sobre os mundos social e natural traria um controle cada vez maior sobre eles. Para muitos, esse controle era a chave para a felicidade humana; quanto mais estivermos – como humanidade coletiva – em uma posição ativa para fazer história, mais podemos orientar a história rumo aos nossos ideais (GIDDENS, 1997, p.75).

Assim, o Movimento Higienista pode ser considerado um marco da entrada do Brasil na era moderna, uma vez que tinha as características do pensamento e ideais modernos. Foi um projeto coletivo voltado para um ideal futuro, através da formação e educação das crianças, pois delas dependia o futuro do Estado. E esta era uma das características marcantes na modernidade: a crença e a fé no futuro. Neste momento, então, a criança passou a ter grande importância para a sociedade. *“O progresso desta depende do desenvolvimento saudável de cada indivíduo. (...) E tornar-se-á possível uma sociedade futura moral e fisicamente mais sadia”* (MACHADO, 1978, p.297).

Os higienistas criaram um novo modo de se viver a família e em família. Despertaram novas necessidades físicas, voltadas ao cuidado do corpo e à higiene, principalmente em relação aos filhos, novos valores afetivos e sentimentais, novas formas de relacionamento familiar. Enfim, através da normatização, construíram outra forma de ser da família, uma outra realidade simbólica.

Os higienistas eram os aliados do Estado na tarefa de criar novos hábitos e necessidades nos indivíduos, atuando em suas famílias, visando, dentre outros aspectos, tirar o poder das mesmas, herança do período colonial e obstáculo à consolidação da família moderna. Este poder foi fruto da negligência da metrópole, pois, interessada em lucros fáceis e sem investimentos, incentivou a iniciativa privada dos colonos. Estes fizeram prevalecer a ordem econômica e social que mais se ajustava às suas conveniências. Uma das estratégias dos higienistas era que os filhos agora deveriam ser criados para amar e servir à humanidade e não mais à família. Neste novo sistema familiar que foi criado, o pai não seria mais o proprietário dos filhos e sim tutor deles. A devoção dos filhos agora não seria mais em relação a suas famílias e sim ao Estado.

A infância foi apoderada pelos higienistas, como ainda assinala Costa (1983). Eles julgavam os pais, e sobretudo as mães, consideradas incompetentes para educar seus filhos e promover a saúde física e moral de sua prole. Deste modo, promoveram a tutela da família. Os pais eram condenados ao reagir

desfavoravelmente aos conselhos médicos que lhes eram dados. Não seguir os conselhos dos médicos era entendido como sinal de “atraso”, de “ignorância”, uma vez que a racionalidade da ciência deveria ser inquestionável. As famílias foram aconselhadas a levar seus filhos para os colégios internos para que tivessem uma educação correta do ponto de vista científico. As crianças do sexo masculino foram as primeiras a serem educadas nestas instituições.

A demanda por escolarização cresceu ainda mais na segunda metade do século XIX, com a chegada da Corte ao Brasil no início deste século. As famílias, influenciadas pelos costumes europeus, começaram a almejar uma educação diferenciada para seus filhos. E os higienistas viam nos colégios internos o lugar ideal para o afastamento dos filhos de suas famílias, e também para a formação do corpo sadio e do desenvolvimento da consciência nacionalista. Em obra clássica da época, *O Ateneu*, Pompéia (2004), em suas memórias, descreve a vida no colégio interno no qual foi matriculado em 1873. Relata um discurso proferido por um advogado em solenidade costumeira, e mostra a apologia que se fazia a estes estabelecimentos:

O internato com a soma dos defeitos possíveis é o ensino prático da virtude, a aprendizagem do ferreiro à forja, habilitação do lutador na luta. Os débeis sacrificam-se; não prevalecem. Os ginásios são para os privilegiados da saúde. O reumatismo deve ser um péssimo acrobata. Erro grave combater o internato (POMPÉIA, 1888-2004, p.163).

A ordem nestes colégios deveria ser o lema. Segundo Machado (1978), o poder médico nos colégios internos não se restringia aos cuidados de saúde propriamente, devendo se estender a toda a rotina da escola, num rigor científico característico da modernidade: *“É o médico que deve decidir sobre a admissão de funcionários e professores, pois é ele que em última instância é capaz de avaliar a idoneidade moral e intelectual das autoridades educacionais”* (MACHADO, 1978, p.301).

A organização higiênica era excessiva na formação e educação das crianças, preparando-as para o futuro, pois ia desde a escolha do local para a construção da escola até detalhes para não incentivar a preguiça nos alunos. O tempo era cronometrado: horário rígido para as refeições, para o sono e para o estudo. O lazer, através da escolha seleta das brincadeiras, objetivava estimular o corpo e o espírito. A recreação era entendida como necessária para repor as energias gastas no

trabalho. Há também descrições de castigos físicos aplicados nos colégios internos por mau comportamento, com detalhes destes castigos e dos rituais de humilhação.

A educação tornou-se obrigatória e o discurso higiênico sobre os colégios fez parte da estratégia de intervenção na família colonial. Quando esta começou a se adaptar à nova ordem, extinguiu-se a necessidade do afastamento das crianças do seu meio familiar. No final do século XIX, nas duas últimas décadas, os médicos, satisfeitos com os resultados obtidos, devolveram às famílias a tarefa de cuidar de seus filhos. Os internatos começaram a ser depreciados e a família já podia retomar a educação dos filhos. Começam novamente a valorizar a mãe nesta tarefa, devolvendo-lhe o poder de educar seus filhos, passando esta a ter novo *status* e um papel mais ativo dentro da família. O ensino passou a ser feito em casa, a seu encargo, caso não fosse analfabeta, ou por um caixeiro instruído, um mestre-escola ou um padre. Os que ultrapassavam este nível ingressavam em colégios religiosos, onde se tornavam padres ou iam buscar sua formação universitária na Europa (COSTA, 1983).

2.1.2. Sobre os casamentos

Em todo o período colonial, até o século XIX, os casamentos se davam por interesses familiares. Quem decidia com quem os filhos ou tutelados iriam se casar eram seus pais ou seus tutores, confirmando a hierarquia bem demarcada nesta época. As uniões motivadas pelo afeto raramente aconteciam. O casamento não era reconhecido socialmente como sendo a consagração e efetivação da união amorosa do casal.

O casamento não celebrava, portanto, o reconhecimento social da união amorosa entre indivíduos. O amor não era um pressuposto necessário à ligação conjugal. Como, aliás, a atração física, cuja ausência ou presença em nada alterava a composição da aliança (COSTA, 1983, p. 216).

Era um contrato conjugal baseado no intercâmbio de riquezas, onde a mulher levava como dote parte da riqueza da família de origem, sendo uma transação

meramente econômica. As mulheres sem dotes tinham como opção o concubinato, sendo esta uma das soluções das classes menos abastadas.

Era comum também nas uniões matrimoniais deste período a disparidade etária entre os cônjuges. Esta era tanta que homens na faixa dos 60 anos contraíam matrimônio com mulheres de 12 anos de idade.

No século XIX, a concepção de casamento começou a mudar, tendo os higienistas uma parcela de influência. A defesa do patrimônio deu lugar à defesa da infância, passando o compromisso do casal a ser a proteção dos filhos, o que os levou a ocupar um lugar privilegiado dentro da estrutura familiar, sendo a atenção toda voltada agora para o futuro dos filhos.

Assim, segundo Costa (1983), o casamento no estilo colonial caiu por terra, sendo combatidas as uniões consangüíneas, assim como o casamento de mulheres muito jovens com homens idosos. Os médicos usavam o argumento de que, nas mulheres, o aparelho reprodutor era ainda imaturo, enquanto que nos homens já estaria enfraquecido, podendo prejudicar o feto. Era contrastante o prestígio anterior do homem velho e a imagem de decadência que se apregoava por interesse dos higienistas.

O patriarca colonial era combatido pelos higienistas porque, através do dinheiro e do poder, conseguia comprar o corpo das mulheres jovens e corromper fisicamente sua prole. Entretanto, estava subentendido que, ao dirigir-se aos velhos patriarcas, os médicos atingiam o pai. Reduzindo a figura do pai à parca condição biológica do velho, a higiene despojava-o de sua aura epopéica. A decadência física e moral era uma maneira de transportar para o social o cerceamento que vinha sofrendo a função político-econômica do chefe de família (COSTA, 1983, p. 225).

Toda esta ação dos higienistas era uma clara intenção de insurgência contra o absolutismo paterno e o conseqüente rompimento com a supremacia do poder do patriarca colonial, que já não era mais conveniente ao Estado, que usava de argumentos científicos para validar a nova ordem. Em função destas mudanças e de interesses políticos, o casamento e a família foram diretamente afetados, pois seria necessária uma estratégia sociocultural para que esta transição de interesses se desse de forma gradativa e pacífica.

Novas regras para as uniões conjugais foram estabelecidas, dentre elas a alteração da faixa etária dos cônjuges, sendo a ideal para o homem contrair matrimônio entre 24 a 25 anos e para as mulheres entre 18 a 20 anos. O vigor do

corpo saudável era agora aconselhado e não mais o fator econômico e o *status* social, a não ser se associados ao corpo saudável e à moral.

Até na vida sexual do casal houve intervenção dos higienistas. Visando a saúde dos filhos, incentivavam a sexualidade entre o casal, para que o homem não fosse buscar prazer com prostitutas, pois poderia trazer doenças venéreas para a esposa, o que poderia acarretar o nascimento de filhos sífilíticos.

Disseminaram a idéia de que se tornar pai e mãe era uma nova maneira de amor, pois o cuidado aos filhos era um ato de amor. Serem pais era a finalidade última do homem e da mulher. Conseguiram, desta forma, ligar sentimentalmente o homem ao papel de pai e a mulher ao de mãe, o que passará a ser a norma reguladora social e emocional dos homens e das mulheres.

A higiene, com seu movimento de urbanização, retirou a mulher do seu confinamento doméstico, passando agora a ter convívio social e consumo comercial e, num segundo momento, reintroduziu-a na família, como consumidora dos serviços médicos. Baseados no alto índice de mortalidade infantil, os higienistas fizeram com que as mães comesçassem a amamentar, com o discurso de que não amamentar seria uma infração às leis naturais e desamor à prole. A amamentação dos filhos feita pela própria mãe era tomada como sinal de amor, ao passo que não amamentar foi entendido como um ato de desamor.

Costa (1983) assinala que, como a mulher urbana não tinha mais os afazeres da mulher colonial, cuja casa era como uma pequena empresa, pois era ela quem se ocupava com a provisão dos alimentos, roupas e utensílios domésticos, tinha agora tempo ocioso. Preocupados com isto, os higienistas precisavam fazê-la voltar ao lar para preencher este tempo, pois havia o risco de ela preenchê-lo com afazeres que iriam contra os bons costumes familiares e a moral e, por mais este motivo, a amamentação seria a tarefa ideal.

Com a urbanização, a mulher tornou-se consumista da moda européia, mais instruída e independente, o que a deixaria apta a concorrer com os homens. Sua presença nas ciências era inconcebível, pois poderia se tornar independente, financeira e intelectualmente equiparada ao homem, ferindo o código machista firmado entre os higienistas e os homens, deixando de ser objeto de posse. Sem a condição da inferioridade da mulher, o machismo ficaria abalado, pois este era indispensável à continuidade da higiene. Os homens cultivavam a virilidade, cujos sinais externos eram o controle das mulheres e uma prole numerosa.

Por outro lado, de acordo com sua tática, os higienistas não poderiam barrar a independência das mulheres, pois poderiam perdê-las como aliadas. Para isto, mostrou-lhes o que somente elas seriam capazes de fazer, sendo os homens incompetentes para tal: a amamentação. A coesão familiar ficava sob sua responsabilidade, pois a mulher que não amamentava colocaria em risco tal coesão. A mãe-higiênica deveria se tornar uma mãe zelosa, que amamentava seus filhos como prova do amor maternal.

A família tornou-se mais privada e intimista e assim foi se esboçando a família nuclear conjugal moderna, que foi se fortalecendo ao longo do século XX. Os homens transformaram-se em provedores e as mulheres em cuidadoras da casa e dos filhos.

Estes papéis assim definidos ficaram marcados pela dicotomia público-privada, segundo o gênero. Ficou assim estabelecido o ideal de família na sociedade industrial moderna. As mulheres não competem com os homens no mercado de trabalho, resguardando-se no papel de donas-de-casa. Entretanto, vive-se uma contradição, que irá gerar um conflito na família conjugal moderna, pois os valores igualitários e universalistas da sociedade industrial propiciam a igualdade entre os sexos, gerando oportunidades de educação e emprego para as mulheres, ficando os papéis de esposa e mãe incompatíveis com a industrialização.

2.2. Da modernidade à pós-modernidade – reflexos na identidade, no casamento e na família

Para falar desta passagem da modernidade para a pós-modernidade, e tomando Vaitsman (1994) como referência, faz-se necessário marcar o contexto geral do momento econômico e social em que se vivia. O momento era do desenvolvimento da sociedade capitalista e, posteriormente, da sociedade industrial moderna. O que passou a ser considerado produtivo era o que fosse produzido na esfera pública, esfera esta na qual a mulher não se encontrava.

A família privatizou-se e transformou-se em família conjugal moderna, perdendo suas funções produtivas – segundo a concepção econômica que passou a representar como produtivas apenas as relações exercidas na

esfera do trabalho remunerado. Construía-se um mundo feminino, privado, da casa, que passou a se colocar como oposto ao mundo público, da rua, que se tornou, no imaginário social e na ideologia oficial, um mundo masculino (VAITSMAN, 1994, p. 29).

Com o início da industrialização no Brasil, a mão-de-obra feminina nas indústrias foi sendo substituída pela masculina, voltando a mulher a ficar resguardada ao espaço privado dos trabalhos domésticos – a exceção das mulheres de classes mais baixas que faziam dupla jornada –, enquanto os homens ocupavam o espaço público, o mundo do trabalho reconhecido e remunerado. O trabalho da mulher era, então, considerado invisível.

No entanto, após os anos de 1930, quando o Estado começou a promover a industrialização no país e, conjuntamente, mudanças no sistema de ensino, a vida das mulheres começou a ser afetada. Elas foram se posicionando e ocupando mais espaço em função das novas exigências da divisão social do trabalho, o que repercutiu na divisão sexual do trabalho, ainda que de maneira tímida.

Em relação à formação educacional das mulheres, as que ultrapassavam os cursos primários iam até o curso magistério ou profissionalizante – curso este que as deixariam aptas para ocupar postos auxiliares na indústria e no comércio – e que não eram válidos para o ingresso nos cursos superiores. A presença masculina era predominante nas escalas mais altas e prestigiadas da educação, sendo que, com o crescimento urbano, comercial e industrial, desenvolvia-se uma classe média composta de profissionais liberais, funcionários públicos, pequenos comerciantes e industriais. As mulheres foram ampliando a sua participação no mundo do trabalho remunerado, assim como seu grau de instrução.

O mercado agora convidava as mulheres operárias, profissionais de nível médio ou superior, a ele se integrarem, mas houve resistência do patriarcalismo dominante na sociedade, pois a família ficaria ameaçada. Porém, como justificar sua não participação, se o processo de industrialização havia começado com a presença feminina, sendo estas substituídas aos poucos pelos homens? Agora, como não deixar que se reintegrassem neste mercado, e com qual argumento? Que seu lugar seria em casa? Mas havia as mulheres que necessitavam trabalhar por ser o salário do marido insuficiente, ou ainda aquelas que nem tinham maridos. Assim, as mulheres foram conquistando o espaço predominantemente do gênero masculino.

O trabalho público feminino era desencorajado pela própria estrutura da legislação que foi promulgada na década de 1930 e que tornou obrigatória a licença

pós-parto, creches nos locais de trabalho, proibição de trabalho noturno e horas extras para as mulheres. Empregar mulheres tornou-se caro e desinteressante, ao mesmo tempo em que se reforçava a idéia de que cuidar dos filhos era tarefa feminina, e, conseqüentemente, a dependência das mulheres em relação a seus maridos.

A família conjugal moderna – família composta pelos pais unidos em matrimônio, e pelos filhos decorrentes dessa união – era defendida como fundamental à nação, por uma burguesia urbana recém-formada, de pessoas ligadas às oligarquias agrárias e que investiam na indústria, e por uma classe média emergente que ocupava cargos administrativos e militares. Era um modelo de família composto por indivíduos que não escolhiam seu lugar social, pois este era conferido e normalizado pelo gênero. Segundo Vaitsman (1994), este era o padrão de família que se difundiu como ideal quanto a seus aspectos comportamentais e papéis sexuais definidos, apesar de não ter se generalizado na sociedade.

No Estado Novo, o discurso era o de normatização da família, reforçando o modelo patriarcal conjugal, incentivando o casamento e a natalidade. A Reforma Capanema, ocorrida em 1942, reformulou o ensino secundário e técnico-industrial, marcando mais as diferenças entre gêneros, sugerindo, porém não determinando, a separação das classes escolares em femininas e masculinas. Em 1943 a legislação permitiu à mulher trabalhar fora, sem a autorização de seu marido, mas desde que este não conseguisse prover sozinho o lar. Mesmo a mulher se mostrando tão capaz quanto os homens de arcar com a sua sobrevivência e a de seus filhos, este fato não tinha nem respaldo nem reconhecimento legal.

É interessante observar que a sociedade industrial moderna tinha como característica a separação dos sexos, reservando aos homens o espaço público e às mulheres o espaço privado, em sua legislação e em sua ideologia. No entanto, a própria modernização estimulava valores universalistas e igualitários, o que empurrou as mulheres para o mundo público, inicialmente incentivando sua procura pelo Curso Normal, de formação de Professores Primários, mais “apropriado” para mulheres.

Desta forma, na década de 1950 este curso era o mais procurado pelas estudantes, e os cursos superiores mais freqüentados eram os de carreira tipicamente feminina, como Pedagogia e Enfermagem. Nos anos 1970, o Curso Normal ficou relegado às classes mais baixas e as adolescentes de classe média

optavam pelo ensino médio, que as conduziria ao ensino superior. Houve assim uma invasão maciça das mulheres nas universidades, ocupando os espaços antes reservados somente aos homens. A força de trabalho por consequência aumentou, inclusive nas áreas antes reservadas aos homens, como Engenharia, Arquitetura, Medicina, Odontologia etc. Estavam aí esboçadas as condições de questionamento feminino da hierarquia sexual na família e na sociedade.

O movimento feminista, que se desenvolveu na década de 1970 nos principais centros urbanos brasileiros, arrebatou vozes contra a discriminação sexual. Era um movimento político de cunho libertário e não partidário, tendo de enfrentar duras críticas, sobretudo dos comunistas, que entendiam a desigualdade de classe como primária e fonte de todas as outras, e tratavam o movimento de mulheres como um movimento burguês. Tinham ainda de enfrentar o patriarcalismo, que ainda era forte na sociedade brasileira.

Vaitsman (1994), baseando-se em Mello e Souza, argumenta que aos poucos a família foi transformando seu formato patriarcal, pelas emergências de necessidades que foram surgindo, tais como maior participação das mulheres em atividades remuneradas, aumento do controle da natalidade, aumento do número de desquites e consequentes casamentos com desquitados, diminuição da autoridade paterna e a transformação da família extensa em família conjugal.

Assim, as mulheres foram ganhando os espaços públicos, romperam com o individualismo patriarcal onde eram legitimadas as relações hierárquicas entre homens – esfera pública, e mulheres – esfera privada, e a divisão sexual do trabalho.

Desafiaram a dicotomia entre o público e o privado, conquistaram direitos como cidadãs, constituíram-se como indivíduos. O individualismo patriarcal foi abalado e a igualdade entre homens e mulheres colocou-se como possibilidade social (VAITSMAN, 1994, p. 36).

As mulheres de classe média foram se profissionalizando e passaram a ter aspirações diferentes daquelas circunscritas à esfera privada, deixando de ter no casamento e nos filhos suas únicas aspirações. Isto se refletiu no comportamento das mulheres e dos homens, ampliando os espaços de conflito e de negociações, e os casamentos não poderiam mais anular as aspirações individuais. A noção de eternidade dos casamentos foi se desfazendo, ficando os casais frente à

possibilidade de dissolução de suas uniões matrimoniais, assim como de recasamentos. Desta forma se dá a passagem para a pós-modernidade.

São características da pós-modernidade a espontaneidade e o desejo sobrepujando a razão, a rejeição ao universal, a valorização do particular, a heterogeneidade. Assim, surgiram novas maneiras de se interpretar a realidade, o que gerou novos comportamentos e novas maneiras de se viver. Harvey (1992) coloca esta questão, ao dizer das flexibilizações nas práticas do trabalho e da fragmentação, que favorecem o individualismo e que influenciaram o modo pós-moderno de pensar, sentir e fazer. Tudo isto teve como consequência a efemeridade da moda, dos produtos, das produções técnicas, ideologias e práticas. A instantaneidade e a descartabilidade fazem parte dos atuais valores. Esta talvez seja a explicação para as constantes mudanças de valores, assim como de estilo de vida, e as relações estáveis são descartadas com mais facilidade. Como bem coloca Vaitsman (1994), *“o sentido de ‘tudo o que é sólido se desmancha no ar’ raramente teria sido tão pertinente”* (VAITSMAN, 1994, p.45).

Com todas estas transformações, os indivíduos ficaram perante a seguinte questão com relação à família: qual o modelo “ideal” de família a ser seguido. Stacey, citado por Vaitsman (1994), diz que não existe na contemporaneidade nenhum modelo dominante de família, pois não surgiu nenhuma estrutura para substituir a família moderna.

Perante a fragmentação abrangente da pós-modernidade, que alcançou a idealização de um modelo familiar de referência, Kehl (2003) faz algumas considerações em relação a uma queixa generalizada, na qual as pessoas se ressentem de que *“a família deixou de ser a mesma”*. Para Kehl (2003) esta citada expressão *“Indica que avaliamos o nosso modelo de família idealizado, modelo que correspondeu às necessidades da sociedade burguesa emergente em meados do século XIX”* (KEHL, 2003, p.164).

Esta autora ainda observa que nos sentimos em dívida com a família burguesa oitocentista, descrita no item Família Patriarcal, e reflete sobre o custo emocional e de renúncias que este modelo traz em si mesmo. Lembra o curto espaço de tempo (menos de dois séculos) em que ela se manteve. E questiona, será que seríamos mais saudáveis se retomássemos este modelo?

Temos saudade da família organizada em torno do patriarca fundiário, com sua contrapartida de filhos ilegítimos abandonados na senzala ou na colônia, a esposa oficial calada e suspirosa, os filhos obedientes e temerosos do pai, entre os quais se destacariam um ou dois aprendizes de tiranete doméstico? (KEHL, 2003, p.166).

Com as mulheres ocupando novos papéis, a realidade pós-moderna é outra, já não cabendo mais este modelo de família. No entanto, embora na contemporaneidade existam vários modelos alternativos de família, não quer dizer que não exista um modelo idealizado, o da família nuclear com o casal unido e com dois filhos, sendo de preferência o filho mais velho do sexo masculino, seguido de uma filha. Só que este modelo às vezes não é possível de se efetivar em função de vários fatores, dentre eles a fragmentação e a durabilidade dos casamentos. A mulher tornou-se independente financeiramente dos homens, um dos fatores que aumentou o número de divórcios. A idade das mulheres contraírem matrimônios aumentou de forma proporcional ao aumento de sua escolaridade. Dão preferência a sua carreira profissional e, quando voltam a atenção para constituir família optam por terem apenas um filho, sendo um dos fatores desta opção a idade avançada, apesar dos recursos das novas tecnologias reprodutivas.

Houve também o crescimento do número de relações “experimentais” (não legalizadas) entre os jovens, decorrente não só do aumento da independência financeira das mulheres, assim como de sua emancipação sexual, conquistada há quase meio século, somada à democratização de técnicas contraceptivas. Juntamente com estes fatos, vem aumentando o número de famílias monoparentais femininas, assim como a gravidez na adolescência. “*Casar, ter filhos e se separar leva cada vez menos tempo*” (BERQUÓ *apud* KEHL, 2003, p.165).

Várias configurações familiares formam-se diante da necessidade de se criar os filhos, frutos destes relacionamentos temporários. As uniões na sociedade contemporânea, regidas pelas leis de mercado, focadas no bem estar, desejo e prazer, vêem no amor e na realização sexual os motivos de sua legitimação.

A família deixa de ser uma instituição sólida e se torna um agrupamento circunstancial e improvisado de acordo com as buscas de homens e mulheres por relacionamentos satisfatórios. Daí o incômodo que as pessoas sentem por não oferecerem a seus filhos a família que seus pais lhes ofereceram, ou talvez que seus avós ofereceram aos filhos. Até onde vai esta busca de uma família ideal?

A realidade contemporânea é outra. As separações e “recasamentos” foram configurando novas formas de famílias, que Kehl (2003) chamou de “família tentacular”. Esta nova possibilidade de família reúne em si o convívio íntimo e profundo de adultos, adolescentes e crianças vindas de outros núcleos familiares que não os seus, onde *“irmãos não consangüíneos convivem com ‘padrastos’ ou ‘madrastas’ (na falta de termos melhores), às vezes já de segunda ou terceira união de um de seus pais (...)”* (KEHL, 2003, p.169). Stacey, citado por Vaitsman (1994), referindo-se a este assunto cita a *“família extensa pelo divórcio”*, onde as pessoas se unem às outras por redes de parentesco, onde refazem suas relações. O casamento e a família pós-modernos são caracterizados pela pluralidade de padrões de institucionalização das relações afetivo-sexuais que se interpenetram.

Outros arranjos também possíveis de famílias são as monoparentais femininas ou masculinas e homoparentais. Enfim, hoje impera a diversidade e a particularidade, características marcantes da pós-modernidade.

Segundo Kehl (2003), é notória na contemporaneidade a dificuldade que pai/mãe/madrasta/padrasto, em qualquer destes papéis que a pessoa esteja desempenhando, estão tendo em relação à autoridade que deveriam impor às crianças. Segundo a autora, talvez isto esteja acontecendo em decorrência da dívida com a família patriarcal, já citada, que os impede de legitimar sua posição adulta e responsável pela educação dos filhos. Ou da flexibilização das leis e da arbitrariedade dos adultos, o que também poderia estar contribuindo para esta busca nostálgica da família tradicional. Argumenta que a família está se apresentando a si mesma como desestruturada por não estar sustentando esta posição de autoridade.

Qualquer que seja o motivo, o fato é que a hierarquia familiar na pós-modernidade está se delineando de forma bem diferente da que era legitimada na modernidade. Meynckens-Fourez (2000), abordando o tema da fratria – grupo de irmãos, fala das relações vertical e horizontal implicadas nas relações familiares. Segundo esta autora, a relação horizontal é representada pelas relações inter-humanas e pessoais. Já as relações verticais trazem algo do simbólico, dos níveis societal e institucional. Em termos de hierarquização, ela escreve: *“A fratria representa um nível comumente qualificado de horizontal; quando se trata da vinculação pais-filhos, o registro é feito, de preferência, na vertical”* (MEYNCKENS-FOUREZ, 2000, p. 4). No entanto, complementa, na contemporaneidade as famílias têm tendências igualitárias, sendo que suas relações se dão no nível horizontal, o

que as impede de exercer o poder, confundindo-o com abuso, e assim evitam colocar limites nas crianças e nos adolescentes. E acrescenta que o mundo pós-moderno parece ter se estruturado de forma horizontal.

Rauter (1987) diz de outro modelo que se estaria delineando nos últimos tempos: o da “família democrática”. Nele há democratização das opiniões, sendo permitido a todos falar e se expressar, tendo-se até a impressão de que são as crianças que mandam, tão grande é a atenção e a prioridade que os pais lhes devotam. Neste modelo já não existe mais o senhor da casa, dono da mulher e dos filhos. Não mais a cena de uma mesa enorme onde todos se reuniam para as refeições, o pai se postando na cabeceira, a mãe zelosa em servir a todos, onde as crianças pediam permissão para falar. A nova família democrática se caracteriza pelo diálogo como forma de resolver os conflitos.

Singly (2001), tratando das mudanças da família e dos indivíduos na pós-modernidade, afirma que os indivíduos mudam conforme a época e a cultura. Portanto, a família se transforma. No que diz respeito às famílias ocidentais, estas são “individualizadas” e esta individualização é fundamental para se falar das transformações das famílias.

A família, as famílias, nossa vida privada se constrói ao preço desta forte exigência de individualização. Exigência exacerbada porque não se refere somente aos homens, que foram os primeiros a se ‘individualizar’, mas também às mulheres, e ainda às crianças, atingindo atualmente todos os membros da família. É um elemento forte da comunidade doméstica: cada um tem objetivo comparável ao dos seus próximos, realizar-se a si mesmo (SINGLY, 2001, p.40).

Ainda, Singly (2000) compara dois tipos de famílias às quais chamou de “moderna 1” e “moderna 2”.

A “família moderna 1” é a que se inscreve no início do século XX até os anos 1960 e que se caracterizou por uma lógica de grupo, embasada no amor e no afeto. Os adultos se colocavam a serviço do grupo e principalmente das crianças. O pai é o provedor, dedicado ao trabalho. A mulher deve ficar em casa cuidando do marido e dos filhos, e da felicidade dos mesmos. A instituição casamento é valorizada, pois é nela que idealmente estes objetivos podem ser alcançados.

A “família moderna 2” é a que se estabeleceu no final dos anos de 1960 e a qual ainda se vive, segundo Singly (2000). O que é marcante nesta família é a reivindicação dos indivíduos de se tornarem autônomos e desejarem viver com uma

ou várias pessoas próximas. É a família que ele chama de “individualista e relacional”. Ela não está em ruptura com a “família moderna 1”, uma vez que a lógica do amor também se faz presente e de uma forma mais intensa, pois esta é a condição para os cônjuges permanecerem juntos. Aos pais cabe dar atenção maior ainda aos filhos. O que a distingue desta última é a ênfase ao processo de individualização; sendo assim, o foco principal não é mais o grupo reunido, mas sim os membros que a compõem. É um local privado a serviço dos indivíduos. Pode-se ver que a independência das mulheres é marcante, havendo possibilidade de divórcios com consentimento mútuo. As necessidades dos filhos são negociadas, novas formas pedagógicas são desenvolvidas.

A individualização, característica da “família moderna 2”, produz uma situação paradoxal, pois tanto a sua permanência quanto a sua instabilidade estão em função desta individualização. A família se mostra ao mesmo tempo frágil, pois os casais pouco conhecem da duração de sua existência, e forte, uma vez que é desejada pela maioria das pessoas, desde que não seja sufocante. *“A família deve ser designada para nós, pelo termo ‘relacional e individualista’. E é nesta tensão entre os dois pólos que se constroem e se desfazem as famílias contemporâneas”* (SINGLY, 2000, p.15).

O “eu” está cada vez mais em evidência. Isto exigiu mudanças nos relacionamentos, obrigando homens e mulheres a repensar a vida em comum. Esta ficou mais atraente, por reconhecer a pessoa enquanto pessoa. Na relação amorosa, há espaço para que as identidades pessoais se revelem. É a busca do viver livres e juntos, sem se sufocar. O ideal é que não haja fechamento egoísta sobre si e tão pouco dedicação excessiva ao outro. Momentos devem ser alternados para satisfação de si mesmo em práticas individuais e outros para que haja o compartilhamento desta satisfação.

As escolhas das formas de vida privada na contemporaneidade não têm necessidade de serem legitimadas por nenhuma instituição social ou moral, ainda segundo este autor (1996). O importante é que sejam reconhecidas pelas pessoas que vivem juntas e que se respeitem um ao outro. É considerado um bom parceiro aquele que propicie ao outro e a ele mesmo crescimento pessoal.

Com relação à educação familiar, esta se transformou. Hoje, a obediência é depreciada e são valorizadas a iniciativa, a autonomia e a satisfação pessoal, sendo

que a criança aprende a ser um ser individualizado em sua própria família. Com relação a este ser autônomo, Singly (2000) diz:

Ele pode fazê-lo porque seus pais o diferenciam de seus irmãos e irmãs e porque, frequentemente, ele dispõe de um território para si, seu quarto, no interior do qual ele faz suas próprias regras (que podem parecer anárquicas ao olhar dos outros). Ele torna-se autônomo em uma relação de dependência (SINGLY, 2000, p.18).

Singly (1996) considera o atravessamento de “especialistas” na educação dos filhos:

A psicologia contribui fortemente para elaborar as crenças e as normas sociais fixando as novas “boas maneiras” de se conduzir, tanto para os pais e as crianças. [...] Uns e outros autores designam o novo objetivo do trabalho dos pais: a identidade escondida da criança só pode ser revelada por uma atenção constante e por um entorno estável (SINGLY, 1996, p. 107). (Tradução livre)¹

A criança “deve” crescer em um ambiente que não sufoque suas potencialidades e que promova suas capacidades. Estes são os conselhos dados de forma generalizada pelos psicólogos. Portanto, os pais devem criar um ambiente tal que a personalidade das crianças seja respeitada, para promover o desabrochar de suas potencialidades.

Outro princípio básico, que segundo os psicólogos os pais devem seguir, é o de igualdade de tratamento aos filhos, porém devem ao mesmo tempo dar-lhes atenção diferenciada. Devem transitar neste intermédio entre a igualdade e a diferença.

Singly (1996) reflete que, mesmo com o relativo desaparecimento da moral exterior e da disciplina, não ficou mais fácil a educação das crianças. Qual é a forma de descobrir as riquezas pessoais das crianças e respeitar sua autonomia? Pais se vêem em dificuldades, em situações onde a criança lhes pede ajuda para realizar tarefas simples e fáceis, e não sabem como agir. Ficam confusos entre as verdadeiras e as falsas necessidades das crianças. Sentem-se confessadamente incompetentes na educação de seus filhos, embora saibam que investem na educação deles.

¹ La psychologie contribue fortement à élaborer des croyances et des normes sociales fixant les nouvelles “bonnes manières” de se conduire en tant que parent et enfant. (...) Les uns e les autres désignent le nouvel objectif du travail des parents: l'identité cachée de l'enfant ne peut être révélée que par une attention constante et par un environnement stable (SINGLY, 1996, p. 107).

Outro aspecto para o qual Singly (1996) chama atenção é a consideração que os pais têm com seus filhos como indivíduos dignos de respeito, sendo estes parceiros com os quais é necessário negociar.

Na família contemporânea, a noção de respeito não desapareceu, ela mudou de sentido. Ela marca daqui para frente o reconhecimento, não mais de uma autoridade superior, mais de direito de todo indivíduo, pequeno ou grande, de ser considerado como uma pessoa (SINGLY, 1996, p.113).(Tradução livre)²

Como não se colocam em posição superior, os pais sentem a necessidade de negociar cotidianamente com seus filhos e, nestes momentos, tentam estabelecer regras de comportamento. Quando as regras não são respeitadas, não há nenhuma sanção imposta pelos pais. O que os pais querem é ficar bem com os filhos. Pela minha experiência clínica, estas atitudes escondem um comportamento de comodidade dos pais de classe média e média alta, pois ensinar os filhos a se responsabilizar por seus atos, mostrando-lhes que há conseqüências para si próprios e para os outros, e eventualmente puni-los, absolutamente seria desrespeito. Estes pais parecem querer se eximir de cansativa discussão.

Viu-se no decorrer deste breve percurso histórico como o poder foi sendo redistribuído dentro da família, assim como a hierarquia foi se flexibilizando. No período colonial, o poder era concentrado nas mãos do senhor colonial e os lugares hierárquicos eram bem marcados. No final do século XIX, com o Movimento Higienista, este poder é tirado do senhor patriarcal e “distribuído” de certa forma entre marido e esposa na criação e educação dos filhos, cabendo à mulher os cuidados para a promoção da saúde física e moral dos filhos. Apesar da valorização da mulher e da maternidade proposta pelos higienistas, o marido continuava a deter o seu lugar de poder privilegiado. Entretanto, os filhos passam a ser prioridade dentro do casamento higiênico, sendo o centro das atenções. A mulher moderna vai conquistando espaço no mundo do trabalho, derrubando aos poucos o patriarcalismo. Na pós-modernidade, assiste-se à distribuição democrática do poder, e os lugares hierárquicos, de uma forma geral, não são mais bem marcados, sendo até mesmo difusos. Pais mostram-se com dificuldades de bancar a sua autoridade em relação aos filhos, o que legitimaria a diferença dos lugares geracionais.

² Dans la famille contemporaine, la notion de respect n'a pas disparu, elle a changé de sens. Elle marque désormais la reconnaissance, non plus d'une autorité supérieure, mais du droit de tout individu, petit ou grand, d'être considéré comme une personne (SINGLY, 1996, p.113).

Pais confusos seriam a consequência ou a causa da intervenção maciça dos especialistas da área “psi” em relação à criação dos filhos? Talvez hoje, na pós-modernidade, esta questão seja indissociável. Como já foi visto, os higienistas no século XIX eram os detentores da “maneira correta” de criação e educação dos filhos, aliando-se às mulheres. Assiste-se agora, na contemporaneidade, mais uma vez a aliança de “especialistas” com as mulheres, intervindo na educação de seus filhos. É através delas que o ideário “psi” chegará aos homens e crianças, ou seja, mais um encargo para as mulheres – ensiná-los a ser bons pais, desenvolvendo uma boa imagem com a qual os filhos possam se identificar. Lasch (1983) assim coloca esta questão: *“À medida que a família perde não somente suas funções produtivas, mas também muitas de suas funções reprodutoras, os homens e as mulheres não mais conseguem criar seus filhos sem o auxílio de especialistas garantidos”* (LASCH, 1983, p.30).

Tem-se então a “Família Psi”, assim denominada por Rauter (1987), sendo que nela, além do dispositivo médico, operam também o dispositivo psicológico, psiquiátrico e psicanalítico. Segundo ela, esta mulher é uma mãe que carrega em si uma culpa, pois é nela que recaem as suspeitas quando algo de anormal acontece com seus filhos. Os especialistas parecem estar de acordo neste ponto: é na relação mãe-filho que as doenças ou distúrbios mentais se estabelecem. Com isto, está garantido para a mãe um sentimento: o de culpa. É ensinado às mães contemporâneas esta relação de causalidade entre suas atitudes e as possíveis patologias que daí poderão advir. A responsabilidade pelo adoecimento dos filhos, centrada na mãe, é um fator disseminador de culpa, porém esta deve se manifestar de forma equilibrada *“nem de mais que possa ser paralisante, nem de menos, beirando a irresponsabilidade”* (RAUTER, 1987, p.23). No entanto, como aponta a própria Rauter (1987), não há nenhuma precisão quanto à medida correta para a quantidade de afeto e atenção que a mãe deve dedicar ao filho. Neste caso, a dúvida insolúvel parece alimentar a culpa.

Ainda segundo Rauter (1987), outra prova a que os pais devem se submeter é a célebre pergunta: você desejou os seus filhos? Pois no jargão “psi”, os filhos desejados serão os saudáveis e os indesejados, os sintomáticos.

Vê-se uma mudança de perspectiva das mães higiênicas para as mães contemporâneas com relação a seus filhos. As primeiras deveriam ser devotadas, caseiras, amorosas e, se não o fossem, seriam tidas como desnaturadas (COSTA,

1983). Este modelo de dedicação era quase uma garantia de filhos saudáveis. A “mãe Psi” (RAUTER, 1987), por outro lado, tem que estar atenta aos excessos. Se se excede em carinho, cuidado, atenção para com seus filhos, corre o risco da fusão ou indiferenciação com os mesmos. Esta mãe corre mais risco de errar pelo excesso do que pela falta. Se antes estes laços deveriam ser fortalecidos, agora eles devem ser incentivados, porém dosados, para que possa acontecer o processo de individuação, tanto dos filhos como das mães. Isto em decorrência da necessidade da liberação da mão-de-obra feminina para o mercado de trabalho e da escolarização precoce para que as crianças se tornem independentes o mais cedo possível.

As relações contemporâneas mãe-filho devem ser delineadas dentro de certo limite de intensidade e delimitação de espaços diversos. É saudável, ainda segundo Rauter (1987), que as mães problematizem o “ser mãe”, que tenham outros objetivos em suas vidas, porém tudo isto dentro de um limite bem dosado. Mas, pergunta-se, como demarcar este limite? A “família psi” sofreu enorme intervenção dos “especialistas”, tornando-se uma família “psicologizada” ao extremo. Conselhos genéricos foram passados às mães contemporâneas, que se vêem perdidas à procura de “dosagens e limites” incógnitos.

O que se pode ver na contemporaneidade são pais em busca da maneira eficiente de educar seus filhos. Como esta não existe de uma forma “pronta”, vão Tateando, buscando conselhos dos “especialistas” e construindo uma forma particularizada de ação. Forma esta bem coerente com a época em que se vive, onde as palavras de “ordem” (ou desordem?) são “mudança, descontínuo, fragmentário, particularização”. Mas algo se faz presente de uma forma bem constante: o amor, o afeto, o respeito à individualização e a negociação.

Viu-se neste capítulo o *status* do filho no Brasil Colônia, em que as famílias eram compostas por grande número de filhos, as mulheres não tinham o controle do seu próprio corpo e, por conseguinte, engravidar quase não era escolha. Já na segunda metade do século XX, o número de filhos por família diminuiu quando a mulher conquista os espaços públicos, entrando no mercado de trabalho e buscando sua própria realização e seu sustento. Já pode ter o controle do seu corpo e o sexo é dissociado da procriação. Ter um filho pode ser um dos projetos do casal, mas não o único.

Como foi visto em Singly (2000), as relações afetivas podem ser um lugar de individualização, sendo respeitadas as individualidades de todos os membros da família. A dinâmica familiar não funciona mais na lógica de “um por todos” e sim de “todos por um” – sendo este “um” o filho. Além desta maneira de operar da família, muitas são as exigências, inclusive os especialistas “psi” aconselham que se trate todos os filhos de forma igual, porém dando-lhes atenção diferenciada. Como ter famílias numerosas com tantas determinações a serem cumpridas? Como resguardar as individualidades em famílias com dez, 12 filhos, como era comum no período colonial?

Esta breve revisão histórica permite concluir que as mudanças no ideário da família acarretaram, entre outros aspectos, a diminuição de seu tamanho. Deste modo o filho único tornou-se uma opção dos casais, ou mesmo de homens e mulheres que, embora não desejem a relação conjugal, desejam ter um filho, ou seja, o filho único parece ser uma possibilidade, uma escolha e não mais um problema.

Com tantas novas necessidades, novas mentalidades estão sendo criadas. Por isto, faz-se necessário abordar um aspecto inerente a todas as famílias: a parentalidade.

2.3. Parentalidade

Segundo Stengel (2004), há uma expectativa na sociedade contemporânea ocidental de que os adultos desempenhem o papel de pais, mesmo que esta seja uma escolha individual. Esta autora acrescenta que isto é válido não importa para qual modelo de família, seja esta moderna ou pós-moderna, apesar das vivências serem diferenciadas.

Na família moderna, era natural e esperado que se tivesse filhos no casamento, sendo que a sexualidade era valorizada enquanto meio de procriação. Na contemporaneidade, como a vida sexual ativa foi desvinculada do fim último da reprodução, surge a possibilidade de escolha de ter-se filhos ou não. No entanto, a partir do momento em que se escolhe ter um filho, não se tem como garantia o amor

materno “instintivo e natural”. Para Badinter (1985), este amor não é dado e sim construído na relação. É no convívio da mãe com a criança que o sentimento de amor é estimulado, pois o amor não se exprime a todo momento, podendo se preservar de forma latente. Porém, se não houver o estímulo que é possível neste convívio, o amor pode fenecer, segundo esta autora. Para que o sentimento de amor seja desenvolvido, é necessário que haja proximidade física e cotidiana entre mãe-filho.

Acreditar que o amor materno faz parte da natureza feminina é universalizá-lo como norma, e portanto, naturalizá-lo. As mulheres não têm a mesma vivência com relação à maternidade, não só porque cada uma viverá com intensidade afetiva singular esta experiência, mas porque, além disso, há mulheres que não escolhem a maternidade, e Badinter (1985) questiona: esta mulher estaria infringindo as regras da natureza, ou exercendo seu direito de escolha? *“Não teremos, com excessiva freqüência, tendência a confundir determinismo social e imperativo biológico? Os valores de uma sociedade são por vezes tão imperiosos que têm um peso incalculável sobre os nossos desejos”* (BADINTER, 1985, p. 16).

Acrescento outra discussão – e ter somente um filho? Levanto a questão se o ser mãe de um filho único não seria a escolha de passar pela maternidade e vivenciá-la pelo menos uma única vez. Em outras palavras, a possível escolha por não ter filhos acarretaria a dúvida de como seria tê-los. Assim, faz-se a opção por uma única maternidade para não passar pelo incômodo desta dúvida, ou quem sabe até mesmo para cumprir um determinismo social, ou ainda não passar pelo estigma da infertilidade.

É interessante acrescentar que tornar-se pai ou mãe é algo mais complexo em termos sociais. Segundo Moreira (1997), ao se tornarem pais, novos lugares sociais são ocupados e novas identidades são criadas. A pessoa, além de filho/filha, homem/mulher, constrói a identidade de pai/mãe, havendo uma ampliação destas identidades. E esta é a transformação pela qual passam todos os pais, de filhos únicos ou não.

Outro aspecto da parentalidade que se faz necessário abordar é quanto à divisão dos papéis ocupados segundo o gênero. Na família moderna, havia uma marcada divisão destes papéis, cabendo à mulher os cuidados com os filhos e com a casa, sendo relegada ao espaço privado. Ao homem era reservado o espaço público, ou seja, do trabalho remunerado.

Na pós-modernidade os papéis paternais vêm se transformando. A mulher tem a possibilidade de ocupar os espaços públicos e os homens o espaço privado, ou seja, o espaço doméstico. Assim, novas formas de se vivenciar a maternagem e a paternagem foram criadas. Se antes o homem era excluído do processo de gestação, parto e cuidados com o recém-nascido, hoje prega-se sua ativa participação neste processo. No entanto, a paternidade ainda é pouco falada.

Parseval (1986) diz da riqueza dos vocábulos que existem para se designar a mãe, que pode ser nomeada desde seu estado de gravidez e em situações como a de ser mãe pela primeira vez – primigesta, se vai parir também pela primeira vez – primípara ou pela enésima – múltipara. E ao pai não é reservado quase nenhum vocábulo para as diversas situações que vivencia. É usado o termo paternalidade para se referir aos processos psicoafetivos de ser pai. Primipai é o vocábulo que esta autora propõe para o homem que está sendo pai pela primeira vez.

Constata-se também que existe um número significativo de estudos sobre a relação mãe-filho, a gravidez, o parto e a amamentação. Encontra-se, em contrapartida, um reduzido número de estudos sobre a paternidade e o processo de tornar-se pai, até os finais dos anos 1980. A partir daí o número de estudos sobre a paternidade aumenta consideravelmente, e é constante a expressão “novo pai”.

Parseval (1986) fez um estudo de onze pais que tiveram filhos, sendo que sete estavam sendo pais pela primeira vez. O que esta autora buscava neste estudo era o que estava em jogo no aspecto psicológico destes homens primipais. Porém, o aspecto que ressaltou nesta pesquisa foi o questionamento recorrente que Parseval (1986) fez aos seus entrevistados quanto à existência de um instinto paterno. Como este instinto não existe, assim como não existe o instinto materno (Badinter, 1985), as respostas foram mais pautadas no desejo de se ter um filho.

É importante assinalar que tanto o desejo de ter um filho como os cuidados paternais são relativos à história individual de cada pai. Variam de acordo com suas motivações e vivências de serem filhos em suas famílias de origem, bem como do espaço construído dentro de seus casamentos para a paternagem. Além destes fatores, é importante acrescentar que a paternalidade está vinculada a fatores socioculturais impregnados nos homens, como por exemplo, um caso citado por Parseval (1986) em que um dos pais, que cuidava com tranquilidade da alimentação do filho, no entanto não conseguia nem se imaginar trocando-lhe as fraldas.

À mulher é ensinado desde criança a desejar e cuidar de um filho, ao passo que aos homens nada disto é incentivado. No entanto, o que se pode observar na contemporaneidade é o processo de transformação dos papéis de pai e de mãe, sobretudo no que diz respeito ao cuidado com crianças pequenas. Com o lugar conquistado pela mulher no espaço público, ou seja, no mundo do trabalho remunerado, principalmente a mulher de classe média e média-alta, que é o interesse desta dissertação, novas formas de maternagem e, conseqüentemente, de paternagem têm sido experimentadas. A mulher não tem mais tempo disponível para os cuidados com seus filhos, tendo de dividir com seus maridos tarefas domésticas que outrora lhe eram designadas. Hoje os homens destas citadas classes sociais se fazem mais presentes na educação de seus filhos e, se não o fazem na intensidade desejada por suas esposas, pelo menos já têm consciência de suas omissões e das conseqüências que, segundo os especialistas “psi”, a ausência paterna pode acarretar.

Dentre as questões levantadas neste capítulo, destacam-se a inserção da mulher de classe média e média-alta no mercado de trabalho, o valor compartilhado no mundo contemporâneo de que a individualidade de todos os membros da família deve ser respeitada, especialmente a dos filhos, como um dos fatores que contribuem para a diminuição do tamanho da família e para a opção, sobretudo dos extratos médio e médio-alto dos centros urbanos, pelo filho único.

Além disto, as famílias deste segmento social têm sido responsabilizadas por prover a assistência de saúde e a educação formal e complementar de seus filhos, pois raramente utilizam os serviços públicos de saúde e educação. Acrescido a isto, pode-se também considerar que estas famílias têm alto padrão de consumo de bens materiais, culturais e simbólicos, e o ideário de oferecer aos filhos “o melhor” que puderem para que estejam “preparados para o futuro” e incluídos em “bons postos de trabalho” faz com que muitos casais optem por ter somente um filho.

A partir destas constatações, esta dissertação ocupa-se em compreender os sentidos construídos no contexto contemporâneo da classe média e média-alta da cidade de Belo Horizonte para as experiências de ser filho único, bem como de ser pai ou mãe de filho único.

Outra razão que motiva esta pesquisa é que a revisão bibliográfica sobre o “filho único”, sobretudo no campo da psicologia, revelou escassez de publicações sobre este tema. A seguir serão apresentadas e discutidas duas publicações sobre o

tema, em que se procura apontar as concepções de família subjacentes aos dois estudos.

2.4. O filho único em dois estudos do campo da psicologia

Foram encontradas duas publicações em periódicos, sendo uma delas um Estudo de Caso feito por Adrados (1966), de orientação de pais cuja demanda era a filha única atravessar a puberdade sem dificuldades. A outra, um artigo de Tavares; Fuchs e Diligenti (2004), é fruto de uma pesquisa comparativa de adolescentes filhos únicos com filhos que não são únicos e aborda aspectos comportamentais.

O Estudo de Caso de Adrados (1966) data de 1966 e o que gostaria de ressaltar é o contexto sócio-histórico em que este estudo foi feito. A autora deste estudo é uma especialista – psicóloga – e traz, inseridos em sua narrativa, segundo o Construcionismo Social, os aspectos da cultura da qual faz parte, uma vez que o conhecimento e a compreensão do mundo são frutos do intercâmbio entre as pessoas, ou seja, são uma prática social compartilhada e historicamente situada. Assim, pode-se dizer que traz também, na narrativa técnica referente à psicologia, aspectos historicamente contextualizados, sendo deles porta-voz – o que não difere do estudo de Tavares; Fuchs e Diligenti (2004), uma vez que toda produção científica tem contexto cultural, histórico e político.

Nesse estudo, o que se observa é que ter um filho único naquela época, década de 1960, era considerado quase uma patologia e os pais considerados inseguros e super-protetores. Adrados (1966), citando Stekel, designa os filhos únicos como propensos candidatos à neurose, e acrescenta que a fase da puberdade deve ser observada com atenção, pois nela é comum que se desajustem, sendo ainda que os filhos únicos se destacam entre os doentes mentais tratados por esta profissional. A referida autora culpabiliza os pais por estes comportamentos supostamente desajustados.

Retomo Rauter (1987), citada neste capítulo, que chamou de “Família Psi” a família dirigida pelos dispositivos psicológico, psiquiátrico e psicanalítico, na qual a mãe é culpabilizada pelos especialistas “psi” que consideram que todos os distúrbios

mentais, emocionais ou comportamentais que venham a ocorrer às crianças são causados pela qualidade da relação mãe-filho.

Adrados (1966), além de responsabilizar a mãe, responsabiliza também o pai:

O perigo, como todos os psicólogos sabem, está nos próprios pais; embora de modo geral amem intensamente seu filho, quase sempre esse amor é tingido de angústia. O filho único é sistematicamente privado de tudo aquilo que é fonte de vida: do convívio com outras crianças, por medo de possíveis contágios e imaginárias doenças, e para que sua suposta inocência fique inalterável pelo maior prazo possível; de correr, brincar e participar das experiências de grupo, que oferece, para a perturbada imaginação dos pais, perigo sem fim. Desta forma, é sistematicamente afastado do convívio do grupo infantil, conservado na “redoma de cristal” do lar, e obrigado a ter como companhia, adultos (ADRADOS, 1966, p. 61).

Esta autora argumenta que, quando o casal tem boa convivência e bom ajustamento afetivo-sexual, o filho único terá mais condições de suportar a carga afetiva que lhe é dirigida, porém observa que a maioria dos pais de filhos únicos não tem um bom inter-relacionamento, o que leva a deslocar para o filho o afeto que deveriam dirigir ao cônjuge. A reação da criança é variável de acordo com a sua estrutura de personalidade, porém quase sempre reage de forma negativa. Há que se levantar uma questão, pois a referida autora não argumenta com dados empíricos a quase regra, por ela definida, de que pais de filhos únicos não têm um bom convívio conjugal.

Ainda neste estudo, aponta que uma porcentagem alta dos filhos únicos dorme no leito dos pais, pois estes têm receio de se separar dos filhos durante a noite, pois temem que os filhos sofram algum acidente ou tenham alguma dificuldade e precisem de ajuda. Acrescenta que a fase edipiana é vivenciada de forma intensa por estas crianças, que desejam compartilhar o leito de seus pais. Desta forma, acontecem pesadelos, temores noturnos, enurese, dentre outras alterações.

Adrados (1966) afirma que quem manda no lar é o “reizinho” – o filho único – devendo os pais lhe dar satisfação quando têm de sair de casa. Usam como objeto de chantagem a alimentação, recusando-se a comer, pois cedo descobrem a importância que seus pais dão a este fato.

Esta autora baseia-se em Adler e Freud para explicar “as anomalias de caráter”, expressão por ela usada, e de personalidade do filho único. Em Adler, encontrou uma explicação que chamou de finalista (de conquista de poder) em que

sustenta que como não tem um(a) irmão(ã) com quem rivalizar, o filho único coloca o pai neste lugar de rival. Quanto à mãe, temendo perder o filho, desenvolve exagerada fixação e dependência dele. Assim, o filho quer o pai longe e ao mesmo tempo teme o possível nascimento de irmãos, pois perderia a sua posição de centro das atenções, algo que considera ser seu direito. Quando esta situação sofre ameaças, o ressentimento aparece e, mais tarde, quando já não ocupa mais esta posição, dificuldades e desajustamentos sociais ocorrem.

Adrados (1966) observa que Adler apresenta os pais dos filhos únicos como pessoas tímidas e pessimistas, pois não confiam em sua capacidade financeira para educar mais de um filho. Talvez o medo destes pais não tenha fundamento na realidade concreta, ou seja, mesmo que possam sustentar mais de um filho, não o fazem pela fantasia de não poder ser bons pais, sendo a questão financeira apenas uma forma de manifestar este medo.

São características dos filhos únicos, segundo a autora, a falta de iniciativa, de espírito competitivo, de disciplina e de persistência, chegando a suspeitar que o grau de comprometimento afetivo do filho único possa afetar suas funções cognitivas.

Considera que os pais são exageradamente solícitos com seus filhos únicos durante a primeira infância, facilitando suas experiências e impedindo-os de tomar iniciativas, o que os leva a ter dificuldades em suas experiências fora do lar, principalmente na escola, sendo difícil ou até mesmo fracassada a adaptação. Os filhos únicos seriam, segundo a autora, preguiçosos e resistentes a qualquer atividade que demande esforço pessoal.

Fazendo uma interpretação de Freud, Adrados (1966) observa que os problemas dos filhos únicos se concentram na díade mãe-filho, especialmente se a mãe é solteira, separada ou viúva. Afirmo que o Complexo de Édipo é recíproco, e nestes casos, a mãe desloca para este filho a carga afetiva e por vezes sexual que naturalmente investiria no esposo.

Observa, ainda, que pode haver por parte dos pais uma alternância entre atitudes de complacência e severidade extremas, o que levaria a criança a apresentar problemas de indisciplina como forma de reagir à insegurança causada pela atitude incoerente dos pais.

Depois de apresentar os filhos únicos como taxativamente problemáticos, Adrados (1966) afirma que *“existem filhos únicos normais e equilibrados, frutos de*

lares harmoniosos e pais bem intencionados, mas são exceção que confirmam a regra” (ADRADOS, 1966, p. 65).

Finaliza analisando o caso de uma criança filha única que apresentou problemas escolares. O estudo deste caso revela uma lógica linear de análise, uma vez que atribui os problemas escolares da criança ao fato de ser filha única.

Este Estudo de Caso feito por Adrados (1966) reafirma, a meu ver, o estereótipo do filho único como “o problemático”, bem como o ideal de família conjugal e nuclear com, pelo menos, um casal de filhos.

A segunda publicação encontrada é de autoria de Tavares; Fuchs e Diligenti (2004) e fruto de uma pesquisa feita com 346 adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária de 15 a 19 anos, alunos do terceiro ano do ensino médio de uma escola privada de Porto Alegre, RS. Os pais destes adolescentes têm nível superior de escolaridade e padrão socioeconômico elevado. O objetivo desta pesquisa foi *“avaliar o impacto de ser filho único sobre as características de relacionamento com amigos e pais, desempenho escolar, comportamento social e sexual”* (TAVARES; FUCHS E DILIGENTI, 2004, p.1).

Os pesquisadores aplicaram um questionário auto-administrado que foi preenchido em sala de aula, no qual não havia necessidade de identificação dos informantes. Foram colhidas neste questionário as seguintes informações: grau de escolaridade dos pais; ordem de nascimento dos adolescentes (filho único, primogênito e não primogênito), história de tabagismo, consumo de bebidas alcoólicas, uso de drogas ilícitas na família; desempenho escolar, comportamento social e sexual dos adolescentes. Os resultados deste questionário apontaram que entre os 346 adolescentes, 8% eram filhos únicos, 35% primogênitos e 57% não primogênitos. É importante ressaltar que os resultados desta pesquisa foram analisados comparativamente entre filhos únicos, primogênitos e não primogênitos.

Tavares; Fuchs e Diligenti (2004) argumentam que há alguns estereótipos acerca dos filhos únicos historicamente construídos, entre eles os de que recebem excessiva atenção, amadurecem precocemente, são egoístas pelo fato de não terem irmãos, exigentes e temperamentais, comparados às demais crianças que têm irmãos. No entanto, esclarecem, baseando-se nos estudos realizados por Brophy e Falbo, tais estereótipos não se sustentam, uma vez que estes autores concluíram que os filhos únicos não apresentam problemas de personalidade mais freqüentemente que as demais crianças. Estes pesquisadores indicam, inclusive,

que os filhos únicos podem apresentar níveis superiores de inteligência, melhor desempenho acadêmico e sucesso profissional em relação às demais crianças.

Destacam-se os resultados desta pesquisa sobre o relacionamento dos adolescentes com os pais: 87% de todos os alunos pesquisados consideravam o relacionamento com seus pais bom ou excelente. Quando perguntados como gostariam que os pais fossem, “76% dos filhos únicos responderam que gostariam que os pais fossem assim como são, (vs 69% dos filhos primogênitos), 17% que fossem mais flexíveis (vs 30%) e 7% mais preocupados (vs 1% dos filhos primogênitos)” (TAVARES; FUCHS e DILIGENTI, 2004, p. 5).

Ainda com relação ao relacionamento pais/filhos, não houve diferenças significativas entre os três grupos, com relação à colocação de limites na vida dos filhos pelos pais. 31% dos pais marcavam o horário dos filhos chegarem em casa; 36% limitavam o costume de dormir fora de casa; 17% se preocupavam em controlar as amizades; 13% intervinham na maneira dos filhos se vestir e 7% no comprimento do cabelo. Com relação à permissão de colocação de *piercing* ou tatuagem, houve uma diferença significativa, mostrando menor permissividade dos pais de filhos únicos em relação aos demais: apenas 37,9% dos pais de filhos únicos permitiam, contra 57,6% dos primogênitos, e 53,7% dos não primogênitos,

Não foram detectadas diferenças significativas entre os grupos estudados quanto à preocupação com o vestibular e com a profissão. Entretanto, com relação à predominância de notas 9 e 10 no boletim escolar, houve significativa diferença, destacando-se os filhos únicos, com 17,2%, contra 5,6% dos filhos primogênitos e 2,9% dos não primogênitos.

Quanto ao lazer, os resultados não diferiram muito entre os grupos: 90% dos adolescentes freqüentavam o cinema, 89% assistiam televisão, 45% liam livros, 97% tinham o hábito de sair com os amigos e 62% namoravam. Quanto ao número de horas navegadas na internet, houve diferenças significativas, sendo que 20,7% dos filhos únicos navegavam na internet por três ou mais horas semanais, contra 8,3% dos primogênitos e 7,4% dos não primogênitos.

Com relação ao tabagismo, a freqüência foi de 19,2%, não diferindo muito entre os filhos únicos, primogênitos e não primogênitos. Quanto a bebida alcoólica, 71% fazem uso, sendo mais freqüente entre os não primogênitos – 77,2%, seguido dos primogênitos – 73,6% , contra 58,6% dos filhos únicos. O mesmo ocorre com o

uso de drogas ilícitas: 28,6% dos adolescentes se declararam usuários destas drogas, sendo 31,9% não primogênitos, 24,8% primogênitos e 21,4% filhos únicos.

Foi pesquisado também o comportamento sexual destes grupos. *“A prática de atividade sexual sem intercuro sexual (‘ficar’) foi menos freqüente entre os filhos únicos (86,2%) do que entre os primogênitos (97,6%) e os não primogênitos (97,6%)”* (TAVARES; FUCHS e DILIGENTI, 2004). Com relação à definição sexual, a opção heterossexual ficou assim definida: filhos únicos, 86,2%; primogênitos, 92,8% e não primogênitos, 96,1%. Quanto à iniciação da vida sexual ativa, apesar de não haver diferenças marcantes, os filhos únicos se declararam iniciar mais cedo (13,9 anos) contra os primogênitos (15,0 anos) e não primogênitos (15,2 anos).

As conclusões deste estudo sobre as características dos filhos únicos contribuem para a elaboração desta dissertação, que visa conhecer os sentidos produzidos pelos pais e pelos filhos únicos sobre esta experiência. Espera-se que tais sentidos possam contribuir para a desfamiliarização de alguns estereótipos que muitas vezes acabam por segregar as pessoas. Encontra-se também neste relato um ponto em comum na definição da camada social dos sujeitos pesquisados, adolescentes da camada média e média-alta, cujo elemento definidor foi o nível de escolaridade dos pais.

Os estudos de Adrados (1966) e de Tavares; Fuchs e Diligenti (2004) foram realizados em um intervalo de tempo de 38 anos, sendo os contextos sócio-político-culturais díspares. Como a educação dos filhos é um ato que está historicamente situado, conseqüentemente diferem de maneira significativa. O mesmo pode se dizer com relação a ser filho único em 1966 e em 2004. Sendo assim, a leitura do filho único no estudo de Adrados (1966) apresenta mais diversificações do que semelhanças com a pesquisa de Tavares; Fuchs e Diligenti (2004).

Adrados (1966), em seu estudo, apresenta o filho único como uma pessoa problemática, em função de ser o centro das atenções e ansiedades de seus pais. Segundo esta autora, ele não tem iniciativa, uma vez que foi tolhido pelos pais na primeira infância, tendo suas experiências facilitadas, o que o poupou de se esforçar. Estas atitudes trouxeram, como conseqüência aos filhos únicos, dificuldades em suas experiências externas ao lar, especialmente na escola, onde a adaptação era difícil.

Já Tavares; Fuchs e Diligenti (2004) expõem, no estudo teórico que embasa a pesquisa e nos resultados da própria pesquisa, que alguns estereótipos do filho

único, tais como o de receberem excessiva atenção, de serem egoístas por não terem irmãos, de amadurecem precocemente e de serem exigentes e temperamentais comparados aos filhos que não são únicos, não se sustentam.

Adrados (1966) indica como características dos filhos únicos a falta de disciplina, persistência e espírito competitivo, suspeitando que haja um comprometimento afetivo que pode afetar as funções cognitivas. O que é contradito por Tavares; Fuchs e Diligenti (2004), baseados nos autores Brophy e Falbo, ao afirmar que o filho único pode apresentar desempenho escolar superior às demais crianças, bem como maior nível de inteligência. O desempenho escolar superior foi constatado na pesquisa de Tavares; Fuchs e Diligenti (2004), em que houve uma predominância, com significativa diferença de notas 9 e 10, pelos filhos únicos, em relação aos filhos que têm irmãos.

Ainda segundo estes autores, o relacionamento dos pais/filhos únicos não diferiu significativamente dos demais pais, sendo semelhante quanto ao aspecto de colocar limites em seus filhos. Adrados (1966) apresentou os pais de filhos únicos como mais preocupados e inseguros em relação ao bem-estar de seus filhos.

As conclusões do artigo de Adrados (1966) e da pesquisa de Tavares; Fuchs e Diligenti (2004) contribuem para elaboração desta dissertação, que visa conhecer os sentidos produzidos pelos pais e pelos filhos únicos sobre a experiência de ser filho único. Espera-se que tais sentidos possam contribuir para a desfamiliarização de alguns estereótipos que muitas vezes acabam por segregar as pessoas, estereótipos estes reforçados no Estudo de Caso de Adrados (1966) e desconstruídos na pesquisa de Tavares; Fuchs e Diligenti (2004).

3. PRÁTICAS DISCURSIVAS E PRODUÇÃO DE SENTIDO

*... não somos antes sujeitos para então, [...] dispormos de uma língua:
somos antes de mais nada o que o mundo linguajeiro dispõe para nós...
Martin Heidegger*

O objetivo desta dissertação é buscar os sentidos que têm sido atribuídos ao filho único na narrativa das famílias contemporâneas. Apoio-me na abordagem do Construcionismo Social para a compreensão deste sentido.

Spink (2000) coloca que a perspectiva construcionista é derivada de três movimentos: (1) reação ao representacionismo na Filosofia – o conhecimento como uma representação da realidade externa; (2) desconstrução da retórica da verdade na Sociologia do Conhecimento – crítica da concepção da verdade como conhecimento absoluto; (3) busca de *empowerment* de grupos socialmente marginalizados na Política – valorização do discurso dos sujeitos, sendo que estes discursos devem ser escutados, isto é o “empoderamento”.

Esclarecendo a reação ao representacionismo, Spink (2000) apóia-se em Ibáñez, quando este critica o conhecimento nesta visão, baseando-se na quebra da dicotomia sujeito-objeto. Já que os objetos da natureza são constituídos pelas categorias das pessoas e como essas são produtos das interações humanas historicamente contextualizadas, ficam então condicionadas às contingências dos processos sociais e não à validação interna dos constructos. Desta forma, o conhecimento não é uma representação, nem mesmo uma versão do que pertence à realidade externa.

Quanto à desconstrução da retórica da verdade, Spink (2000) apóia-se ainda neste referido autor, que critica o entendimento da verdade como conhecimento absoluto. Afirma que não há uma verdade absoluta, e sim a verdade das convenções humanas, não por isto menos impositiva. Os critérios da verdade são estabelecidos socialmente. Apesar de sustentar que não existe verdade no sentido estrito da palavra, não quer com isto afirmar que não se vive em um mundo sem verdades. Estas são construídas a partir de convenções morais, de utilidade, coerência e ética relevantes.

Gostaria de ressaltar ainda que o Construcionismo Social propõe um discurso possível dentro de vários outros possíveis. Como não tem a pretensão de ser considerado o “verdadeiro discurso”, tem uma postura auto-reflexiva, trazendo em si a possibilidade de criticar suas próprias descrições. Leva em consideração os valores que ancoram suas proposições e as consequências destas nas práticas sociais.

Sendo assim, dentro da perspectiva construcionista, tomo este referido movimento – a Sociologia do Conhecimento, para fazer a leitura do meu objeto de estudo. Partindo da desconstrução da retórica da verdade, busco o conhecimento dos sentidos do filho único dado por si mesmo e por sua família, e não a verdade deste conhecimento.

Quanto ao termo *desconstrução*, é importante destacar que Spink (2000) faz uma problematização, apontando que a utilização deste termo é a oportunidade de reflexão que leva à desfamiliarização em relação às concepções conceituais que resultam em crenças, sendo estas um entrave para que novos conceitos sejam construídos. Como argumenta que é difícil desconstruir o que já foi construído, prefere o termo *desfamiliarização*. Desta forma, fica aberto um espaço para novas construções, embora as anteriores continuem a existir culturalmente, constituindo o acervo dos repertórios interpretativos necessários para entender e dar sentido ao mundo.

Esta referida autora aponta os autores Peter Berger e Thomas Luckmann, que partiram da vertente da Sociologia do Conhecimento, como nomes ligados aos primórdios do Construcionismo Social, em consonância com Grandesso (2000) – apesar desta considerar a leitura que Gergen faz da origem do construcionismo ligada aos debates das escolas de pensamento empirista e racionalista¹. Berger e Luckmann (1985), em contraposição a questões epistemológicas da Sociologia do Conhecimento, que utilizava como campo empírico a história das idéias ou a história das ciências, reorientam esta concepção e focalizam o conhecimento no senso comum. Criticam a compreensão intelectualista do conhecimento, que o faz se restringir ao pensamento teórico, desconsiderando o conhecimento que as pessoas possuem da realidade, ou seja, o conhecimento do senso comum:

¹ Grandesso (2000) se baseou em GERGEN, K.J..The social constructionist movement in modern psychology. **American Psychologist**, 40, p. 266-275, 1985.

A sociologia do conhecimento deve ocupar-se com tudo aquilo que passa por “conhecimento” em uma sociedade, independente da validade ou invalidade última (por quaisquer critérios) desse “conhecimento”. E na medida em que todo “conhecimento” humano desenvolve-se, transmite-se e mantém-se em situações sociais, a sociologia do conhecimento deve procurar compreender o processo pelo qual isto se realiza, de tal maneira que a “realidade” admitida como certa solidifica-se para o homem de rua (BERGER E LUCKMANN, 1985, p. 14).

Segundo estes autores, é este o conhecimento que embasa os significados, imprescindíveis para que a sociedade possa existir.

Partem do pressuposto que a realidade é socialmente construída e, como foi dito, a Sociologia do Conhecimento deveria examinar como isto se processa. Investigando como os significados subjetivos se transformam em facticidades objetivas, eles propõem três conceitos, que são centrais nesta teoria: *tipificação*, *institucionalização* e *socialização*.

Berger e Luckmann (1985) definem a *tipificação* como sendo os esquemas pelos quais o outro é apreendido nas interações face-a-face – esta é uma proposição interacionista, uma vez que a realidade da vida cotidiana tem como fundamento as interações pessoais. Pode-se apreender o outro, segundo estes autores, como um tipo, e isto acarretará uma forma típica de interação, ou seja, as intenções serão moldadas de acordo com tais tipificações. Estas tipificações vão se tornando anônimas à medida que se afastam das interações face-a-face e se transformam em características generalizadas, pertencentes às pessoas daquelas categorias às quais estão relacionadas. Exemplo disto são os preconceitos raciais, de gênero e os dirigidos aos filhos únicos.

Neste momento, faz-se necessário buscar o conceito de estereótipo, que tomo em Diniz (2002), que diz ser o estereótipo como um sentido pronto, um lugar comum. Ele exprime a sintetização de conceitos, de um sentido já anteriormente construído. Assim, é um sentido cristalizado, que faz uma síntese sobre algum objeto. Mantém íntima ligação com o conceito de estigma, que em sua acepção original significa cicatriz, aquilo que marca. Por sua vez, estigmatizar conduz à idéia de censura, condenação, atingindo a conduta de alguém, o que incorre em fazer um julgamento precoce desta pessoa. Julga-se assim por um primeiro contato, pela aparência de alguém.

Embora seu caráter disfórico, a estigmatização é um processo comum tanto nas relações interpessoais quanto sociais, e ocorre sempre que o individual passa a caracterizar o coletivo. Daí as generalizações estigmatizadas: “o nordestino”, “o turco” (...) (DINIZ, 2002).

Pode-se assim complementar estes exemplos citando “o filho único”, em um caráter totalmente estigmatizado. Sendo assim, o conceito de tipificação de Berger e Luckmann (1985) tem o mesmo sentido que estereótipo.

É notório que em nossa sociedade ainda existem idéias preconcebidas e preconceituosas em relação ao filho único, como já anteriormente foi citado na introdução desta dissertação. O filho único é preconceituosamente descrito como sendo uma pessoa “mimada”, “egocêntrica” – não no sentido dado por Piaget (1996), constituindo uma característica de pensamento da fase pré-operatória, mas no sentido de “egoísta”, não tendo como constante um comportamento de compartilhar seus pertences e bens materiais. Apoiando-me em Berger e Luckmann (1985), aponto os esquemas *tipificadores* como meio de explicação a esta concepção ideológica.

A partir do pressuposto de que a realidade é objetiva, a *institucionalização* é um conceito que estes autores usam para responder a indagação de como se dá a construção da objetividade a partir dos significados subjetivos. Postulam que os esquemas tipificadores, pelos quais o outro é apreendido, tornam-se habituais por passarem de geração a geração. Tornando-se hábito, ganham independência e se institucionalizam. Este processo de institucionalização é que irá determinar a objetividade percebida. A internalização dessa objetividade instituída se dá pelos processos de *socialização* primária e secundária. Ressalta-se que o ser humano é um produto social. Este é um modelo dinâmico, pois a socialização é um instrumento de conservação, e assim há a possibilidade da transformação social, conseqüente dos processos de ressocialização e das rupturas do enfrentamento do não familiar (SPINK, 2000).

Esclarecendo o processo de transformação, tomo Berger e Luckmann (1985), que revelam que a realidade subjetiva pode ser transformada. Se esta é decorrente da socialização primária, será mais difícil, sendo necessária a presença dos outros significativos na vida da pessoa, como assim se deu nesta socialização. Entretanto, se a realidade subjetiva decorre da socialização secundária, esta se torna mais susceptível de modificação frente às situações desafiadoras da realidade, uma vez

que esta está menos arraigada na consciência, sendo, portanto, de mais fácil deslocamento.

Grandesso (2000), ampliando esta idéia de transformação defendida por Berger e Luckmann (1985), discute como os significados já cristalizados nas práticas sociais podem mudar. Usa o termo “reconstrução”, argumentando que os significados que a pessoa carrega podem ser reconstruídos “*em razão do caráter performático da linguagem, matéria prima do diálogo entre as pessoas*” (GRANDESSO, 2000, p. 194).

Segundo esta autora, para haver uma reconstrução de significado, é necessário que haja um incômodo que abale os significados já existentes ou constituídos, através dos quais damos sentido ao mundo. A reconstrução de um significado se daria a partir de uma quebra de sentido, de uma sensação de estranhamento ou de um vazio de sentido. As pessoas vivem em um mundo que lhe é familiar e quase previsível pelos significados já instituídos e através dos quais fazem as suas leituras de mundo. Esta familiaridade se transforma em transparência e, por ser tão presente, já nem é notada. Quando o inesperado irrompe nesta transparência, há uma quebra de sentido e ocorre assim a possibilidade do surgimento do novo, em função da surpresa. A necessidade da estabilidade e da busca pelo familiar propicia a construção de um novo sentido.

Estando-se perante o fato do sentido do filho único já se encontrar institucionalizado a partir dos esquemas tipificadores mencionados acima, reforço que este sentido é construído. Retomando a possibilidade de transformação posta por Berger e Luckmann (1985), e pelo meu incômodo com este sentido já institucionalizado, caminho em direção a uma quebra deste sentido – como argumentou Grandesso (2000) –, ou seja, desta idéia já institucionalizada. Para isto, vou em busca da escuta da narrativa do filho único, bem como de sua família, para construir um novo conhecimento, reconstruindo-o.

Avançando um pouco mais na abordagem do Construcionismo Social, apoio-me ainda em Spink (2000), notando que a idéia central desta autora é construída baseando-se no psicólogo social Kenneth Gergen, que dá uma visão do construcionismo por uma perspectiva da Psicologia Social. Revela que este autor voltou sua atenção para o momento da interação – os processos de produção de sentido no cotidiano. Assim, aponta que a investigação do Construcionismo Social volta-se para a exploração dos processos pelos quais as pessoas explicam e

descrevem o mundo e a si mesmas. Afirma que a forma como o mundo é conhecido resulta das trocas historicamente situadas entre as pessoas. Portanto, as várias formas de construção de mundo estão submetidas às bases históricas e culturais em que se inserem. Como as explicações e descrições do mundo são ações sociais, estão intercaladas em todas as ações humanas.

Spink (2000) reafirma como base do Construcionismo Social a abdicação da visão representacionista do conhecimento, que parte da idéia da “*mente como sendo o espelho da natureza*”. Neste sentido, o conhecimento é visto não como algo que as pessoas possuem na cabeça, mas sim algo que constroem juntas. Para se ter uma visão construcionista da realidade, é necessário um esforço de desconstrução das idéias que já estão enraizadas em nossa sociedade.

Complementando as idéias de Spink (2000), Grandesso (2000) também destaca a importante contribuição de Gergen ao Construcionismo. Aponta as idéias centrais, baseando-se, dentre outros autores, especialmente nele: (1) As formas de se conhecer o mundo não são objetivas e sim circunscritas a um contexto histórico, cultural e social; (2) A compreensão do mundo é produto do intercâmbio entre as pessoas, sendo, portanto, artefatos sociais, historicamente situados; (3) A manutenção ou mudança de uma compreensão depende da negociação contínua dos interlocutores de uma comunidade lingüística; (4) Significância à postura crítica em relação às formas de descrever e explicar o mundo, uma vez que estas são formas de ação social.

De acordo então com a epistemologia construcionista, o conhecimento é visto como uma interpretação lingüística expressa em proposições, constituindo as práticas sociais. No que se refere ao processo de construção de significados, estes, ao serem impressos na linguagem – atividade socialmente compartilhada, dependerão dos padrões de relacionamento. Assim, estes significados serão construídos num ritual social historicamente localizado e, “*as possibilidades semânticas do significado da palavra são decorrentes das formas de relacionamento*” (GRANDESSO, 2000, p. 84). As palavras irão adquirir significados dependendo das formas ou padrões de trocas progressivas.

Aplicando estes conceitos ao meu objeto de estudo, destaco que os sentidos do filho único são construídos na interação social historicamente contextualizada. Portanto, estes são transformados ao longo do tempo, e ainda, se considerarmos

que a sociedade é composta por grupos heterogêneos, múltiplos sentidos são produzidos na mesma época histórica.

Se uma dada forma de compreensão prevalece no tempo, isso não se deve à sua suposta validade empírica, mas à vicissitude dos processos sociais, tais como a comunicação, a negociação, o conflito e a retórica. Assim, a manutenção ou mudança de uma interpretação não depende da sua validação por meio da observação, dos procedimentos ou da metodologia, mas do questionamento ou não da sua inteligibilidade pelos interlocutores de sua comunidade lingüística. As comunidades desenvolvem seu consenso sobre uma suposta “natureza das coisas”, por meio da negociação contínua das práticas rituais e da socialização dos novos usuários dessas práticas (GRANDESSO, 2000, p. 83).

O preconceito sobre o filho único, como já foi visto, generaliza a idéia de que todos os filhos únicos são egoístas e afeitos a problemas emocionais e cognitivos. Este preconceito reflete uma concepção de que a família deveria ser mais numerosa e que os casais deveriam ter mais de um filho. Se o contexto familiar do Brasil Colônia aos dias atuais mudou, podemos supor que também os sentidos construídos para o filho único mudaram.

Como o Construcionismo Social parte do princípio de que a realidade é socialmente construída e que esta construção se dá através da linguagem – prática socialmente compartilhada, acrescento que estes sentidos, apesar de singularizados, não são individuais e privados de cada família, pois refletem traços do pertencimento sócio-histórico contextualizados na contemporaneidade, no qual estas famílias se inserem. Daí a necessidade desta pesquisa, ou seja, buscar novos sentidos de filho único contextualizados no momento presente.

3.1. Produção de Sentido x Construção do Significado

Antes de discorrer sobre a construção do sentido/significado nas práticas discursivas, faz-se necessária uma pausa para afinar estes termos. Grandesso (2000) iniciou este questionamento com uma preocupação epistemológica e hermenêutica, perguntando-se se sua busca era do “ter significado”, ou do “fazer sentido”.

À primeira vista, pareceu-me que significado e sentido não poderiam ser vistos de forma separada. Para que algo tivesse significado, tinha que fazer sentido e, se fazia sentido, tinha significado. (...) Embora na literatura da área referente às terapias ditas narrativas, ou seja, as que favorecem a mudança por meio e na conversação, não se encontre uma diferenciação explícita entre os usos dos termos significado e sentido, pareceu-me relevante abordar esta questão (GRANDESSO, 2000, p. 34).

No entanto, ao não encontrar esta diferenciação, Grandesso (2000) toma os dois termos como sinônimos e optou por usar o termo significado, ou seja, trabalha com a idéia de “produção de significado”. Já Spink (2000) usa o termo “produção de sentido”. Compreendendo que as autoras não propõem nenhuma distinção entre os dois termos, e tendo recorrido a ambas para buscar compreender o construcionismo social, farei referência à “produção de significado” e à “produção de sentido” indistintamente.

Para o construcionismo, somos seres lingüísticos e é no intercâmbio entre as pessoas, por meio da linguagem, que construímos nossos significados. Grandesso (2000), ao falar deste tema, nos diz que *“o **berço dos significados**² pode ser compreendido como o discurso que decorre **das trocas dialógicas**, na medida em que os significados se desenvolvem no espaço comum entre as pessoas”* (GRANDESSO, 2000, p. 32). Assim, a produção dos significados se dá na narrativa, nos discursos. São nas interações entre as pessoas, em suas trocas discursivas no cotidiano, que estes significados são constituídos e construídos. É no espaço intersubjetivo que eles acontecem.

Berger e Luckmann (1985) argumentam que a linguagem é o sistema de sinais mais importante da sociedade humana, pois é capaz de objetivar situações comuns da vida cotidiana. Dentro desta abordagem, podemos afirmar que o sujeito também constitui a realidade através da linguagem. Fruggeri (1998) confirma o uso da linguagem na construção da realidade e, apoiando-se em Moscovici, afirma que *“as crenças que constroem estas realidades não são idéias na mente das pessoas; elas são geradas em processos de comunicação”* (FRUGGERI, 1998, p.55). É importante esclarecer que este conceito de linguagem, no sentido aqui adotado, não a toma como instrumento ou algo que descreve o mundo já existente, mas como um meio universal de experiência, com função generativa.

Retomo Grandesso (2000) para complementar que: *“A linguagem cria realidades à medida que distintos mundos emergem a partir das distinções*

² Grifos de Grandesso (2000).

lingüísticas que fazemos, das relações que estabelecemos entre elas e dos tipos de jogos de linguagem dos quais participamos” (GRANDESSO, 2000, p.183).

Além desta realidade que criamos através da linguagem, criamos a nós mesmos pelo mesmo instrumento, através das interações lingüísticas que mantemos:

Realizamos a nós mesmos em mútuo acoplamento lingüístico, não porque a linguagem nos permita dizer o que somos, mas porque somos na linguagem, em um contínuo existir nos mundos lingüísticos e semânticos que produzimos com os outros. Encontramos a nós mesmos nesse acoplamento [...] em contínua transformação no vir-a-ser do mundo lingüístico que construímos com os outros seres humanos (MATURANA; VARELA, 1995, p.252).

A atividade da linguagem é constante na vida humana. Assim, para que se crie significados na linguagem, tem-se que narrar histórias. Os seres humanos sempre narraram histórias de si mesmos entre si. Narram histórias sobre si próprios e outras pessoas. Neste intercâmbio de narrativas compreende-se quem se é e o que se é (GOOLISHIAN E ANDERSON, 1996). Como foi definido, os seres humanos constroem seus significados e a realidade na e pela linguagem. São nas narrativas, nos intercâmbios lingüísticos que estes são constituídos.

Anderson e Goolishian (1998) partem do princípio de que os seres humanos são geradores de linguagem e, concomitantemente, geradores de sentido. Assim, são a comunicação social e o discurso que determinam a organização social. *“Um sistema sociocultural é o produto da comunicação social, e não esta o produto da organização estrutural”* (ANDERSON E GOOLISHIAN, 1998, p.36).

Ainda segundo estes autores, o sentido e o entendimento são socialmente construídos, e estes só serão alcançados a partir do momento em que se realiza uma ação comunicativa, ou seja, quando a pessoa se envolve em um diálogo ou discurso relevante a esta geração de sentido.

Como se pode notar, a produção de sentido não é uma prática cognitiva intra-individual nem mesmo uma procriação de modelos pré-determinados. É uma prática social, dialógica, que se dá na interação social. Pode-se dizer que é um fenômeno sociolingüístico, pois é sustentada pelo uso da linguagem, que gerará os sentidos. A produção de sentidos volta-se também para as práticas discursivas cotidianas, como por exemplo, narrativas, conversas e argumentações, buscando entendê-las (SPINK, 2000).

Aprofundando nesta busca de produção de sentido, tomo esta autora em um texto publicado em 1994, onde expõe que “*conhecer é dar sentido ao mundo*” (SPINK, 1994, p.150). Desta forma, argumenta que não se trata do exercício de processar informações, nem mesmo é uma forma cognitiva de construção lógica do pensamento, ou de se tornar adepto de alguma teoria científica. Visto por esta ótica, produzir sentido é a ação de se posicionar perante dados, teorias e pessoas. É uma negociação contínua de identidades sociais. Para dar sustentação a estas argumentações, expõe os seguintes aspectos:

(1) *Atividade cognitiva* – o dar sentido é apontado como uma atividade cognitiva e desta forma envolve conexões neurais freqüentes desenvolvidas no âmbito dos contextos sociais e culturais. Este intercâmbio entre o cultural e o social implica a interconexão entre dois tempos: o tempo histórico, onde se encontram registrados os conteúdos imaginários oriundos das formações discursivas de variadas épocas; e o tempo vivido, onde se encontram registrados os conteúdos oriundos das socializações primárias e secundárias. Discutirei em mais detalhes estes tempos, quando for abordar as práticas discursivas.

Assim, partindo desta interpretação, conclui-se que as pessoas transitam em inúmeras narrativas que atravessam o seu cotidiano. Spink (1994) cita Harré, que afirma que a pergunta “quem somos” está sujeita a respostas variadas, submetidas às diversas práticas discursivas da pessoa que fala e de seus interlocutores, e dependendo ainda das histórias que fazem sentido para a sua vida e para a dos outros. Estas histórias se estabelecem em discursos variáveis e estão submetidas à linguagem utilizada, a conceitos, julgamentos morais e posições diversas dentro do contexto.

(2) *Posicionamento em uma rede de relações* – dar sentido ao mundo leva a uma intersubjetividade, uma vez que implica um posicionamento em uma rede de relações e pertence. Spink (1994) esclarece que isso traz para o cenário o tempo presente, a interação social e, concordando com Varela (1994), indica a possibilidade de ruptura entre o instituído e o instituinte, favorecendo assim a construção do novo, ou seja, de novos sentidos. É neste confronto entre o habitual e

o não-familiar que novos sentidos se tornam plausíveis e a atividade criativa de enfrentamento do mundo se faz presente.

(3) *Posicionamento no fluxo dos acontecimentos* – dar sentido ao mundo faz com que a pessoa tenha que posicionar-se perante os fatos, ou seja, através da coerência e do processo de continuidade ela se perceberá como sujeito histórico em um mundo polissêmico. Analisando-se por este ângulo, dar sentido ao mundo está ligado à construção de versões possíveis do *self*, através de narrativas que trazem em sua dinâmica possibilidades de modificação, uma vez que ligam eventos vividos e sentidos, sendo os autênticos diálogos entre passado e futuro. Segundo Spink (1994), este é um fenômeno ligado a transformações globais da subjetividade, que levou Pierre Nora, por ela mencionado, a citar a metamorfose histórica da memória, o que implica uma condução à psicologia individual. A redução da memória geral em memória privada concede à lembrança um forte poder de coerção, pois induz cada um a se recordar e a reconhecer o seu pertencimento – fonte de identidade.

Todos estes pressupostos sobre produção de sentido não levam necessariamente a um relativismo, a uma autonomia. O conhecimento, sustentado pelos processos-cognitivos, está sujeito à história e à cultura à qual o indivíduo pertence. Esta história é guiada pela memória afetiva individual e se pauta pelas construções de versões possíveis do eu constituído intersubjetivamente. No âmbito biológico, esta memória se dá por repetições de padrões neuronais das ações habituais. Entretanto, não se quer com isto dizer que sejam sobredeterminações biológicas, uma vez que sempre há a possibilidade de reconstruções decorrentes de novas vivências. Spink (1994) esclarece que a história a qual está se referindo não é uma mera volta ao passado, mas sim a confirmação do processo dinâmico do ser-no-mundo. Pode-se notar que dentro de um contexto cultural, esta história traz em si possibilidades de múltiplas narrativas acerca dos objetos do mundo vivido e que tem como objetivo demarcar como deve ser a relação homem-sociedade. Como estas narrativas são subordinadas a um processo de interpretação que se inscreve na memória, são, portanto, processuais, podendo haver versões incompatíveis, de acordo com a perspectiva de diferentes grupos.

Como está se discutindo no campo da intersubjetividade, faz-se necessário buscar as práticas discursivas para se compreender o conhecimento como produção de sentido.

3.2. Práticas Discursivas

As práticas discursivas são de fundamental importância para a compreensão e apreensão do conhecimento como produção de sentido. Vale lembrar que a produção de sentido não se dá como uma ação cognitiva intra-individual, nem mesmo uma repetição de modelos pré-determinados, sendo, portanto, uma prática social dialógica. Como fenômeno sociolingüístico, a produção de sentido visa entender as práticas discursivas cotidianas, das quais pode-se citar as narrativas e conversas, assim como também os repertórios usados nas produções discursivas. Porém, para discutir as práticas discursivas, tem-se inicialmente de abordar alguns aspectos da linguagem em uso. Basear-me-ei em Spink (2000) para esta argumentação, abordando as seguintes dimensões: a *linguagem*, a *história* e a *pessoa*.

a) *Linguagem*: a linguagem é entendida como prática social. Em sua abordagem teórico-metodológica, esta autora propõe trabalhar a linguagem na interface dos aspectos performáticos e das condições de produção, tanto no contexto interacional quanto de construções históricas – no sentido foucaultiano. Desta forma, usa terminologias diferentes para trabalhar níveis diferentes de análise. Entretanto, faz-se necessário distinguir práticas discursivas de discurso. O *discurso* remete às regularidades lingüísticas, à institucionalização da linguagem e aos sistemas de sinais do tipo lingüístico. Ou seja, este é um processo de institucionalização, onde distintos domínios de saber têm discursos específicos. Estas institucionalizações podem se dar tanto no nível macro de sistemas políticos ou disciplinares, quanto em níveis reduzidos de grupos sociais. O discurso, sendo institucionalizado, tem propensão à estagnação no tempo, porém, mudando-se o contexto histórico, ele pode ser mudado de maneira intensa. O discurso se aproxima do conceito de *linguagens sociais* que, segundo Bakhtin, citado por Spink (2000), são discursos característicos de camadas sociais específicas, como por exemplo, uma profissão, uma determinada faixa etária, em contextos e momentos históricos determinados.

Antes de chegar ao conceito de práticas discursivas, é necessário abordar outros aspectos da linguagem. Assim, busca-se o conceito dos *gêneros da fala* ou

“*speech genres*”, que são formas de enunciados mais ou menos estáveis, coerentes com o contexto, com o tempo e com os interlocutores presentes ou presentificados. Exemplos de *speech genres* são os cumprimentos sociais em situações específicas, tais como “bom dia, como vai”, numa situação de encontro ou “meus parabéns”, numa situação comemorativa.

Desta forma, percebe-se que as práticas cotidianas das pessoas são orientadas por regras lingüísticas que reproduzem e mantêm os discursos, sem as quais seria impossível a vida em sociedade. Entretanto, o discurso não desconsidera a diversidade de seu uso pelas pessoas. Spink (2000) exemplifica esta diversidade, relatando a existência de um discurso médico sobre determinada doença e um discurso das pessoas que têm seu cotidiano perpassado por esta doença, num sentido diferenciado e polissêmico destas práticas discursivas. Assim, ao buscar o sentido que esta doença tem para estas pessoas, o que será focalizado é a linguagem em uso, ou seja, a não regularidade e a polissemia das práticas discursivas.

Trazendo estes conceitos para uma aplicabilidade prática, pode-se notar que é a ruptura com a regularidade que torna possível a visibilidade aos sentidos, e isto é que nutre a pesquisa social. Esta ruptura pode ser observada em uma pesquisa, pois o entrevistado, ao se deparar com temas sobre os quais nunca havia refletido, pode produzir práticas discursivas diversificadas, até mesmo não relacionadas ao tema proposto inicialmente. O que ocorre nestes momentos é uma produção de sentido.

Desta forma, finalmente chegamos ao conceito de *práticas discursivas*, já que *discurso* e *speech genres* focalizam o que é gerado nos processos de institucionalização. Portanto,

O conceito de práticas discursivas remete, por sua vez, aos momentos de ressignificações, de rupturas, de produção de sentidos, ou seja, corresponde aos momentos ativos do uso da linguagem, nos quais convivem tanto a ordem como a diversidade (SPINK, 2000, p. 45).

E é isto que se busca com a pesquisa desta dissertação: rupturas com a institucionalização, produções de sentido acerca dos filhos únicos, por pessoas que têm a autoridade de produzi-los, pois é uma questão que perpassa suas vidas cotidianas, ou seja, pais e mães de filhos únicos, assim como os próprios, são as pessoas convidadas a gerar sentidos em suas práticas discursivas diversas.

Spink (2000) define práticas discursivas como sendo a linguagem em ação, ou seja, a forma de produção de sentido das pessoas, e os posicionamentos que mantêm em suas relações sociais. Os elementos que constituem as práticas discursivas, segundo esta autora, são a dinâmica, que se manifesta nos enunciados, os quais são orientados por vozes; as formas, os *speech genres*; e os conteúdos, que são repertórios interpretativos.

Spink (2000) recorre a Bakhtin para afirmar que enunciados e vozes andam juntos, uma vez que perfazem o processo de interanimação dialógica que ocorre numa conversação. Assim, os enunciados de alguém fazem contato ou são endereçados a uma ou mais pessoas e se interanimam reciprocamente, até mesmo sendo estes diálogos internos. As vozes se referem aos interlocutores, tanto os presentes quanto aqueles presentificados nos diálogos. Compreendem também as negociações que ocorrem na produção de um enunciado, antecedendo-o. Os *enunciados* são expressões – palavras e sentenças – articuladas em ações situadas. As vozes fazem-se presentes no momento da produção dos enunciados, uma vez que uma pessoa falante é sempre um respondente em maior ou menor grau. Este é o caráter social da dialogia.

Sendo a linguagem uma prática social, Spink (2000), citando Wertsch, diz: “a *pessoa não existe isoladamente, pois os sentidos são construídos quando duas ou mais vozes se confrontam: quando as vozes de um ouvinte (listener) respondem à voz de um falante (speaker)*” (SPINK, 2000, p. 46). Contudo, as vozes às quais os enunciados são dirigidos não necessariamente necessitam estar presentes. Elas podem se encontrar distantes espacialmente ou até mesmo temporalmente. Vale lembrar que o pensamento é dialógico, constituindo-se de falantes e ouvintes. Estes se interanimam reciprocamente e determinam a produção de sentidos e enunciados.

A pessoa traz dentro de si vozes. Spink (2000) observa que, quando um entrevistado em uma pesquisa, ao responder a uma pergunta, diz algo rememorando uma situação de infância em que seu pai estava presente, ele traz a voz do pai para a dialogia. Ele pode trazer não só a voz do pai, mas vozes de outras pessoas. Todas elas perpassam a prática discursiva, fazendo-se nela presente, em maior ou menor grau, dependendo do contexto em que são produzidas. Portanto, o sentido é produzido neste emaranhado de vozes.

Além de todos estes conceitos anteriormente colocados, é necessário destacar-se que a linguagem é ação e, sendo ação, gera conseqüências. Assim, os

cientistas sociais que se aprofundam no estudo das práticas discursivas, devem estar atentos à dimensão performática do uso da linguagem, pois implica consequências maiores e às vezes não intencionais. Quando se fala, está presente um espectro de argumentações e retóricas. Sendo assim, realizam-se ações nos exercícios do perguntar, acusar, justificar etc. Isto implica uma dinâmica de posicionamentos entre os interlocutores, independente das intenções.

Não se pode esquecer que um enunciado não surge do nada. Ele é um fragmento do ato de comunicação ligado a outros enunciados, dentro de uma organização complexa. Desta forma, na produção de um enunciado, a pessoa que fala está se utilizando de um sistema de linguagem e de enunciados pré-existentes e o que faz é se posicionar em relação a eles. Assim, Spink (2000) propõe que o sentido do cotidiano advém da utilização do *repertório interpretativo* de que se dispõe – conjunto de termos, descrições, lugares comuns, os quais possibilitam as várias construções discursivas, dentro de um contexto no qual estas práticas são produzidas.

É através dos repertórios interpretativos que se constroem as versões das ações, dos fatos e de outros fenômenos que ocorrem à volta das pessoas. E é por meio destes que se percebe, por um lado a estabilidade e por outro a dinâmica da polissemia das produções lingüísticas humanas. São substratos para as argumentações e é ainda por intermédio deles que é possível entender a diversidade que se encontra nas comunicações cotidianas, em que repertórios característicos de discursos diversos fazem uma nova combinação de formas, o que poderá até mesmo gerar contradições.

Pode-se assim apontar que estes estudos observam não somente a regularidade, o invariável, o consenso, mas a variabilidade e a polissemia que caracterizam os discursos. É importante acrescentar que a polissemia aqui dita se refere à possibilidade que uma determinada palavra tem de representar variadas idéias, dentro de uma época específica.

Dizer que as práticas discursivas são polissêmicas não significa negar a sua possibilidade de hegemonia. Os vários sentidos produzidos nas práticas discursivas não têm o mesmo poder de promover mudanças. Esta natureza polissêmica da linguagem traz a possibilidade de as pessoas circularem por contextos e situações variados.

É inegável que vivemos num mundo social que possui uma *história*. Assim,

Os repertórios interpretativos que nos servem de referência foram histórica e culturalmente constituídos. Trabalhar no nível da produção de sentidos implica retomar também a linha da história, de modo a entender a construção social dos conceitos que utilizamos no *métier* cotidiano de dar sentido ao mundo (SPINK, 2000, p. 49).

b) *História*: os repertórios interpretativos nas práticas discursivas do cotidiano têm uma inscrição histórica, daí a necessidade de inseri-lo no tempo, uma vez que tempo e história andam juntos. O que se pretende buscar com esta idéia de temporalidade dos repertórios está relacionado aos contextos de sentidos, pois falar do sentido contextualizado implica falar do diálogo dos sentidos novos e antigos. Esta é uma dinâmica das práticas discursivas, pois os diálogos acontecidos há séculos não apresentam nenhuma estabilidade, uma vez que podem ser renovados a qualquer momento. Estes sentidos contextuais podem ser retomados e revigorados em outros contextos, assumindo novas formas. É uma releitura histórica dentro de um novo contexto.

Nas entrevistas realizadas na pesquisa desta dissertação, o que se buscou nas práticas discursivas foi uma nova contextualização do sentido de filho único na contemporaneidade, partindo-se por vezes de sentidos antigos em diálogo com sentidos novos, renovando-os no contexto e no momento histórico atual.

Spink (2000), ao construir a noção do tempo, faz um diálogo entre dois autores, Braudel e Bakhtin. Segundo Braudel, há uma imbricação do tempo presente com o passado e estes se esclarecem mútua e reciprocamente. Este referido autor propõe dois tempos, contrastando-os: o tempo longo, que é a permanência, o *locus* da compreensão da estrutura dos problemas de longa duração; e o tempo breve, que é “o tempo dos acontecimentos, a escala dos indivíduos, da vida cotidiana ou da tomada de consciência” (SPINK, 2000, p. 50).

Já Bakhtin citado por Spink (2000), apresenta a divisão temporal em que há diálogo entre o pequeno tempo – *small time* e o grande tempo – *great time*, sendo que o pequeno tempo consiste no dia de hoje, no passado recente e no futuro que está por vir. Por sua vez, o grande tempo consiste na infinitude do diálogo que, por ser infinito é inacabado, sendo que nele nenhum sentido morre.

A partir desses autores, Spink (2000) chega à sua construção de divisão de tempo nas práticas discursivas, e ainda propõe a inclusão de mais um tempo histórico: o da vida vivida, que diz do processo de socialização. Assim, trabalha o

contexto discursivo no intercâmbio de três tempos: “o *tempo longo*, que marca os conteúdos culturais, definidos ao longo da história da civilização; o *tempo vivido*, das linguagens sociais aprendidas pelos processos de socialização; e o *tempo curto*, marcado pelos processos dialógicos” (SPINK, 2000, p. 51).

Trabalhar com as práticas discursivas dentro de um contexto histórico e em diferentes níveis visa buscar o engessamento dos discursos institucionalizados, as posições sociais que estão disponíveis e as estratégias lingüísticas que são utilizadas para posicionar-se nas interações. Foi esta divisão em partes que permitiu visualizar o paradoxo existente tanto na ordem das regularidades, ou seja, a constância que dá suporte ao compartilhamento, quanto à polissemia dos repertórios, que caracteriza as particularidades do processo de produção de sentido.

Spink (2000) apresenta o *tempo longo* como abrangendo todos os discursos culturais de uma determinada época, fruto da construção social. Mantendo-se um diálogo com a história, é possível assimilar os repertórios existentes que foram formados dentro de um contexto social de época que eram as vozes que se faziam presentes nos enunciados. No momento atual, estes repertórios não são mais úteis como teoria, pois muitos perderam a validade, nem mesmo como acontecimento – momento de interanimação, mas somente como fragmentos, ou seja, repertórios.

Ainda percorrendo sobre o tempo longo, esta citada autora esclarece como este se faz presente em nosso cotidiano. Ela parte da afirmação de que os conhecimentos que estão inseridos no tempo longo são produzidos e reinterpretados por várias áreas do saber, como as artes, ciência, religião e as tradições do senso comum. Apesar destes conhecimentos já existirem anteriormente às pessoas, presentificam-se através das instituições, normas, convenções, pela reprodução social. Aponta que uma obra de arte de um museu traz em si uma representação de um dado tema. Esta será vista no presente de uma forma ressignificada. Sendo assim, não é uma obra estagnada, presa às amarras da história. Esta é a dinâmica que amplia os repertórios, dos quais se dispõe para a produção de sentido.

Falar de *tempo vivido* é falar do processo decorrente das várias ressignificações ao longo da história vivida de uma pessoa. Estas ressignificações se dão a partir dos processos de socialização primária e secundária. Vale retomar estes conceitos para melhor compreensão dos autores Berger e Luckmann (1985):

A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade. A socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz o indivíduo socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade (BERGER E LUCKMANN, 1985, p. 175).

Como pode ser visto, o tempo vivido é um processo dinâmico, habitado por inúmeras e contínuas ressignificações ao longo da vida, as quais compõem as experiências da pessoa. É neste momento que ocorre a aprendizagem das *linguagens sociais* – discursos próprios a camadas específicas da sociedade, segmentos de classe, um grupo etário, discursos estes datados e contextualizados.

Desta forma, chega-se ao conceito de *habitus*, qual seja, aquilo que se adquire por pertencer a grupos sociais específicos. Estes são aprendidos inicialmente na infância e dinamicamente modificados no decorrer da vida.

Em suma, o tempo vivido são estas inúmeras aprendizagens ocorridas no tempo de vida das pessoas, assim como as inúmeras linguagens sociais apreendidas. Estas são as vozes que irão povoar suas práticas discursivas.

Não se pode deixar de destacar que no tempo vivido está também embutido o tempo da memória manifesta em afetos. É neste tempo que se ancoram as narrativas identitárias e pessoais (SPINK, 2000).

Finalmente, esta autora observa que o *tempo curto* é o tempo em que se dá o acontecimento, a interanimação dialógica, onde é possível entender a produção de sentidos. É o instante onde ocorrem a compreensão, a comunicação e a construção discursiva das pessoas. É o momento interativo, onde vozes, presentificadas pela memória cultural do tempo longo ou pela memória afetiva do tempo vivido, se manifestam.

O tempo curto é o tempo da interação social presente, da comunicação direta entre os interlocutores. Neste momento é que se dá a polissemia, uma vez que a dialogia, presente nesse tempo, traz em si a possibilidade de variados repertórios se manifestarem, para se construir os sentidos das experiências humanas.

Através das práticas discursivas deste momento de interação é que se encontram a polissemia e a contradição.

Deparamos, ao mesmo tempo, com a processualidade e a produção situada desses repertórios, deixando emergir a possibilidade de construção de inúmeras versões de nossas pessoas. À medida que nos distanciamos, teórica e empiricamente, do tempo curto, adentramos o campo das abstrações: as tipificações de papel, as regras de discurso, as linguagens

sociais e as identidades sociais que povoam nosso universo (...) (SPINK, 2000, p. 53).

Gostaria de apontar que, nas entrevistas da pesquisa desta dissertação, pode-se notar que, como a entrevista se dá no tempo curto, a pessoa traz em seu enunciado vozes que se presentificam, assim como tipificações e linguagem social. Foi comum haver rupturas em suas práticas discursivas neste tempo curto. Mas à medida que a entrevista prosseguia, em alguns casos os enunciados novamente se faziam presentes, assim como as tipificações e até mesmo a linguagem social.

Concluindo, são nas interfaces dos tempos longo, vivido e curto que se dá a produção de sentidos e é através deles que se compreende os sentidos que perpassam a sociedade. Spink (2000) observa que, ao se falar das diversidades e permanências das construções lingüísticas imbuídas de sentido, não se quer dizer que hajam exclusivamente permanências no tempo longo e diversidades no tempo curto. Ambos os tempos são permeados por permanências e diversidades em maior ou menor escala, considerando-se assim as práticas discursivas das pessoas.

c) *Pessoa*: Abordar a noção de *pessoa* será útil para os propósitos desta dissertação. Baseando-me ainda em Spink (2000), ressalto que esta autora faz uma problematização entre os termos indivíduo e sujeito, optando por *pessoa*, uma vez que este termo dá a noção de dialogia, não se destacando a individualidade e nem a condição de sujeito, pois estes termos remetem a dualidades tais como sujeito-objeto e indivíduo-sociedade. Entretanto, a autora não deixa de considerar o indivíduo ou o sujeito, marcos fundadores da Psicologia, mas ressignifica-os pela perspectiva construcionista, regatando assim o termo *pessoa*, que pertence ao tempo longo. Dá a este termo uma visão relacional, uma vez que a *pessoa* está inserida em um mundo com o qual interage.

A autora observa que o conceito de *pessoa* foi tomado da Teologia, sendo também objeto de estudo da Filosofia, tendo definições a partir de variados referenciais epistemológicos. Mas destaca o fato do caráter relacional do termo *pessoa* estar presente na maioria destes referenciais.

Este caráter relacional fica mais visível no momento de produção de sentido nas práticas discursivas cotidianas. A *pessoa* está em constante negociação em suas relações sociais, mantendo trocas simbólicas num processo intersubjetivo ou interpessoal.

Como já foi dito, as práticas discursivas são um processo marcado pela interanimação dialógica e a produção de sentido é decorrente da produção discursiva de pessoas em interação. Focando-se as práticas discursivas, chega-se ao processo das construções identitárias. Assim, chega-se ao conceito de *posicionamento*, que incorre em transitar por variadas narrativas que se organizam nas práticas discursivas.

Baseando-se em Davies e Harré, Spink (2000) introduz a pergunta “quem somos” e as múltiplas possibilidades de respostas possíveis, dependendo das posições disponíveis das práticas discursivas. Assim, é preciso levar em consideração as histórias que permitem dar sentido à vida da pessoa, os processos de socialização que dão coerência às narrativas. Uma pessoa que responde a esta pergunta, narrando “quem é”, pode tomar um aspecto de si dentro de um contexto argumentativo, bem como outro aspecto também coerente, dentro de um eixo comum.

Trazendo este conceito de *posicionamento* para a pesquisa desta dissertação, um filho único entrevistado poderia, em sua prática discursiva, percorrer por uma posição disponível naquele contexto de entrevista de forma totalmente diversa de um outro contexto de sua vivência cotidiana. Em outras palavras, no contexto dialógico em que há a presença da entrevistadora, esse entrevistado pode priorizar em sua narrativa um aspecto decorrente do diálogo travado, susceptível e coerente ao tema. Em um contexto dialógico diverso da situação de entrevista, poderá privilegiar um outro aspecto, produzindo um sentido marcadamente diferente de si próprio. Estas são as nuances das práticas discursivas, em que é possível o uso de repertórios e posicionamentos identitários variados.

Não se pode esquecer de ressaltar que a produção de sentido não se restringe à linguagem verbal. Ela também se manifesta na linguagem não verbal, que é expressa através dos gestos, expressões faciais, posturas e até mesmo nos silêncios.

Enfim, as três dimensões aqui abordadas nas práticas discursivas no decorrer deste capítulo, *linguagem, história e pessoa*, permitirão buscar o sentido do filho nas narrativas das famílias contemporâneas.

4. DISCUSSÃO METODOLÓGICA

Esta é uma pesquisa do tipo exploratório, uma vez que a revisão bibliográfica sobre os estudos relacionados ao filho único indicou que este tema é ainda pouco estudado. Além do levantamento bibliográfico, foram realizadas entrevistas com adolescentes filhos únicos e com seus respectivos pais e mães, de camadas média e média-alta da cidade de Belo Horizonte (MG). Estes dois procedimentos, o levantamento bibliográfico e a entrevista com pessoas que experimentam em seu cotidiano a situação ou problema que se pretende estudar, são próprios da pesquisa tipo exploratório. O delineamento foi o Estudo de Caso, muito utilizado em ciências sociais e humanas, por possibilitar um estudo profundo e exaustivo de uma determinada questão. Para tal, foram utilizadas entrevistas semi-dirigidas (roteiro em anexo), na qual o entrevistador não tem a preocupação com a padronização das perguntas e nem com respostas que se tornem dados quantificáveis, mas tem interesse em compreender os significados construídos pelos entrevistados para o tema proposto. Por isto, notar-se-á interferências da entrevistadora, em busca de aclaração de determinadas narrativas.

4.1. Coleta de Dados

A pesquisa foi realizada na cidade de Belo Horizonte, MG, onde foram entrevistados membros de cinco famílias – pai, mãe e filho(a) – da camada média e média alta. Foi tomado como critério de definição da “camada média e média alta” a escolaridade dos pais, que deveriam ter nível de instrução superior e atividade profissional compatível com sua formação e, ainda, os filhos deveriam estar matriculados em escolas particulares de Belo Horizonte. Os filhos(as) únicos(as) deviam estar na faixa etária entre os 14 e 17 anos.

4.2. Procedimento

As famílias entrevistadas foram indicadas por pessoas do meu relacionamento profissional e acadêmico. Inicialmente, fiz um contato por telefone, quando expliquei os objetivos da pesquisa e que o procedimento a ser utilizado seria uma entrevista individual com o pai, com a mãe e com o filho, e que estas entrevistas seriam gravadas, para se manter a fidelidade das informações. O tema a ser abordado seria a experiência de ser filho(a) único(a) ou de ser pai e mãe de filho(a) único(a). Foram marcados, de acordo com a conveniência dos entrevistados, data, hora e local para a realização das entrevistas.

Ao iniciar cada entrevista, pedi ao entrevistado que lesse e assinasse o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (em anexo).

As entrevistas seguiram três momentos:

No primeiro momento, fiz um *rapport* com o gravador ainda desligado. O passo seguinte foi colher os dados do entrevistado, tais como data de nascimento, escolaridade, profissão/ocupação e estado civil. Só a partir deste momento o gravador foi ligado, não sem antes esclarecer o procedimento ético com relação às informações que me seriam passadas, tais como: a fita seria guardada em local seguro e trancado, ao qual somente eu teria acesso; que seus nomes seriam trocados por nomes fictícios e que quaisquer outros dados que poderiam revelar suas identidades seriam trocados ou suprimidos na transcrição. Faço uma ressalva de uma única exceção, onde o gravador foi ligado já na coleta destes dados iniciais, quando inverti a ordem, falando primeiro do meu compromisso ético com as informações.

Em um segundo momento, passei para a entrevista propriamente dita, seguindo de forma flexível o roteiro semi-estruturado. A entrevista foi temática, sempre voltada para o tema “filho único”. Algumas perguntas foram acrescentadas na medida do necessário.

No terceiro e último momento sempre agradecia ao entrevistado pela disponibilidade de ter concedido a entrevista e desligava o gravador. Algumas informações relevantes me foram passadas nestas conversas informais, as quais anotava após sair do local das entrevistas, e que também foram analisadas.

Na entrevista-piloto, levantei uma questão – se as entrevistas deveriam ser em grupo, sendo entrevistada toda a família conjuntamente – ou individualmente. Este questionamento ocorreu após ter entrevistado a primeira família em um único momento. Era uma família onde o casal era separado judicialmente, e entrevistei mãe e filha em conjunto. Percebi um pequeno constrangimento entre elas, ficando a narrativa da adolescente comprometida com a presença da mãe e a narrativa da mãe comprometida com a presença da filha. Por este fato, esta entrevista não foi analisada. O pai desta adolescente não foi entrevistado. A partir desta entrevista, decidi entrevistar os pais, mesmo se o casal fosse separado, e cada um (pai, mãe e filho) separadamente.

A Análise de Conteúdo foi o método de análise escolhido para tratar as entrevistas realizadas para esta dissertação, por permitir analisar as concepções de mundo, as representações sociais, as motivações, as expectativas dos entrevistados, considerando que estes são elementos importantes na construção dos sentidos do filho único para estas famílias. Tomo a Análise de Conteúdo na concepção de Franco (2005), que afirma que o principal interesse desta técnica é a mensagem, uma vez que ela carrega em si um significado. Esta mensagem pode ser uma palavra, um enunciado, um texto ou até mesmo um discurso e está referenciada ao contexto em que foi produzido. Está impregnada de elementos cognitivos, afetivos e valorativos e são historicamente mutáveis. Os dados analisados devem ser relacionados a outros dados, para que haja comparações contextuais, que podem ser multivariadas. No entanto, devem ser conduzidas pela sensibilidade e intencionalidade do pesquisador.

Inicialmente a Análise de Conteúdo era usada como uma técnica de análise quantitativa de comunicação e atualmente é bastante utilizada em pesquisas qualitativas, sendo o material tratado por categorias temáticas.

Algumas categorias temáticas das análises de entrevistas desta pesquisa de dissertação foram construídas *a priori*, em função das perguntas que foram formuladas na entrevista semi-dirigida, tais como “estereótipo de filho único”, “ser filho único”, “filho único”, “dividir”, “maternidade”, “paternidade”, “relação com o filho” e “educação”. As demais categorias “primos no papel de irmãos”, “irmão idealizado”, “desfocar a atenção”, “afeto exclusivo”, “individualização”, “ter somente um filho”, “filho único não estereotipado” e/ou “estereótipo de filho único”, “socialização”, “relação intermediada” e “ciúmes” surgiram *a posteriori*, advindas do próprio

conteúdo da entrevista. Os quadros com as categorias das entrevistas encontra-se em anexo.

Foram considerados para a análise das entrevistas os sistemas família, e os subsistemas filhos, pais e mães, onde analisei a narrativa de todos os membros pertencentes a estes sistemas e subsistemas conjuntamente, ou seja, foi feita a análise conjunta dos membros de cada família, dos filhos únicos, dos pais e das mães.

4.3. Descrição e Análise das Entrevistas

	FAMÍLIA 1	FAMÍLIA 2	FAMÍLIA 3	FAMÍLIA 4
FILHA/FILHO	ALICE	ADRIANA	ALEXANDRE	ANTÔNIO
	15 Anos	17 Anos	14 Anos	17 Anos
	Reside com os pais	Reside com a mãe	Reside com a mãe	Reside com a mãe
	1º Ano do 2º Grau	3º Ano do 2º Grau	8ª Série do 1º Grau	1º Ano do 2º Grau
PAIS	PEDRO	—	PAULO	—
	46 Anos	—	57 Anos	—
	Eng. Mecânico/MBA Diretor Comercial	—	Médico Pediatra/ Prof. Universitário/ Doutor	—
	Casado	—	Divorciado	—
MÃES	MARÍLIA	MÉRCIA	MARA	MIRIAN
	46 Anos	49 Anos	54 Anos	45 Anos
	Eng. Civil/MBA Gestora Econômica	Enfermeira Chefe do Setor de Enfermagem	Médica Endocrinologista/ Pediatra/Profa. Universitária/ Doutora	Dentista Autônoma
	Casada	Solteira	Divorciada	Divorciada

Quadro 1: Identificação das famílias

4.3.1. Família 1

4.3.1.1. História familiar

A Família I é composta pelo pai Pedro, a mãe Marília e a filha Alice. Os pais são casados e residem todos juntos. Têm um bom convívio, sendo a relação pais/filha democrática, marcada por diálogos. Os limites impostos pelos pais, apesar dos questionamentos de Alice, são aceitos e respeitados. A família foi morar no Exterior em 1998, quando Alice tinha oito anos, e voltaram quando a filha havia completado 13 anos de idade.

Marília relatou o “não planejamento” em relação ao fato de ter tido somente uma filha, pois, segundo ela, isto aconteceu de forma circunstancial, uma vez que houve tentativas de engravidar novamente, mas isto não ocorreu. Desta forma ela explica que só tem uma filha porque uma nova gravidez “não aconteceu” e ela não se dispôs a pesquisar as causas das dificuldades para engravidar uma segunda vez. Além disto, a mudança para o Exterior exigiu dela outros investimentos e, passado algum tempo, ela se achou em idade na qual já não era mais aconselhável ter filhos.

Segundo o pai de Alice, sua educação é pautada por uma boa formação, fazendo questão que seja diversificada e num nível muito alto.

4.3.1.2. Análise conjunta da Família 1

Pedro narra que o fato de terem somente uma filha foi algo que se deu de acordo com os acontecimentos da vida do casal:

Foi muito pelo acaso, quer dizer, não foi, não objetivamos ter uma... uma filha única e também num... não tinha nada pensado. Nós tivemos a Alice, e... depois procuramos um momento mais, de vida mais fácil para ter o segundo tudo, aí não veio e aí ficou e, o tempo foi passando e... ficou praticamente a Alice.

Marília atribui este fato às circunstâncias de sua dificuldade de ter uma segunda gravidez, o que a levou a se acomodar com a situação:

Eu falei assim, ah este negócio de fazer tratamento e a gente trabalhando..., pois a princípio não estava muito convicta se queria outro filho (...). Foi, assim, mas eu acho que se eu tivesse uma fissura por ter outro filho eu teria, entendeu, mas ... 'tava' ótimo do jeito que tava, Alice... uma gracinha... ah, não sei, trabalhando, 'tava' tudo bem.

Pela narrativa de Marília, percebe-se que optou por ter somente uma filha. Além disto, apoio-me em Vaitsman (1994) para afirmar que sua identidade não está ligada somente à maternidade e sim também à sua realização profissional: *“Não queria ser mãe, queria estudar... e me dedicar ao estudo, estudar fora e só pensava numa carreira sem marido e sem filho”*.

Com relação ao estereótipo de filho único, Marília o traz em seus enunciados como sendo muito “dengosinho”. No entanto, argumenta em suas práticas discursivas que tratar com dengo as pessoas e os objetos de seu afeto é uma característica intrínseca sua. Coloca em dúvida se sua filha tem este estereótipo, pois questiona se Alice é “dengosinha” por ser filha única ou se por ser sua filha. Não houve uma variação discursiva do sentido do filho único, mantendo em seu enunciado a linguagem social de filho único, apesar de afirmar que trata com dengo todas as pessoas que a rodeiam. O pai não significa a filha como sendo um protótipo do estereótipo de filha única.

Há uma convergência na narrativa de Alice em relação à sua mãe quando constrói um sentido de si mesma como sendo mimada, ligando esta característica ao fato de ser filha única de modo estereotipado. No entanto o desfamiliariza, falando que tem amigas que não são filhas únicas e que também são mimadas, não ligando mais este comportamento ao fato de ser filha única. Neste momento fica claro que Alice traz em seu repertório interpretativo um enunciado pré-existente, onde vozes que definem filho único como mimado, se presentificam. No entanto, ela se posiciona sobre este enunciado, contradizendo-o. Esta é a polissemia da produção lingüística, que traz a possibilidade da criação do novo, característica das práticas discursivas.

Perante as narrativas de mãe e filha, pode-se observar que esta característica de ser “mimada” não está ligada ao fato de Alice ser filha única, mas a uma construção relacional, pois Marília diz mimar todos que a rodeiam. Além disto,

quando Alice narra que tem amigos que não são filhos únicos mas são mimados, denuncia esta característica nos adolescentes de classe média e média-alta. Segundo Singly (1996), na contemporaneidade, a educação que os pais dão aos seus filhos é com eles negociada, demonstrando uma dificuldade que estes pais estão tendo em lhes colocar limites, o que faz com que os adolescentes passem por muito poucas frustrações, podendo assim ser construída esta característica de “mimado”.

É importante observar que Marília é uma pessoa que gosta de mimar as pessoas ao seu redor: *“Mas eu acho que qualquer filho meu seria dengosinho, porque é, eu! Adoro bajular e fazer tudo pra ela, pro meu marido, pra cachorra”*. Alice, vendo-se como um dos alvos dos afetos da mãe, tem necessidade de desfocar o excesso destes mimos para a cachorrinha: *“Aí, como eu não deixo a minha mãe ficar toda hora assim comigo, minha mãe fica assim com o cachorro. (...) o cachorro é minha irmã, tá entendendo?”*

Pedro significa sua filha como tendo uma boa aceitação dos limites que impõe a ela, apesar da forma democrática como conduz sua educação. Rauter (1987) aborda este tema, ao falar da “família democrática”, onde é permitido a todos opinar e se expressar, parecendo até que são as crianças que mandam na casa, por ser exagerada a prioridade que os pais lhes dão. Pedro leva em consideração as opiniões da filha, o que não o impede de lhe colocar limites, respeitados por Alice, o que nas famílias citadas por esta autora não vem acontecendo, pois quando os pais o fazem, a impressão que passam às demais pessoas é de abuso de autoridade.

Destaco a riqueza do conteúdo quanto ao desejo de Alice ter um irmão – reforço, do sexo masculino – para desfocar a atenção dos pais de si mesma. Tanto nos aspectos de ser o alvo dos afetos da mãe, bem como das demandas desta para que conte momentos de sua vida, os quais não quer compartilhar. Na opinião de Alice, um irmão desfocaria as atenções dos pais, pois dividiriam suas expectativas com outros filhos.

Pedro narra que a atenção que dispensa à filha é em função da demanda desta, e não pelo fato de ser filha única e foco concentrado das atenções, apesar de dizer que a vida do casal gira em função dela. Mas, ele pondera, assim como a maioria dos pais de classe média e média alta, também adapta seus programas à filha.

Pai e mãe priorizam na educação da filha uma boa formação, sendo que a mãe se mostrou um pouco mais atenta à socialização da filha. Neste aspecto da formação, a filha se sente um pouco pressionada, narrando que esta pressão se deve ao fato dos pais não terem com quem dividir as atenções. O mesmo pode ser visto no discurso da mãe, quanto às atenções serem todas voltadas para a filha. Marília se vê como mãe de filha única, o que não acontece com o pai.

Nas narrativas de mãe e filha, pode ser observado que a prima da mesma idade de Alice é vista desempenhando um papel de irmã.

Os três convergem no aspecto do relacionamento pais/filha, dizendo que é muito bom, sem grandes problemas.

4.3.2. Família 2

4.3.2.1. História familiar

A Família II é composta pela mãe Mércia e sua filha Adriana. Mãe e filha moram juntas, sendo que a avó materna esteve hospedada na residência da família por um período de aproximadamente dois meses, mudando-se em seguida para um apartamento em frente ao de Mércia e Adriana. No entanto, passa a maior parte do dia no apartamento de Mércia, indo para o seu apenas para dormir.

Mércia não fez referência ao pai de Adriana, sendo este também ausente na narrativa de Adriana.

Mãe e filha têm um convívio pautado por alguns conflitos. Apesar disto, Mércia se preocupa e fica atenta aos excessos, mostrando à filha que as consequências de seus atos se refletirão nela mesma.

Com relação à educação de Adriana, é valorizado e buscado por sua mãe um colégio que lhe dê uma boa formação e que leve em consideração valores como cidadania, respeito ao outro e a si próprio e ética.

4.3.2.2. Análise conjunta da Família 2

Podem-se observar na narrativa de mãe e filha alguns aspectos congruentes. Mércia aponta que, não tendo outro filho, não tem uma segunda chance para ter uma maternagem mais assertiva. Adriana, em outras palavras, diz acreditar que sua mãe seria diferente no trato com ela se fosse a segunda filha, pois assim a mãe seria menos protetora, tendo adquirido mais experiência na criação dos filhos. Acrescenta que brigariam menos, pois a mãe estaria ocupada em “brigar” também com este irmão, esquecendo-a um pouco. Recorrendo a Spink (2000), pode-se observar que Adriana dá um significado em seu tempo curto – tempo onde se dá a interanimação dialógica, em que ocorre a compreensão e a produção de sentido – para o comportamento de sua mãe diferente do que tem para com ela, se não fosse filha única. Pela sua memória dos tempos longo e vivido, traz significados de mães que têm mais de um filho e que se comportam de forma menos árdua em relação aos mesmos, comparado ao relacionamento entre a mãe e ela.

Mércia significa sua filha como sendo uma pessoa sozinha por ser filha única e narra que por um momento pensou em adotar uma criança para que sua filha “*pudesse ter alguém por ela*”, sendo esta uma pessoa que tomasse partido de Adriana na sua relação com ela, a qual nunca teve. Por sua vez, Adriana gostaria de ter um irmão para, num momento de desentendimento deste com sua mãe, defendê-lo, “*aquela coisa de irmãos contra os pais*”. Ou seja, alguém que formasse com ela um subsistema irmãos, para que houvesse uma cumplicidade entre eles, sendo este um dos papéis dos irmãos. A presença de um outro nesta relação, tanto para Mércia quanto para Adriana, sugere que sentem a ausência paterna, que faria a mediação entre mãe e filha. Esta mediação teria um peso maior, pois se daria em nível mais igualitário em relação à Mércia, já que o pai estaria no mesmo nível hierárquico da mãe, compondo o subsistema casal. Por outro lado, a presença de um irmão não teria a função de mediação entre mãe e filha e sim de aliado, que ocuparia o mesmo lugar hierárquico de Adriana, ou seja, comporiam um subsistema filhos, sendo uma aliança entre iguais para enfrentar o diferente, neste caso a mãe. Fica claro nestas narrativas que a presença de um outro na relação levaria a uma dinâmica diferente,

pois o que se observa é que, por ser filha única e sem a presença deste outro, a relação entre elas se manifesta de forma mais intensa.

Adriana em sua narrativa se significa como sendo egoísta e, buscando justificativas para este fato, dá uma explicação relacional, vinculando o ser egoísta e a dificuldade de dividir tanto os amigos como seus objetos, ao fato de sua mãe ser protetora por ela ser filha única. Acrescenta que a proteção de sua mãe se deve ao fato desta ter tido dificuldade em lhe dizer “não” quando ainda era criança. Desta forma, o exercício do compartilhamento não lhe foi ensinado.

Avaliando se sua relação com a mãe seria diferente na hipótese de ter um irmão, constrói em seu imaginário a possibilidade de que sim. Acredita que sendo a segunda filha na ordem de nascimento, sua mãe desfocaria as atenções dela, já seria mais experiente, tendo devotado todos os “excessos” de cuidados ao irmão mais velho.

É recursivo em sua narrativa, ao falar da possível existência de um irmão mais novo, que lhe imputaria toda a culpa, de forma injusta, pelos atos e erros por ela cometidos. Discuto a hipótese de que há uma sobrecarga na relação com sua mãe, onde não há a possibilidade de se desresponsabilizar de nenhum erro cometido. Quando o erro ocorre, não é possível que fique dissimulado, pois é só ela de filha e não paira nenhuma dúvida de que não tenha sido ela a autora.

Adriana narra que tem dificuldade de relacionamento, que atribui ao fato de não ter tido um irmão. Fantasia que o trato diário com este irmão traria mais oportunidades de convívio e de socialização, o que a levaria a ser menos dura em suas colocações, mais habilidosa socialmente e a ter mais facilidade de comunicação com adolescentes.

Teria preferência por um irmão do sexo masculino, pois se fosse uma irmã seriam rivais em vários aspectos e não gostaria de dividir com ela suas roupas e o computador. É importante assinalar que gostaria de ter um irmão do sexo oposto, pois assim continuaria sendo “a filha única”. Em seu imaginário, este irmão com quem teria de compartilhar seus pertences a levaria a praticar o exercício de dividir. E ainda, a existência de um irmão faria sua mãe ter mais limites em seus gastos com ela. Este irmão seria uma companhia em suas atividades sociais.

Ao não ter de “dividir” com um possível irmão, não coloca à prova o amor que sua mãe sente por ela. O não dizer “não” da mãe de Adriana foi percebido por esta como uma compensação afetiva de suas ausências por motivo de trabalho, ou seja,

uma demonstração de afeto. Dividir com um irmão este lugar afetivo que ocupa na vida de sua mãe a levaria a duvidar da existência deste amor.

Observa-se um sentimento de indignação em Adriana, quando sua avó falou que o quarto da jovem lhe pertencia. No convívio com sua mãe e sua avó, que morou temporariamente com elas, tem os “territórios” bem marcados. Assim como respeita o “território” de sua mãe, quer que respeitem seu “território”, que é o seu quarto.

4.3.3. Família 3

4.3.3.1. História familiar

Mara e Paulo são divorciados, sendo que Alexandre, filho único do casal, mora com a mãe, que não se casou novamente. Mara teve um primeiro casamento no qual não teve filhos. O pai passou por dois casamentos anteriores, sendo que no primeiro não teve filho e no segundo teve uma filha. Atualmente tem uma namorada.

Alexandre, portanto, é um dos entrevistados que vive uma situação atípica. Ele tem esta irmã do segundo casamento de seu pai, com a qual mantém contato esporádico. Ele foi considerado para esta pesquisa filho único do terceiro casamento de seu pai. Tem uma referência de irmã, apesar de não ter um contato diário, porém em alguns momentos de sua narrativa desconsidera esta situação e faz alusão a uma irmã imaginária em convívio constante.

Dois fatores determinaram o fato de Mara e Paulo optarem por ter um único filho. O primeiro foi o fato de Mara ter engravidado aos 40 anos, e o segundo, porque naquele momento ambos estavam fazendo doutorado. No entanto, a idade não é fator preponderante, tendo em vista o nível de sofisticação tecnológica no campo da reprodução assistida, pelo fato de serem médicos e terem bom poder aquisitivo.

Alexandre relata que tem um bom convívio com ambos os pais, sendo estes atentos a este papel. Paulo narra que uma convivência diária com o filho poderia influenciá-lo a enxergar o mundo de uma forma diferente da forma paradigmática com que vem enxergando. Como a mãe tem este convívio diário com o filho, aponta que ela tem mais vantagem neste aspecto do que ele.

A prioridade na educação de Alexandre é uma formação de boa qualidade. A educação infantil foi numa escola que levava em consideração o respeito à individualidade, e no ensino de 1º e 2º graus, a possibilidade de conviver com o diferente.

4.3.2.2. Análise conjunta da família 3

Mara relata que gostaria de ter tido outro filho, *“ameaçando mesmo engravidar”*, o que é contraditório com a narrativa de Paulo: *“Não, realmente não pensamos em ter outro. Não houve, assim, uma decisão clara, mas também não... não... não havia, eu acho que não havia plano, de ter mais outro mais não”*. Paulo dá a entender que o fator idade de sua esposa foi decisivo para que ficasse com um filho somente, consonante com a narrativa de Mara que, além deste fato, levou em consideração o seu momento de vida, pois estava muito ocupada investindo em sua carreira profissional, terminando o doutorado. Como as mães pós-modernas que, segundo Vaitsman (1994), têm a sua identidade não mais ligada somente à maternidade, mas também à sua carreira profissional, Mara optou por ficar somente com um filho. Além disto, condizente com os valores da classe média e média alta a qual pertence, prioriza uma educação de qualidade para o filho: *“que eu acho, eu sou favorável à idéia de que se você tem um filho, você tem que cuidar bem dele”*. Além disto, o ideal das famílias desta camada social é ter um número reduzido de filhos, pois além de lhes dar uma educação de boa qualidade, podem conciliar a maternidade/paternidade com seus projetos profissionais.

Mara e Paulo trazem em suas práticas discursivas vozes que se presentificam em seus enunciados em relação ao filho único, aos quais se posicionam. Revelam os sentidos pré-concebidos acerca dos mesmos, porém constroem um novo sentido,

o que demonstra o aspecto dinâmico da dialogia entre os enunciados e suas várias possibilidades de ressignificação. Mara traz em sua linguagem social o discurso das pessoas em relação ao filho único, como sendo “*chato*”, “*birrento*” e “*muito individualista*”. Entretanto, o fato de ser mãe de um lhe dá maior autoridade para ressignificá-lo. Assim, constrói para seu filho um sentido de que não é egoísta e que não vê nenhum inconveniente em ele ser único. Levanta a questão de que o filho não terá a convivência com irmãos, que ela tem e que dá muito valor, lamentando por ele não ter esta oportunidade. Paulo, após suas argumentações, significa seu filho como um menino tranquilo. Alexandre faz uma releitura do sentido do filho único na contemporaneidade e acredita que não haja diferença alguma entre ele e os filhos que não são únicos. Acrescenta que nos dias atuais é comum famílias com somente um filho, pois em seu universo é habitual este tipo de arranjo familiar.

Quando indagado na entrevista se gostaria de ter um irmão ou irmã e como se sente por ser filho único, Alexandre narra que em alguns raros momentos é ruim estar sozinho, mas que de um modo geral gosta de ser filho único, e afirma que existem muitas vantagens, entre elas o fato de ter atenção exclusiva da mãe e não viver conflitos com um possível irmão. Sempre que indagado sobre a possibilidade de ter um irmão, pondera a situação e termina a sua narrativa reafirmando que gosta de ser filho único. Em determinado momento da entrevista ele diz que gostaria de ter uma irmã com quem pudesse conviver, mas em seguida reforça o seu conforto em ser filho único. No entanto, ele tem uma irmã por parte de pai que tem 22 anos, sendo que obteve esta informação quando entrevistei seu pai e sua mãe. É curioso que ele não me tenha corrigido quanto lhe propus imaginar como seria a sua relação com um possível irmão. Podemos supor que ele se considere filho único por não morar na mesma casa que sua irmã. Apesar de morarem na mesma cidade, não têm convivência próxima, encontram-se apenas em datas festivas em casa da avó paterna. A ausência de convivência entre Alexandre e sua irmã também pode ser justificada pelo fato de que são filhos do mesmo pai mas de mães diferentes, e que suas famílias não convivem. Além disto, há uma diferença de oito anos entre ele e sua irmã (Alexandre tem 14 e a irmã 22 anos), e nesta fase da vida tal diferença é significativa, pois os interesses são diferentes. Podemos considerar ainda que o fato de não serem do mesmo sexo também contribui para que Alexandre continue se sentindo “filho único”.

Finalmente, entre as vantagens enumeradas por Alexandre para ser filho único está a de “ter atenção exclusiva da mãe”. Ele não faz referência à rivalidade entre ele e sua irmã pela atenção de seu pai, talvez pelo contato esporádico que mantém.

Alexandre narra que, se tivesse irmãos, acredita que iria perder a paciência com eles, pois “perde a cabeça” muito facilmente. Este exercício de saber lidar com situações ou pessoas “estressantes” pode ser observado em seu discurso, ao ser perguntado o que seus amigos fazem quando o vêem “estressado”: *“É, tipo, eles falam ‘ah relaxa sô, e tal, isso acontece’, então eu acabo relaxando mesmo”*.

O fato de ter a atenção só para si é uma preocupação de sua mãe, pois esta teme mimá-lo. Na sua visão de adulta e de mãe, prepará-lo para a vida é dar-lhe suporte emocional para saber se posicionar firmemente perante as frustrações que possam vir a ocorrer. E este suporte advém de saber dividir e de dar conta de suas frustrações.

Prepará-lo para a vida é uma preocupação de ambos os pais. Paulo, por seu lado, o incentiva a buscar para si vivências não convencionais, pois isto o levaria a ser uma pessoa que tem uma visão de mundo diferente. Para isto, Alexandre foi educado em uma escola infantil onde as regras eram elaboradas pelos próprios alunos. E no ensino fundamental, outro colégio foi escolhido criteriosamente, com a característica de formar cidadãos, sendo inclusive freqüentado por classes variadas.

Atualmente o relacionamento de Alexandre com sua mãe é mais intenso, pois não existe mais a presença cotidiana do pai, pelo motivo da separação. Mara narra os ciúmes que seu filho está tendo em relação a ela, inclusive controlando-a em algumas situações. Discuto que, mesmo a pessoa não sendo filha única, este sentimento de proximidade poderia acontecer, pois na ausência – física ou não – de um dos pais, é comum que alianças se estabeleçam de filhos e pais de sexos opostos. Infiro, porém, que o filho único tem mais chance de fazer esta aliança, uma vez que não tem com quem compartilhar esta possibilidade.

4.3.4. Família 4

4.3.4.1. História familiar

Mirian e Peter são divorciados, e no momento de realização da entrevista nenhum dos dois havia se casado novamente. Antônio mora com sua mãe, Mirian. Peter tem curso de graduação em Engenharia Civil. Não foi possível entrevistá-lo, embora tenham sido marcados dois encontros. Estes não se realizaram a pretexto de que seus compromissos de trabalho não permitiram seu comparecimento.

Mirian não tinha um projeto de ser mãe, pois seu casamento já estava passando por uma crise. Sua gravidez aconteceu de forma inesperada. No entanto, depois de passar pela experiência da maternidade, desejou ter outro filho mas, como seu casamento continuava em crise, optou por ficar com somente um filho.

Com relação à educação de Antônio, o que é privilegiado é uma boa formação, que segundo sua mãe deve ser em um colégio “não elitizado”, ou seja, onde convivam alunos de diferentes classes sociais.

4.3.4.2. Análise conjunta da família 4

Recorrendo ao seu tempo vivido, ou seja, tempo em que habitam as inúmeras aprendizagens ocorridas na vida da pessoa, Antônio busca o enunciado de filho único nas linguagens sociais deste tempo, e encontra um sentido de que filho único é muito sozinho. No entanto, em seu tempo curto, tempo onde ocorrem as produções de sentido, dá uma resignificação de que não se sente sozinho e nem gostaria da companhia de um irmão. Ainda em seus enunciados, presentificam-se vozes de algumas pessoas de seu relacionamento significando-o como mimado. Assim, posiciona-se em relação a estes enunciados e os resignifica, dando um sentido de que não é mimado, e que, se tem muitos bens materiais, estes são em função da boa condição financeira que seus pais lhe dão. No entanto, argumenta

que conhece pessoas que não são filhos únicos e que são “mais mimados” do que ele, construindo uma contradição. O que pode ser observado nesta narrativa é que sendo estas pessoas “mais” mimadas do que ele, ele também seria mimado. O que pode ser inferido é que se significa como não sendo *mais* mimado que os filhos que não são únicos, ou seja, ele desconstrói o estereótipo de somente os filhos únicos serem “mimados”. Ser mimado ou não pelos pais parece então não estar relacionado ao fato de ser filho único, mas à qualidade de relação que os pais estabelecem com os filhos de modo geral.

Já Mirian traz em seus enunciados sentidos generalizados e estereotipados para filho único, quando narra que “*Antônio não tem característica nenhuma de filho único*”. Constrói para ele o sentido de pessoa que não é mimada, reforçando o enunciado que traz o sentido generalizado de filho único como mimado, e ao mesmo tempo o nega, ao afirmar que seu filho único não é mimado: “*Ele não é um filho único característico de forma alguma. Mimadinho, cheio de coisa (...)*”. Assim se posiciona perante o seu enunciado, gerando uma contradição – característica possível das práticas discursivas – e um novo sentido. Narra que as filhas de sua irmã não são filhas únicas e são mimadas, tendo a mãe um cuidado exagerado com elas. Em sua visão, a irmã dá-lhes tudo nas mãos, o que ela mesma não faz, deixando seu filho buscar soluções para seus problemas imediatos. Esta observação construída é de grande contribuição para esta pesquisa, pois infere-se que “o filho mimado” é uma construção do relacionamento entre pais e filhos (neste caso específico, a mãe), em que há exagerada proteção e atenção com eles.

Esta narrativa de Mirian “*Antônio não tem característica nenhuma de filho único*” suporta também outras interpretações. Por um lado ela se refere às características negativas, estereotipadas, mas por outro diz que estas características são dadas *a priori*, que ela consegue superar estas características com sua ação, com a forma pela qual socializa o filho.

Apesar de não ter planejado a gravidez de Antônio, o momento da descoberta desta foi algo muito significativo, relatando que foi a melhor coisa que aconteceu em sua vida. Não mediu esforços em sua maternagem para passar um bem-estar ao filho, principalmente quanto ao aspecto afetivo da amamentação, pois aos três meses de idade de Antônio, seu leite acabou. Para amamentá-lo, usou uma seringa de injeção que continha leite, ligada a uma sonda nasogástrica que era fixada junto ao seu mamilo. Como as “mães psi” pós-modernas – usando um termo da Rauter

(1987), deu muita atenção a este fato, investindo em todas as técnicas “artificiais” da amamentação, para que esta fosse o mais próximo possível da natural. Amamentando seu filho desta forma, ela seria ainda, na visão dessa autora, a mãe “psi” culpada, tentando produzir uma solução que permitisse a ela o exercício profissional e o da maternidade.

Mirian fez a opção de ter somente um filho pelas circunstâncias de sua vida, pois era seu desejo ter mais de um filho. Porém seu casamento não estava num momento favorável para concretizar este fato: *“O casamento está ruim, você quer separar e aí, era uma coisa, um conflito, e aí eu optei por não ter e sou muito frustrada de ter tido um filho só, muito mesmo”*.

Abordando os aspectos de sua preocupação com o fato de Antônio ser filho único, ela avalia que, no caso de doença dos pais, a carga do filho único é “muito pesada” pela falta de um irmão com quem possa dividir a tarefa e a responsabilidade pelo cuidado dos pais.

Mostra estar atenta à carga de afeto dada ao filho, que no momento pode ser grande, porém tem condições de administrar sua intensidade. Sente muito por Antônio não ter a experiência de ter irmãos, já que esta vivência para ela é de grande prazer. Desta forma, *“não recomenda para ninguém”* ter apenas um filho, justamente pela ausência de compartilhamento.

Antônio acredita que a relação com seus pais é melhor sem a presença de um irmão, uma vez que percebe que uma das vantagens em ser filho único é a intimidade que tem com os pais, e a presença de um irmão diminuiria esta intimidade. Ele não gostaria de dividir seu pai e sua mãe com um irmão, apesar de acreditar que os pais dariam a mesma atenção a todos os filhos que porventura tivessem. Quando compara a intimidade que ele tem com seus pais e a intimidade que seus amigos que não são filhos únicos estabelecem com os próprios pais, conclui que a sua é maior. Atribui esta à relação direta que tem com seus pais e ao controle que acredita ter do que dizer a eles, e quando dizer, sem a interferência de um irmão.

Antônio tem um relacionamento bem próximo e amistoso com os primos, os quais de certa forma são colocados por ele no lugar de irmãos, com a vantagem de não conviver diariamente, pois acredita que a convivência muito intensa levaria a discussões e brigas. Também do ponto de vista financeiro, Antônio considera que ser filho único é uma vantagem:

Eu gosto de ser filho único, eu vejo, é, igual, minhas primas, essa minha prima ela tem uma irmã. Chega no Natal, chega na Páscoa assim, os presentes que elas ganham não são iguais os meus, sempre eu ganho alguma coisa melhor dos meus pais. Porque, é, essa questão de ter que dividir, de despesa, esses negócios.

Ao discutir a possibilidade de dividir seu quarto com um irmão hipotético, se necessário, percebe-se uma dificuldade, uma vez que considera este seu espaço de privacidade. No entanto, esta necessidade de privacidade não é exclusividade dos filhos únicos, pois, segundo Singly (2000), este é um valor incentivado de um modo geral na pós-modernidade.

Antônio sente ciúmes da sua mãe quando ela está namorando. O relacionamento da mãe com o namorado era escondido devido às circunstâncias. É fato que nunca tinha visto o pai com uma namorada e este nunca lhe contou que tinha uma, portanto não sabia da real situação do pai. Pode-se supor que Antônio esteja exigindo uma fidelidade de sua mãe com relação a ele, pois a entrada de um outro homem na vida da mãe exigiria dela a divisão de seu afeto. Por outro lado, ele pode ter uma fantasia de reconciliação dos pais, uma vez que pode acreditar que seu pai não namore.

Mirian acredita que, se ao invés de filho tivesse uma filha, esta seria sua cúmplice em relação a seus relacionamentos. Esta crença de Mirian aponta também para a possibilidade de haver uma cumplicidade entre os homens (pai e filho), e que esta cumplicidade poderia contribuir para certa busca de Antônio controlá-la em relação a seus relacionamentos afetivos.

Entretanto, nesta pesquisa, viu-se que os filhos únicos do sexo masculino sentem ciúmes de suas mães, sendo que as duas mães de filhos únicos homens entrevistadas tinham em comum o fato de serem divorciadas. Levanta-se a hipótese de uma maior proximidade entre os filhos e suas mães na ausência do pai, daí advindo mais ciúme e sentimento de posse. Acrescente-se a isto o fato deste filho ocupar-se deste sentimento, uma vez que não tem um irmão com quem possa partilhar a possibilidade de aliança com a mãe. Ocorre assim, uma probabilidade de maior proximidade entre mãe e filho único.

4.3.5. Análise conjunta das entrevistas dos filhos únicos

ALICE	ADRIANA	ALEXANDRE	ANTÔNIO
15 Anos	17 Anos	14 Anos	17anos
Reside com os pais	Reside com a mãe	Reside com a mãe	Reside com a mãe
1º Ano do II Grau	3º Ano do II Grau	8ª série do I Grau	1º Ano do II Grau
CATEGORIAS	CATEGORIAS	CATEGORIAS	CATEGORIAS
Dividir	Dividir	Dividir	Ser filho único
Desfocando a atenção	Desfocando a atenção	Ser filho único	Afeto exclusivo
Irmão idealizado	Irmão idealizado	Irmão idealizado	
Primos no papel de irmãos	Afeto exclusivo	Amigo no papel de irmão	Primos no papel de irmãos
Ser filha única	Individualização		Individualização

Quadro 2: Identificação dos filhos únicos

A análise das entrevistas dos adolescentes filhos únicos foi feita considerando-se as seguintes categorias: a) categorias *a priori* – que foram criadas no momento da elaboração do roteiro de entrevista: (1) filho(a) único(a); (2) dividir; e b) categorias *a posteriori* – que foram construídas a partir das leituras sucessivas do texto das entrevistas: (1) primos no papel de irmãos; (2) irmão idealizado; (3) desfocar a atenção; (4) afeto exclusivo e (5) individualização. Estas categorias foram comuns a todas as entrevistas de filho único. Um único entrevistado apontou, de forma recorrente, o “amigo no papel de irmão”; embora seja uma categoria que guarda semelhança com a categoria “primos no papel de irmãos”, ela será apresentada.

Com relação à categoria “dividir”, pode-se notar que Alice e Alexandre não têm nenhuma restrição quanto a emprestar objetos pessoais como roupas, quando seus amigos vêm dormir na casa destes. Alice compartilha ainda roupas do dia-a-dia com sua prima. Com relação a este comportamento, de não ser problema emprestar roupas a amigos e primos, desfamiliariza-se o sentido das linguagens sociais de que os filhos únicos são egoístas. No entanto, Alice, ao narrar como uma vantagem de ser filha única o fato de não ter de compartilhar seu quarto com ninguém – apesar de sua condição financeira não exigir esta partilha, não tem um sentido de egoísmo,

mas sim uma necessidade de privacidade e individualidade, características estas, segundo Singly (2000), valorizadas e incentivadas na pós-modernidade.

Já Adriana não tem esta mesma facilidade em compartilhar seus bens, pois se vê como egoísta por ser filha única, dando a si mesma este sentido estereotipado. Vincula este egoísmo ao fato de sua mãe, além de trabalhar fora e não ter tido tempo de lhe dedicar atenção, ter ainda dificuldade de dizer “não” aos seus desejos. Antônio, apesar de não ter dito muito sobre esta questão de dividir seus bens, narra que não tem dificuldade em emprestar roupas a amigos quando estes vêm dormir em sua casa, como dito por Alice e Alex. Inclusive tem uma cama a mais em seu quarto, o que mostra predisposição para compartilhar seu espaço, reforçando a desfamiliarização do sentido de filho único ser egoísta. No entanto, como Alice e Adriana, preza muito a individualização, e não gostaria de dividir o quarto com ninguém.

É importante observar que o convívio com primos da mesma faixa etária foi narrado por três dos entrevistados, sendo que dois deles, Antônio e Alice, os consideravam como irmãos. Alexandre narrou ter este relacionamento “*como se fosse irmão*” com um amigo de infância, apesar de ter tido um convívio intenso com um primo que se mudou para outro Estado, tendo inclusive sofrido muito com esta separação. De certa forma, todos vivenciaram esta experiência da intimidade fraterna e parece terem se beneficiado dela. Antônio acrescenta que o fato de serem primos e não morarem na mesma casa é algo vantajoso, pois não há brigas. “*Eu acho que sim, talvez essa distância assim de um não ficar perto do outro toda hora ajuda*”. Adriana teve contato com uma prima, apesar da diferença de idade ser de cinco anos, e não relatou terem um relacionamento de irmãs, sendo a única que não narrou ter tido esta vivência.

Observa-se que os três filhos únicos que narraram o desejo de terem um irmão, ainda que superficial como no caso de Alexandre, queriam um irmão do sexo oposto. Este último gostaria de ter uma irmã somente para alguns momentos específicos de sua vida, como para conversar e jogar videogame. É importante marcar que ele tem uma irmã do segundo casamento de seu pai, mas não leva em consideração este fato, talvez por não estabelecer com ela convívio diário. Afirma que ser filho único é bom e que, se tivesse um irmão, perderia a paciência com ele. Sendo assim, percebe-se que está bastante confortável nesta sua posição de filho único. Alice, no seu imaginário, gostaria de ter um irmão, porém um irmão “perfeito”,

que viesse a suprir todas as lacunas em sua vida que acarretam a não existência deste, como ajudar em suas tarefas escolares e facilitar seu entrosamento na escola. Já uma irmã, fica mais explícita a competição que teriam, principalmente com relação a roupas e computador, que gerariam brigas. Adriana, da mesma forma, não gostaria de ter uma irmã, pois esta seria sua rival e teriam os mesmos atritos em relação ao compartilhamento de roupas e computador. Nota-se que na narrativa destas duas filhas únicas o computador vem em ordem hierárquica logo após as roupas, atingindo um *status* elevado de importância no cotidiano adolescente.

Adriana aborda também o aspecto social, pois acredita que o exercício de convívio com um possível irmão traria mais facilidades de conversar com adolescentes, o que relata ser uma de suas dificuldades. E ainda, exercitaria o “dividir”, algo que não lhe foi ensinado, como narra em sua entrevista. Já Antônio é taxativo, pois afirma que não gostaria de ter um irmão.

É necessário observar que o “irmão idealizado” é descrito como do sexo oposto ao do adolescente entrevistado, ou seja, se uma menina refere-se a um irmão e um menino a uma irmã, estão se afirmando como filha única e filho único.

Chamo a atenção para as narrativas de Alice e Adriana, onde há desejo de desfocar a atenção de si próprias. Se tivessem um irmão, os pais também se ocupariam deste, aliviando as cobranças e expectativas. Alice narra que a compra de uma cachorrinha fez com que sua mãe desviasse o excesso de atenção para esta. Já Adriana acredita que tendo um irmão mais velho, sua mãe já teria tido uma experiência anterior de maternidade e não teria excessos de cuidados como vem tendo com ela. Acrescenta que ela e a mãe brigariam menos, pois esta estaria se ocupando em brigar também com este irmão. Adriana imagina ainda que responsabilizaria este irmão por seus erros, e desta forma também desviaria a atenção de sua mãe, uma vez que esta, ao invés de “brigar” com ela, “brigaria com seu irmão”. Percebe-se que na sua situação atual ela não pode fugir da responsabilidade de enfrentar os seus erros e as censuras de sua mãe. É interessante marcar que, no convívio de duas pessoas, a possibilidade dos conflitos serem explícitos é maior do que quando há um terceiro na relação, havendo a possibilidade de se desfocar as tensões. Talvez por isto Adriana idealize um irmão para intervir e suavizar a relação com sua mãe, e Alice, para diluir esta relação.

Apesar do desejo de desfocar a atenção de si próprias e do desejo de um irmão idealizado, Antônio, Adriana e também Alice narram as vantagens de terem o afeto exclusivo dos pais. Alice diz da vantagem de ser filha única: *“eu tenho meus pais só para mim”*. Deste mesmo sentimento compartilha Antônio, ao dizer que *“não gostaria de dividir pai e mãe com um irmão não”*, apesar de afirmar que atenção haveria para todos. Preza muito a intimidade que tem com os pais, sendo que em seu imaginário a presença de um irmão iria tolhê-la. Segundo Meynckens-Fourez (2000), a tendência na contemporaneidade é da horizontalização das relações entre pais e filhos, dando-se esta de forma igualitária. E é isto que Antônio valoriza. Já Adriana acredita que a presença de um irmão colocaria em questão o amor que sua mãe sente por ela, pois questiona se sua mãe deixasse de fazer o que faz por ela não seria uma forma de desafeto. Conclui-se que, sem a presença de um irmão e, consequentemente, com todas as atenções voltadas para si, Adriana não coloca à prova este amor.

A individualização é narrada de forma bem marcada por Antônio e Adriana. Antônio fala de forma bem explícita que gosta da privacidade que acompanha o fato de ser filho único. Gosta de ficar sozinho em casa quando sua mãe sai para trabalhar e que não gostaria de dividir o quarto com um possível irmão. Ressalta que seu quarto é seu espaço de privacidade, o que Adriana também afirma de forma enfática. Esta última diz ser o lugar onde as normas são suas, os horários são por ela determinados, podendo ficar até duas horas da manhã no computador sem incomodar ninguém. Alice, apesar de não ter sido tão enfática com relação ao seu quarto, cita como algo vantajoso em ser filha única: *“Ah, eu não tenho que dividir meu quarto com ninguém”*.

Estas narrativas remetem a Singly (2000), quando descreve o modelo de família que estamos vivenciando na pós-modernidade, que seria a “família moderna 2”, em que a individualização é a tônica. Observa que a criança aprende a ser individualizada em sua própria família, onde um “território” lhe é reservado – o seu quarto – onde as regras são suas. Desta forma, os adolescentes entrevistados não diferem dos demais adolescentes contemporâneos pelo fato de serem filhos únicos. Estão vivenciando a sua individualização, em consonância com os valores da sua época, o que não aparenta ser uma contradição à não divisão de bens materiais.

Alexandre e Antônio narram o significado que têm de si mesmos como filhos únicos. Dizem não perceber nenhuma diferença entre si e os filhos que não são

únicos. Assim como Alice e Adriana, não percebem nenhum tratamento discriminado por serem filhas únicas, nem dos amigos nem dos professores. Pela narrativa de Antônio, pode-se observar que algumas pessoas trazem, em seus repertórios interpretativos, enunciados nos quais o significam como mimado por ser filho único, mas ele não se incomoda com isto, pois não se percebe desta forma. No entanto, em sua narrativa afirma que conhece pessoas que não são filhas únicas e que são “*mais mimadas*” do que ele. Assim, admite ser mimado. O que pode ser afirmado é que constrói um significado para si como não sendo *mais* mimado que as demais pessoas que não são filhas únicas

Já Alice constrói um estereótipo de si mesma como mimada por ser filha única, mas em seguida o desfamiliariza ao narrar sobre amigas que não são filhas únicas e que são mimadas. Neste momento, rompe com a estabilidade em sua prática discursiva, posiciona-se perante este enunciado, dando-lhe um novo sentido, não relacionando mais o ser mimado com ser filha única.

Todos dizem das vantagens da condição de serem filhos únicos e que gostam disto: Alexandre, de forma menos direta, diz preferir ser filho único e Antônio, de forma mais direta, diz nunca ter tido vontade de ter um irmão. Alice narra as vantagens de ser filha única, abordando, além de outras questões já citadas, a questão financeira: “*A gente pode viajar mais, né, porque como é uma só... uma filha, fica mais barato, a gente viaja muito mais. Ah tipo, é coisa muito legal*”. Adriana também aborda esta questão financeira:

(...) além de ter que dividir minhas coisas, que não seria uma coisa legal, tipo assim, a questão de dinheiro, eu acho que eu não estudaria numa escola igual eu estudo, sabe? Eu às vezes eu pondero essas coisas assim, porque minha escola é cara e pra manter dois, sabe? É complicado.

Pode-se observar, além de todos os aspectos acima analisados, que os filhos únicos entrevistados têm necessidade de uma individualização, como os demais adolescentes que não são filhos únicos pós-modernos, da classe média e média-alta.

Compartilham seus objetos pessoais, rompendo a linguagem social de que são egoístas – à exceção de Adriana, que vincula esta dificuldade ao fato citado de sua mãe não lhe ter dito “não” quando criança.

Têm uma vida social condizente com sua faixa etária e não têm dificuldade de convivência com pessoas de um modo geral, diferindo Adriana, que tem mais facilidade com adultos.

Enfim, a narrativa destes adolescentes muito contribui para a desconstrução do estereótipo *filhos únicos*, apesar de estar presente em seus enunciados. Com relação ao estereótipo de egoísta, viu-se que estes adolescentes não apresentam este comportamento, não tendo dificuldades em partilhar seus bens materiais, com exceção de Adriana, que admitiu tê-lo, vinculando este comportamento ao protecionismo de sua mãe, quando ela era criança.

Houve ainda uma importante desconstrução de um estereótipo muito presente nos repertórios interpretativos sociais, de que os filhos únicos são mimados. Esta ruptura se deu nas práticas discursivas de Antônio, quando narra que conhece pessoas que não são filhas únicas e que são muito *mais* mimadas do que ele. Admitindo assim ser mimado, constrói um significado para si como não sendo *mais* mimado que os demais adolescentes que não são filhos únicos. Alice se significa como mimada por ser filha única, no entanto também desconstrói este significado para o filho único em sua prática discursiva, quando também levanta este questionamento, sendo uma das que citou ter uma amiga que não é filha única e que é mimada. Assim, constrói uma contradição no seu tempo curto – tempo da interanimação dialógica – não ligando mais este comportamento ao fato de ser filha única.

4.3.6. Análise conjunta dos pais das Famílias 1 e 3

PEDRO – FAMÍLIA 1	PAULO – FAMÍLIA 3
46 Anos	57 Anos
Engenheiro mecânico – MBA	Médico pediatra - doutor
Diretor comercial	Professor universitário DI
Casado	Divorciado
CATEGORIAS	CATEGORIAS
Paternidade	Paternidade
Ter somente um filho	Ter somente um filho
Educação	Educação
Filho único não estereotipado	Estereótipo de filho único

Quadro 3: Identificação dos pais entrevistados

As categorias temáticas construídas *a priori*, ou seja, no momento de formulação das perguntas da entrevista foram (1) paternidade e (2) educação. As demais, (3) ter somente um filho e (4) filho único não estereotipado e/ou estereótipo de filho único foram construídas *a posteriori*, no momento da análise da entrevista. Todas as categorias temáticas foram comuns aos dois pais, sendo que a de número (4), apesar de abordar o mesmo tema, identifiquei-as diferentemente, sendo que na análise das entrevistas de Pedro denominei-a como “filho único não estereotipado” e na de Paulo como “estereótipo de filho único”.

Pode-se perceber na narrativa destes dois pais que há uma atenção especial quanto à educação de seus filhos, mostrando-se ambos presentes. Pedro, pai de Alice, mantém uma relação bastante democrática com a filha, respeitando-a em sua individualidade. Isto pode ser visto quando narra que ela tem bons argumentos quando discutem, sendo que inclusive cede algumas vezes perante estes argumentos. Paulo, pai de Alexandre, da mesma forma, é democrático quanto às escolhas do filho e instiga-o em sua individualização, porém leva em conta e respeita o seu processo de maturidade.

Apoio-me em Singly (1996), que discute as relações entre pais e filhos na contemporaneidade, onde a obediência não é mais incentivada, e sim a iniciativa e a autonomia pessoal. Busco ainda Meynckens-Fourez (2000), que observa que na pós-modernidade as relações entre pais e filhos tendem a uma horizontalização, ou seja, pais e filhos estão ocupando o mesmo nível hierárquico. E Rauter (1987), que define a “família democrática”, onde é permitido a todos falar e opinar. Estes três autores são citados para minha discussão, pois pode-se perceber que estes pais, como representantes de pais das classes média e média-alta brasileiras, estão inseridos em sua cultura, agindo de acordo com seu tempo, o tempo da pós-modernidade. É importante observar que este comportamento é condizente com os demais pais que têm mais de um filho, e não exclusividade de pais de filhos únicos.

Pela narrativa destes pais, o fato de terem apenas um filho foi uma opção. No caso específico de Paulo, refiro-me ao seu terceiro casamento, uma vez que tem uma filha do segundo casamento. Segundo estes pais, esta opção se deu em função das circunstâncias vividas em seus respectivos casamentos. Paulo, em função da idade de 40 anos da ex-esposa Mara e pelo fato de estarem em um momento de muita ocupação em função do doutorado de ambos, decidindo então ficar somente com Alexandre. Pedro, apesar de ter idealizado uma família maior, buscou um

momento mais propício para ter outro filho, e como este momento não veio, ficou somente com Alice.

Paulo e Pedro trazem em seus repertórios interpretativos enunciados pré-existent de que filho único seria algo de diferente. Ao argumentar que “nada de anormal” acontece com sua filha única, Pedro traz, nas vozes que se presentificam nestes enunciados, a possibilidade do filho único ser o diferente. Porém, neste momento há uma ruptura com esta cristalização de significado, posicionando-se perante este de forma a não compactuar com o mesmo, criando assim uma nova prática discursiva. Acrescenta que as osciladas de comportamento de sua filha são devidas à fase de adolescência pela qual está passando, e nada mais. Argumenta que a atenção dispensada à filha é em função de sua demanda e não por ela ser filha única.

Assim como Pedro, Paulo, ao narrar que não se lembra de nenhum caso em que filho único fosse algo “*terrível*”, traz em seu enunciado a possibilidade do próprio filho ser diferente. Faz também uma ruptura com este enunciado e constrói um sentido novo para ele, como sendo um menino “*tranquilo, tranquilo*”. No entanto afirma que “*a gente sabe que tem*” estereótipos em relação ao filho único e a primeira coisa que lhe vem à mente quando se fala destes é a superproteção, o que indica a presença de enunciados pré-existent em sua narrativa.

Constrói uma interessante reflexão sobre o reducionismo de se remeter todo um comportamento estereotipado ao mito de “filho único”, quando na verdade podem ser características particulares da pessoa.

Pode-se observar que há uma preocupação destes pais com relação à educação, ambos buscando, cada um dentro de suas posses, dar o melhor para os filhos. Esta é uma preocupação recorrente dos pais de classe média e média alta das famílias brasileiras de um modo geral.

Nota-se que estes pais dão um significado aos filhos únicos como pessoas que têm opiniões próprias, as quais respeitam e incentivam. São pessoas que têm demandas educacionais, oscilações de comportamento como todos os adolescentes, sendo filhos únicos ou não. E que estes filhos lhes deram a oportunidade de praticar a paternagem, o que fazem de uma forma visivelmente presente.

Estes pais contribuíram para mostrar que existe sim um estereótipo social de filho único, que trazem em seus enunciados como sendo pessoas “*estragadas*”,

“*superprotegidas*”, que fazem “*chantagem*”. No entanto não compactuam com estes estereótipos, pois em suas práticas discursivas romperam com estes sentidos, ressignificando-os ao narrar que seus filhos não apresentam nenhum destes estigmas. “*A gente sabe que tem, mas tem um pouco de mito também. Tudo se atribuir a isto quando na verdade muitas vezes são características individuais mesmo, formas de pensar, entendeu*”. Nesta narrativa, Paulo reafirma que existem tipificações acerca do filho único, mas as desfamiliariza ao afirmar que podem ser características individuais e assim não podem ser generalizadas como pertencentes a todos os filhos únicos.

4.3.7. Análise conjunta das mães das famílias 1, 2, 3 e 4

Marília: mãe de Alice; Mércia: mãe de Adriana; Mara: mãe de Alexandre; Mirian: mãe de Antônio

MARÍLIA – FAMÍLIA 1	MÉRCIA – FAMÍLIA 2	MARA – FAMÍLIA 3	MIRIAN – FAMÍLIA 4
46 Anos	49 Anos	54 Anos	45 Anos
Engenheira civil MBA	Enfermeira	Médica endocrinologista Pediatria	Dentista
Gestora econômica	Chefe do setor de enfermagem	Professora universitária DI	Autônoma
Casada	Solteira	Divorciada	Divorciada
CATEGORIAS	CATEGORIAS	CATEGORIAS	CATEGORIAS
Maternidade	Maternidade	Maternidade	Maternidade
Ter somente um filho		Ter somente um filho	Ter somente um filho
Filho único		Filho único	Filho único
Estereótipo de filho único	Filho único	Estereótipo de filho único	Estereótipo de filho único
Socialização	Relação intermediada		
	Educação	Relação com o filho	Ciúmes

Quadro 4: Identificação das mães entrevistadas

Algumas categorias temáticas da análise das entrevistas das mães foram construídas a priori, ou seja, no momento da elaboração das perguntas da entrevista, tais como (1) filho único, (2) estereótipo de filho único, (3) educação, (4) maternidade e (5) relação com o filho. As demais categorias, (6) ter somente um

filho, (7) socialização e (8) ciúmes, surgiram no momento da análise, advindas do próprio conteúdo.

Pode-se observar que, nas narrativas destas mulheres, o ser mãe não foi algo de muito investimento. Mara não teve o desejo de ser mãe em seu primeiro casamento e só veio a ter no segundo, vivenciando, aí sim, este desejo de forma intensa. Parece ter tido o desejo de dar ao seu marido um filho homem, por ele não ter tido esta vivência em seu casamento anterior.

Marília diz que sua gravidez foi uma conseqüência natural do casamento. Pela sua narrativa, percebe-se que a decisão pela gravidez foi, de certa forma, uma negociação dela mesma com o casamento e com sua carreira profissional. Como as mulheres pós-modernas de uma forma geral, sua identidade não está ligada somente à maternidade, como era comum na modernidade. Está também ligada à realização profissional, como esclarece Vaitsman (1994), ao dizer da identidade das mães pós-modernas. Mirian não planejou sua gravidez, no entanto, ao constatar que estava grávida, vivenciou sua maternagem com muito empenho, dando muita atenção ao aspecto emocional da amamentação, sendo uma mãe típica da “família psi”, termo usado por Rauter (1987), preocupada com os aspectos psicológicos da criação dos filhos. Desta forma, tentou ao máximo aproximar a amamentação artificial de seu filho à natural.

Mércia é muito atenta em relação à sua maternagem, principalmente por saber que seria única, pois, como observa, não tem uma segunda chance de acertar. Acredita não ter acertado e, falando de sua questão profissional, pois como ela é a provedora, esclarece que sempre teve de trabalhar fora, e muito. É necessário notar que as mães pós-modernas precisam estar atentas e delas são cobradas atenções especiais para seus filhos. Este é um discurso não só médico, como dos especialistas das áreas “psi”, pois, segundo eles, as doenças ou até mesmo os distúrbios mentais são estabelecidos no relacionamento mãe-filho. Com isto, uma carga de culpa muito grande lhes é imputada (RAUTER, 1987). É o que pode ser observado na relação de Mércia com sua filha Adriana.

Marília também abordou esta questão do medo de errar, mas não se abstém de enfrentar este desafio de ser mãe: *“É logicamente, quando você erra com amor e tudo, a tendência é, são os erros serem amenizados e resolvidos”*. O que pode se observar é que esta mãe a princípio não tinha um grande sonho de maternidade,

porém, após engravidar, desenvolveu grande afeto pela filha que, segundo Badinter (1985), não é dado e sim construído na relação.

É importante destacar que, segundo as narrativas de todas as mães entrevistadas, ter somente um filho foi uma opção. Mara aponta sua idade como sendo a responsável por ter somente um filho. Já Marília tentou engravidar novamente e, como não conseguiu, não insistiu. Mirian estava com o casamento indo mal, não se arriscando novamente. Mércia não se envolveu com mais ninguém após o nascimento de sua filha. Assim, foram as circunstâncias por elas vividas que fizeram com que optassem por ter somente um filho.

A ausência de irmãos para seus filhos preocupa algumas das mães entrevistadas. Mércia se preocupa com Adriana, pois diz que não tem ninguém para compartilhar com ela, para lhe fazer companhia. Esta é uma preocupação também narrada por Mara, pois, além do fato de seu filho ficar sozinho, por isto mesmo não tem com quem dividir. Ressente-se um pouco por ele não ter uma vivência fraterna, como a que ela própria desfruta em sua família de origem, na qual tem quatro irmãos. Mirian também aborda esta questão, pois exalta esta vivência como sendo bastante prazerosa, também se ressentindo por Antônio não vivenciá-la. Levanto um questionamento se não existiria nestas mães um certo sentimento de culpa por não terem lhes dado irmãos, já que, segundo Rauter (1987), este é um sentimento que as mães “psi” carregam com muita frequência. Elas se preocupam em lhes dar tudo para que tenham uma educação “correta”, no entanto não lhes deram irmãos.

Além deste fato da não vivência fraterna e de ser sozinho, outro aspecto levantado por Mirian foi da sobrecarga de responsabilidade do filho para com os pais no futuro, pois não tem com quem dividi-la. Não deixa de citar a carga de afeto que é intensa, porém diz ser administrável. Marília aborda de uma outra maneira esta sobrecarga, pois afirma que, por Alice ser sua filha única, toda a atenção é canalizada para ela. Sendo assim, há uma supervalorização da mesma, pois não há com quem compará-la, sendo, portanto, “*a mais*”, tanto nos aspectos positivos como negativos. Tanto a mais inteligente quanto a mais “*respondona*”.

Quanto ao aspecto do aprendizado do dividir, este também foi um tema abordado por algumas mães. Mara teme que, pelo fato de seu filho Alexandre não ter exercitado o dividir e suas conseqüentes frustrações, ele não esteja preparado para a vida futura. Marília questiona se Alice saberia dividir, uma vez que esta experiência não passa em sua casa.

Com relação ao estereótipo de filho único, Marília traz em seus enunciados o sentido de “*dengosinha*”. Porém coloca em dúvida se Alice é dengosinha por ser filha única, uma vez que dá este mesmo tipo de tratamento afetivo para o marido e para a cachorrinha. Acrescenta que qualquer filho seu seria assim, uma vez que tratar as pessoas com dengo é uma característica sua. Desta forma, não se posicionou em relação ao seu enunciado de forma a construir uma nova prática discursiva, mantendo o sentido de filho único como dengosinho. Isto pode ser visto nesta narrativa: “*A cachorra é a maior filha única*”. Porém, apesar de não construir um outro sentido para o filho único, e ao levantar a questão de que qualquer filho seu seria dengoso, contribui para se inferir que esta é uma característica construída nas relações, no caso na relação mãe-filho.

Mirian, da mesma forma que Marília, traz em seu enunciado o estereótipo de filho único como “*aquele mimadinho, cheio de coisa*” e relata que seu filho não é assim. Constrói para Antônio um significado de:

...um menino super bem relacionado, que eu acho que não é característica geral de filho único. Se dá bem com todo mundo, com pobre, rico, tem papo pra porteiro, pra todo mundo, sabe, ele é muito, muito, bem, se relaciona muito bem com as pessoas. E... por isso eu acho que não é um comportamento muito comum de filho único. Não tem aquela dependência de mim nem de ninguém, nem do pai dele, nem de mim, se vira, é um menino virador mesmo.

Podem-se observar nesta sua narrativa os enunciados pré-existentes acerca do filho único. Até este momento não os ressignifica. No entanto, compara o filho com as filhas de sua irmã que não são filhas únicas e que são mimadas. Assim, constrói uma contradição na combinação de seus repertórios, trazendo a possibilidade de filhos que não são únicos serem mimados. Conclui-se, assim, que é na relação que se constrói o comportamento de ser mimado e não pelo fato de ser filho único.

Mara, em sua narrativa, traz em seus enunciados vozes que significam o filho único como sendo “*chato, birrento e muito individualista*”, porém não compartilha destes estereótipos. No entanto, está atenta para não mimar Alexandre, pois “*a sua atenção é para ele. O dinheiro que você tem é para gastar com ele, né?*”. Isto lhe traz uma preocupação em não mimá-lo, pois todas as atenções indubitavelmente são voltadas para ele, pois este é o seu contexto, uma vez que não tem com quem dividi-las. Porém, se tem esta preocupação em não mimá-lo, está subentendido que,

mesmo não tendo expressado, tem o estereótipo de filho único como sendo mimado. Tentou amenizar essa situação com a presença da irmã que ele tem do segundo casamento do pai. Assim, constrói para seu filho Alexandre o seguinte significado, demonstrando não compactuar com a linguagem social: *“não é um menino egoísta, que não sabe se relacionar, dividir, eu não o vejo assim”*.

Mércia, ao narrar sobre sua filha, traz em seu repertório interpretativo um sentido de “sozinha” para a filha única. Narrou que sua relação com Adriana é uma relação que traz certa carga de tensão e disse que, por ela ser única, não tem com quem aliviar-se desta tensão.

Somente Marília fez menção à socialização de sua filha em sua narrativa. Desde que esta era criança, sempre se preocupou em levar suas amiguinhas em sua casa, assim como as suas sobrinhas, para brincar com Alice, na intenção de suprir a falta de companhia. Foi um cuidado que teve, principalmente por terem morado no exterior por um tempo. As mães de Alexandre e Antônio não narraram esta preocupação específica, porém subentende-se que seus filhos conviveram socialmente com amigos. A mãe de Adriana não abordou este aspecto.

Portanto, ao analisar as narrativas destas mães de filhos únicos que têm a autoridade, pela sua própria vivência, de abordar o problema em estudo nesta pesquisa, infiro que o ser mimado não é uma contingência do filho único e sim algo que é construído nas relações, independente de serem filhos únicos ou não. É o que pode ser sintetizado nos dizeres de Mirian:

Eu vejo pelas filhas da minha irmã, que não são filhas únicas, mas que assim, a mãe tem de carregar pra todo lugar, tem de fazer tudo, tem de fazer um lanche, tem de fazer, tem de estar em casa na hora do almoço, tem de fa...

Nas entrevistas das duas mães de filhos únicos homens, pode-se observar um aspecto relevante. Coincidentemente, ambas são divorciadas e ressaltaram que a relação de seus filhos com elas é permeada por ciúmes. Mara diz que seu filho está *“tomando conta”* dela após sua separação, como por exemplo, quando ela vai sair ele quer saber a que horas voltará. Mirian, por sua vez, não pode nem abordar assuntos relacionados ao namorado que Antônio tem resistência, não admitindo outra pessoa em sua vida. Na ausência física ou emocional de um dos pais, é possível que aconteçam ligações intensas entre filhos e pais do sexo oposto, sendo estes filhos únicos ou não. Discuto, portanto que, na situação de filhos únicos, a

chance deste fato acontecer se torna maior, uma vez que não existe um irmão com quem possa compartilhar esta possibilidade de aliança.

Ressalto que, por um lado as mães entrevistadas reafirmam que existe um estereótipo social de filho único que elas mesmas trazem em seus enunciados, de serem pessoas mimadas, dependentes e, nas palavras de Mara, “*chato, birrento e muito individualista*”. Por outro, contribuem para ressignificar estes sentidos, posicionando-se perante seus enunciados, uma vez que narram que seus filhos não possuem estes estereótipos, construindo novos sentidos para o filho único como sendo pessoas como as demais que não são filhas únicas. Com relação à individualização, pode-se dizer que são adolescentes que vivem a cultura da pós-modernidade, e que, segundo Singly (2001), essa é uma exigência.

Finalmente, o que se pôde observar com esta pesquisa foram algumas desconstruções acerca do estereótipo de filho único e algumas afirmações do estereótipo social nos enunciados e práticas discursivas das pessoas entrevistadas.

O que pode ser notado na narrativa tanto dos filhos únicos quanto na dos pais e das mães é que todos trazem em seus enunciados vozes dos estereótipos sociais, ou seja, carregam aspectos da cultura na qual estão inseridos. Segundo o Construcionismo Social, o conhecimento e a compreensão de mundo são decorrentes do intercâmbio entre as pessoas (SPINK, 2000), sendo uma prática social compartilhada e historicamente situada. Desta forma, cada pessoa carrega em si aspectos da cultura à qual pertence.

Assim, os entrevistados trazem pré-concepções estereotipadas acerca do filho único e, em suas práticas discursivas, reposicionam-se perante algumas destas estereotípias. Isto se deu em relação aos estereótipos de que os filhos únicos são superprotegidos, chantagistas, dependentes, “*chato, birrento e muito individualista*”. Estes pais romperam com estes sentidos, ressignificando-os e construindo um novo sentido para seus filhos únicos como sendo pessoas que não apresentam nenhuma destas características. Significam-nos ainda como pessoas iguais aos adolescentes que não são filhos únicos.

Com relação ao estereótipo de mimado, é preciso notar que duas mães o trouxeram em suas práticas discursivas. Mara tem a preocupação de não mimar seu filho Alexandre por todas as atenções serem voltadas para ele, e Mirian narra que seu filho Antônio não apresenta nenhuma característica de mimado. Já Antônio narra que não se vê diferente dos demais adolescentes que não são filhos únicos e

que conhece pessoas que têm irmãos e que são “*muito mais*” mimados do que ele, admitindo, assim, ser mimado. Alice admite ser mimada por ser filha única, porém desconstrói este estereótipo ao narrar que tem amigas que não são filhas únicas e que também são mimadas, não vinculando mais esta característica ao fato de ser filha única. O que pode ser observado é que realmente existe este estereótipo social de filho único mimado, pois as mães e os filhos o trouxeram nas vozes de seus enunciados.

O que se pode concluir, através da narrativa dos entrevistados, é que os filhos únicos não são *mais* mimados do que os demais adolescentes da mesma faixa etária e nível social. Os pais e as mães estabelecem comparações entre suas experiências e as experiências de pais e mães de mais de um filho, e os próprios filhos únicos também comparam as suas experiências com a dos amigos e primos que não são filhos únicos. Estas comparações parecem resultar numa conclusão de que as características outrora atribuídas aos filhos únicos estejam hoje disseminadas entre os adolescentes, sobretudo desta camada social, uma vez que revelam valores de individualismo e consumo, marcas da sociedade contemporânea.

Outro estereótipo presente nos repertórios interpretativos das pessoas é de que o filho único seria egoísta. Esta pesquisa constatou que esta não é uma característica presente nos entrevistados, sendo que somente um deles, Adriana, admitiu tê-la. Os demais adolescentes demonstraram partilhar seus bens materiais sem nenhum problema, à exceção de seu quarto, o que não pode ser considerado uma característica de egoísmo e sim de individualização. São adolescentes inseridos na cultura da pós-modernidade, da qual fazem parte e dela carregam aspectos culturais. Segundo Singly (2001), na contemporaneidade a individualização é aprendida na própria família e desde criança, sendo que a esta criança se dispõe de espaços próprios para que este processo se desenvolva: “*ele dispõe de um território para si, seu quarto, no interior do qual ele faz suas próprias regras*” (SINGLY, 2000, p. 18).

A análise da narrativa dos entrevistados permite concluir que eles não compartilham o sentido homogêneo de filho único como “problemático” e, portanto, buscam não realizar as profecias de que todo filho único será “mimado” e “egoísta”, e percebem que individualismo e consumismo são características comuns aos adolescentes de classe média e média-alta do meio urbano.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão em pesquisa nesta dissertação surgiu a partir das demandas de pais de filhos únicos que me procuraram em meu consultório. Eram pais que estavam em busca de orientação de como educar os filhos únicos, na tentativa de evitar a confirmação dos estereótipos que circulam no senso comum de que filhos únicos são necessariamente egoístas.

Partindo desta demanda, procurei compreender não só o impacto dos estereótipos sobre os filhos únicos, mas também os sentidos construídos para o filho único, não só pelos pais como também pelos próprios filhos. Entrevistei quatro famílias de classe média e média-alta de Belo Horizonte. E o que pude constatar é que estes estereótipos existem sim, pois foram trazidos nas práticas discursivas dos entrevistados, entretanto, foram ressignificados, ou seja, os entrevistados percebem que o comportamento egoísta nem sempre é praticado pelos adolescentes que são filhos únicos, e esta percepção é compartilhada por mães, pais e filhos únicos entrevistados. Eles sustentam que os filhos únicos não são naturalmente egoístas, e que ser ou não egoísta depende da relação estabelecida entre pais e filhos e entre os adolescentes e o grupo social mais amplo composto por primos, colegas e amigos. Além disso, entendem que os comportamentos egoístas refletem o individualismo como valor da sociedade contemporânea.

Foi recorrente em todas as narrativas o estigma de que o filho único é “mimado”. No entanto, este sentido estigmatizado foi por eles ressignificado, quando apontam que esta é uma característica própria dos adolescentes da camada média e média-alta com os quais a família convive.

Podemos entender que esta expressão “mimado” revela que os adolescentes deste grupo social resistem a aceitar limites e não suportam conviver com a frustração. Estas reações parecem ser produzidas nas relações entre pais e filhos. Os pais, tanto no consultório quanto nas entrevistas, relatam suas dificuldades em impor limites aos filhos. Tais dificuldades podem estar associadas à mudança na dinâmica familiar, de uma estrutura rígida e hierárquica para a busca de relações igualitárias e democráticas. Além disso, podemos também supor que a banalização

do discurso psicológico trouxe para estes pais a falsa impressão de que a imposição de limites e frustrações faria mal à saúde psíquica de seus filhos.

Outra desconstrução significativa advinda deste estudo foi a do significado de “egoísta” pelo próprio adolescente. Com exceção de uma filha única entrevistada, os demais filhos únicos não se auto-denominaram pessoas egoístas. Este aspecto somente foi abordado em função da pergunta feita na entrevista sobre o fato de partilharem ou não suas roupas, o computador e o próprio quarto com seus amigos e primos. Eles afirmaram que compartilham estes objetos tranquilamente. Talvez este compartilhamento não os incomode por acontecer esporadicamente. É o que se pode concluir, uma vez que eles afirmaram que teriam muita dificuldade em dividir o próprio quarto com um irmão, pois consideram ser este um espaço de privacidade. Podemos ainda supor que, tendo em vista que estes adolescentes são de classe média e média-alta, dificilmente teriam que dividir o quarto caso tivessem um irmão. Eles convivem com amigos e primos que não são filhos únicos e que raramente dividem seus quartos com os irmãos.

A exclusividade do quarto simboliza, segundo Singly (2000), valores da família na contemporaneidade, que busca socializar seus filhos em direção da autonomia e da individualização. Neste sentido, o quarto próprio torna-se um território exclusivo e livre, onde os adolescentes estabelecem uma fronteira, nem sempre fácil de ser atravessada pelos pais e pelos empregados da casa.

Ressalto que os pais trouxeram em suas práticas discursivas outros estereótipos relacionados ao filho único, tais como “*chantagistas*” e “*dependentes*”, “*chato e birrento*”. No entanto, afirmaram que não encontram no comportamento de seus próprios filhos estas características.

A relação estabelecida entre os pais e os filhos únicos entrevistados para esta pesquisa mostra que estes filhos únicos não são identificados com os estereótipos sociais e, além disso, as famílias não têm tratado como problema o fato de terem apenas um filho.

A breve revisão histórica da família no Brasil feita nesta dissertação possibilita compreender que, para a família higienista, que produziu uma ruptura com os valores coloniais e agrários, bem como para a família das primeiras décadas de urbanização e industrialização brasileiras, ter uma família numerosa era valor e sinal de poder. Na sociedade contemporânea, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000) têm apontado que, sobretudo entre as famílias de

classe média e média-alta do meio urbano, e entre mulheres com maior grau de escolarização, o número de filhos tem diminuído e a idade da primeira gravidez vem subindo. Contribui para esta configuração a inserção das mulheres deste grupo social no espaço público de trabalho, os novos arranjos conjugais, o aumento do número de divórcios, a possibilidade dos divorciados casarem-se novamente, além das novas tecnologias no campo reprodutivo, tanto no que se refere à contracepção quanto à reprodução assistida. Este contexto da sociedade contemporânea também contribui para as famílias compostas por apenas um filho não serem tratadas e nem representadas como problemáticas.

Uma questão recorrente levantada por algumas mães entrevistadas é que lamentam por seus filhos não terem a convivência que elas tiveram com seus irmãos, descrevendo essa convivência como bastante afetiva e prazerosa. Gostariam que seus filhos passassem por esta experiência e se ressentem por não lhes terem dado irmãos para desfrutarem deste convívio. Isto talvez reflita uma culpa por não poderem dar tudo o que gostariam aos filhos, na intenção de promover-lhes o bem-estar. No entanto, suprem esta lacuna propiciando-lhes a convivência com amigos e primos.

Porém este desejo de ter um irmão foi narrado de forma idealizada pelas duas filhas únicas, sendo que gostariam que fosse, e reforçam, do sexo masculino, para não haver uma competição feminina. Um dos entrevistados do sexo masculino queria ter uma irmã, note-se, também do sexo oposto, somente para lhe fazer companhia em alguns momentos, mas imediatamente acrescenta que gosta de sua condição de ser filho único. E o último entrevistado não gostaria de ter nenhum irmão, pois aprecia esta sua condição. Ressalto que foi unânime entre os filhos únicos que queriam ter irmãos a condição de que fossem do sexo oposto. Isto sugere a intenção de permanecerem como filhos únicos.

Os adolescentes entrevistados narraram que têm atribuído o significado de “irmão” aos primos e amigos com os quais convivem. Descreveram esta vivência como amistosa, sendo percebido em suas narrativas os benefícios, dentre eles o exercício do compartilhamento de experiências, objetos pessoais e as negociações que a convivência próxima propicia, o que parece ter-lhes possibilitado o afastamento do estereótipo de “egoísta”.

Um dos entrevistados destacou que o convívio com os primos e amigos é melhor do que com irmãos por não terem contato diário, uma vez que não moram na mesma casa, evitando brigas e conflitos.

Os entrevistados ressaltaram a importância da escola como um local em que puderam conviver com outras crianças, considerando que foi importante em seu processo de socialização.

É possível concluir que, embora os estereótipos sobre os filhos únicos estejam presentes na narrativa dos pais e filhos, eles não são os únicos sentidos atribuídos aos filhos únicos, ao contrário, estes sentidos foram ressignificados. As famílias mostraram com suas narrativas que a qualidade das relações estabelecidas entre pais e filhos é capaz de superar tais estereótipos.

As famílias entrevistadas mostraram como é importante a convivência dos filhos com pares da mesma idade e ressaltaram a importância da escola, dos amigos, dos primos. Ou seja, o fato de não ter irmãos não torna os filhos únicos pessoas solitárias, pois eles mostram que elegem entre os amigos e os primos aqueles que farão o papel de irmãos.

Pude perceber muitas vezes, através das entrevistas, que os comportamentos estereotipados de “egoísmo” e de “baixa tolerância à frustração” são o resultado da dificuldade dos pais em colocar limites claros para os filhos, e não da condição de filhos únicos.

Termino esta pesquisa ressaltando a riqueza e a precisão da narrativa de um dos pais entrevistados, quando fala e ressignifica os estereótipos sociais acerca do filho único: *“A gente sabe que tem, mas tem um pouco de mito também. Tudo se atribuir a isto quando na verdade muitas vezes são características individuais mesmo, formas de pensar, entendeu?”*

Pode ser observado nesta pesquisa que imputar aos filhos únicos comportamentos estereotipados e generalizados é um reducionismo que não cabe mais na pós-modernidade. Este é um momento histórico marcado pela particularidade e não pela generalização.

REFERÊNCIAS

ANDRADOS, Isabel. Filho único. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, v.18, n.3, p.61-70, 1966.

ALMEIDA, Angela Mendes de. Notas sobre a família no Brasil. In: ALMEIDA, Angela Mendes de. **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRJ, 1987. p. 53-66.

ANDERSON, HARLENE; GOOLISHIAN, Anderson. O cliente é o especialista: a abordagem do não conhecer. In: MCNAMEE, Sheila e GERGEN, Kenneth J. (Org.) **A terapia como construção social**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. Cap. 2, p. 34-50.

ARIÈS, Phillipe. Da família medieval à família moderna. In: ARIÈS, Phillipe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 26. ed. Petrópolis: 1985.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1983.

DINIZ, Maria Lucia Vissoto Paiva. **Estereótipo na mídia: doxa ou ruptura**. Unesp, 2002. Disponível em: <<http://webmail.faac.unesp.br/~mldiniz/publicacoes/artigo016.html>>. Acesso em: 12 jun. 2006.

DUMONT, Louis. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

FRANCO, Maria L. P. Barbosa. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 18 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

FRUGGERI, Laura. O processo terapêutico como construção social da mudança. In: MCNAMEE, Sheila e GERGEN, Kenneth J. (Org.) **A terapia como construção social**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. Cap.3, p.51-65.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASCH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1997. Cap. 2, p.73-133.

GOOLISHIAN, Harold; ANDERSON, Harlene. Narrativa e *self*: alguns dilemas pós-modernos da psicoterapia. In: SCHNITMAN, Dora Fried (Org.) **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. Cap.10, p.192-199.

GRANDESSO, Marilene A. **Sobre a reconstrução do significado: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://www.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/primeiros_resultados_amostra/grandes_regioes/pdf/tabela_2_8_1.pdf> Acesso em: 16 out. 2004.

KEHL, Maria Rita. Em defesa da família tentacular. In: GROENINGA, Giselle Câmara; PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Org.). **Direito de família e psicanálise: rumo a uma nova epistemologia**. Rio de Janeiro: Imago, 2003. p.163-176.

LASCH, Christopher. Prefácio. **A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio**. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

MACHADO, Roberto et al. **Danação da norma: medicina social e constituição psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978

MATURANA, H. R.; VARELA F. G. **A árvore do conhecimento humano: as bases biológicas do entendimento humano**. Campinas: Editorial Psy II, 1995.

MEYNCKENS-FOUREZ, Murriel. Fratria: perspectivas históricas e societais. In: TILMANS-OSTYN, Edith; MEYNCKENS-FOUREZ, Murriel.(Org.) **Os recursos da fratria**. Belo Horizonte, ArteSã, 2000. Cap. 1, p. 3-17.

MINUCHIN, Salvador; FISHMAN, H. Charles. **Técnicas de terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed, 1990.

MOREIRA, Maria Ignez Costa. **Gravidez e identidade do casal**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

PARSEVAL, Geneviève Delaisi de. **A parte do pai**. Porto Alegre: L& PM, 1986.

PIAGET, Jean. **A construção do real na criança**. São Paulo: Ática, 1996.

POMPÉIA, Raul. **O ateneu**. São Paulo: Paulus, 2004.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. **Novas formações familiares**: uma leitura institucionalista. 1996. 171f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

RAUTER, Cristina. Homem-mulher: reflexões psicopolíticas. In: POIAN, Carmen da.(Org.) **Homem-mulher**: abordagens sociais e psicanalíticas. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1987, p.21-32.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SINGLY, François de. A sociologia da família na França nos últimos trinta anos. **Interseções**: Revista de Estudos Interdisciplinares, UERJ. Rio de Janeiro, ano 3. N.2. p. 31-44. jul./dez. 2001.

SINGLY, François de. Prefácio O nascimento do “indivíduo individualizado” e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: PEIXOTO, Clarice E. ; CICCHELLI, Vincenzo; SINGLY, François de (Org.) **Família e individuação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p.13-19.

SINGLY, François de. À la découverte de l'enfant. Les nouvelles normes de l'éducation. In: SINGLY, François de. **Le soi, le couple et la famille**. Paris: Éditions Nathan, 1996. p. 107-154.

SPINK, Mary Jane (Org.) **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SPINK, Mary Jane Paris; GIMENES, Maria da Glória G. Práticas discursivas e produção de sentido: apontamentos metodológicos para a análise de discursos sobre a saúde e a doença. **Saúde e Sociedade** v.3, n.2, p.149-171, 1994.

STENGEL, Márcia. **Tradições, contradições, transformações**: a família na ótica de pais de adolescentes. 2004. 246 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

TAVARES, Marcelo B.; FUCHS, Felipe Costa; DILIGENTI, Felipe *et al.* Características de comportamento do filho único vs filho primogênito e não primogênito. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 26, n. 1, mar. 2004.

VAITSMAN, Jeni. A perspectiva histórica. In: VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e plurais**: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. Cap. 1, p.27-52.

APÊNDICE A. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Pró-reitoria de Pesquisa e de Pós-graduação

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

N.º Registro CEP:

Título do Projeto: OS SENTIDOS DO FILHO ÚNICO NA NARRATIVA DAS FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS

Após a leitura deste termo de consentimento, se você tiver alguma dúvida, esta será esclarecida pela pesquisadora..

1) Introdução

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “OS SENTIDOS CONSTRUÍDOS PARA O FILHO ÚNICO NA NARRATIVA DAS FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS DE CLASSE MÉDIA E MÉDIA-ALTA EM BELO HORIZIONTE” que está sendo desenvolvida pela mestranda Ana Carolina Morici, sob a orientação da Prof. Dra. Maria Ignez Costa Moreira, no Mestrado em Psicologia da PUC Minas. Para participar desta pesquisa, é importante que leia estas informações que seguem:

Você foi indicado por pessoas do seu convívio, com as quais estabeleço relações profissionais. Sua participação não é obrigatória e, caso consinta em fazer parte da pesquisa, você pode desistir de participar dela a qualquer momento e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. É preciso entender a natureza e os riscos da sua participação para dar seu consentimento livre e esclarecido por escrito.

2) Objetivo

O objetivo deste estudo é pesquisar os sentidos que os pais atribuem ao filho único e os sentidos construídos pelos adolescentes que são filhos únicos.

3) Procedimentos do Estudo

Se concordar em participar desta pesquisa, você será solicitado(a) a conceder uma entrevista semi-estruturada à mestranda Ana Carolina Morici.

4) Caráter Confidencial dos Registros

A entrevista semi-estruturada será gravada para manter a fidelidade das informações. Posteriormente, estas informações serão transcritas para a análise, e as fitas serão arquivadas em local seguro, onde somente a pesquisadora terá acesso. Não será feita nenhuma menção à sua identidade na dissertação. Quando houver a necessidade de expor as informações dadas por você, seu nome será substituído por outro, fictício, para preservar sua identidade.

5) Riscos e desconfortos

Acredita-se que os riscos e desconfortos de sua participação sejam mínimos, pois, como se trata de uma entrevista semi-estruturada, você falará livremente, poderá se calar ou não responder às perguntas que julgar indesejáveis. Caso algum desconforto seja causado pela entrevista, manifeste-se e esta será interrompida. Se tiver disponibilidade e deseje continuar participando da pesquisa, uma nova data será marcada.

6) Benefícios

A participação na pesquisa não lhe acarretará gastos ou ganhos financeiros. Os benefícios que esta pesquisa pode trazer a você seriam as oportunidades da expressão de sua vivência e sentimentos em relação à experiência de ser pai ou mãe de um filho único. E no caso do filho, a expressão de sua experiência de ser filho único. Outro benefício de sua contribuição com esta pesquisa é a construção de conhecimento que permita melhor compreender a dinâmica da família contemporânea, especialmente daquelas formadas com um filho único.

7) Para obter informações adicionais

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, Ana Carolina Morici – tel 3293-8288 ou 3261-6922 – Av. Dom Gaspar, 500 Prédio 12 - 3º andar – Coração Eucarístico – Belo Horizonte – MG – Cep: 30.535-610, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Caso você venha a sofrer uma reação adversa ou danos relacionados ao estudo, ou tenha mais perguntas sobre o estudo, por favor, ligue para Dra. Maria Ignez Costa Moreira (Orientadora da Mestranda Ana Carolina Morici) no telefone 3319-4568 ou 3319-4569, à Av. Dom Gaspar, 500 Prédio 12 - 3º andar – Coração Eucarístico – Belo Horizonte – MG – Cep: 30.535-610

Se você tiver perguntas com relação a seus direitos como participante do estudo clínico, você também poderá contatar uma terceira parte/pessoa, que não participa desta pesquisa, Heloísio de Resende Leite, Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da Instituição, no telefone 3319-4517, à Av. Dom José Gaspar, 500 - Fones: 319-4229 e 319.4230 - Fax: 319-4229; CEP 30535.610 - Belo Horizonte - Minas Gerais – Brasil.

e-mail: proppg@pucminas.br e pesquisa@pucminas.br

Pró-reitoria de Pesquisa e de Pós-graduação

8) Declaração de consentimento

Li as informações contidas neste documento antes de assinar este termo de consentimento. Declaro que fui informado(a) sobre os procedimentos metodológicos que serão utilizados nesta pesquisa. Declaro que tive tempo suficiente para ler e entender as informações acima. Declaro também que toda a linguagem técnica utilizada na descrição deste estudo de pesquisa foi satisfatoriamente explicada e que recebi respostas para todas as minhas dúvidas. Confirmo também que recebi uma cópia deste formulário.

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo.

Nome do participante

Nome do participante e dos responsáveis legais

____/____/_____
Data

Atesto que expliquei cuidadosamente a natureza e o objetivo deste estudo, os possíveis riscos e benefícios da participação no mesmo, junto ao participante e/ou seu representante autorizado. Acredito que o participante e/ou seu representante recebeu todas as informações necessárias, que foram fornecidas em linguagem adequada e compreensível e que ele/ela compreendeu essa explicação.

ANA CAROLINA MORICI

____/____/_____
Data

Av. Dom José Gaspar, 500 - Fones: 319-4229 e 319.4230 - Fax: 319-4229
CEP 30535.610 - Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil
e-mail: proppg@pucminas.br e pesquisa@pucminas.br

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

ENTREVISTA COM OS PAIS

Nome

Data de Nascimento

Data da entrevista

Profissão

Formação

- Você se imaginava, quando jovem, que um dia se tornaria pai/mãe ? O que você imaginava? Quantos filhos você imaginava que teria? Homens ou mulheres?
- O que aconteceu que o levou a ter somente um filho?
- Gostaria que você me falasse da experiência de ser de ser pai/mãe de filho único.
- Você acha que tem alguma diferença entre filho único homem/mulher?
- Como você vê o seu filho, no sentido dele ser único?
- Como você percebe que as pessoas te vêem como pai/mãe de filho único?
- Com relação à educação de seu filho, o que você prioriza? Como ela se dá? Estão encontrando alguma dificuldade? Com quem partilha as dificuldades?
- Como você me descreveria a sua relação com seu filho(a)?
- Gostaria de falar algo que não lhe tenha perguntado e que julgue importante dizer?

ENTREVISTA COM O FILHO ÚNICO

Nome

Data da Entrevista

Data de Nascimento

Escolaridade

- Você tem amigos que também são filhos únicos? Vocês comentam sobre isto?
- Você tem amigos que têm irmãos, o que você acha da família deles?
- Você tem primos? Como você se relaciona com eles?
- Você tem o hábito de dormir na casa dos amigos, dos primos? Se vem alguém de seu relacionamento dormir na sua casa, e não traz roupa para dormir, como você faz?
- (Para meninas) Quando você e suas amigas vão para uma festa, você vai para a casa delas se aprontar? E quando uma delas vai para a sua casa e gosta de uma roupa que você tem e lhe pede emprestada...
- Na escola ou em outra situação/lugar, quando as pessoas ficam sabendo que você é filho único, como elas passam a tratar você, elas mudam?
- E para você, como é esta experiência de ser filho único.
- Você me falou de um amigo que você tem. Como é a mãe dele? E o pai?
- E como é a sua relação com seu pai/mãe?
- Você imagina como seria ter irmãos?
- Acha que a relação entre você e seu pai/mãe, seria diferente se você tivesse irmãos? Em quê?
- Gostaria de me falar que não lhe tenha perguntado e que julgue importante dizer?

APÊNDICE C – QUADROS

MEMBROS DA FAMÍLIA	IDADE	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO/OCUPAÇÃO	ESTADO CIVIL
PAI Pedro	46 anos	Superior: Eng. Mecânico MBA	Diretor Comercial	Casado
MÃE Marília	46 anos	Superior: Eng. Civil MBA	Gestora Econômica	Casada
FILHA Alice	15 anos	1º ano 2º Grau	Estudante	Solteira

Quadro 5: Dados de identificação da Família 1

PATERNIDADE	TER SOMENTE UM FILHO	FILHO ÚNICO NÃO ESTEREOTIPADO	EDUCAÇÃO
Eu tenho uma preocupação da gente não jogar uma carga muito grande nela.(...) eu sou “duma” família de quatro irmãos. Terceiro, então eu já peguei uma fase de pouco peso dos pais, né? E eu sei que os mais velhos sentiram um peso um pouco maior. (...)mas ela é muito, ela argumenta muito bem, ela gosta de discutir os pontos, e tal, entendeu? Às vezes eu acelero junto, a gente tem... às vezes eu “abro os pés” e tudo, mas vai, vai, flui muito bem. Tem nenhuma briga de ficar de mau um com o outro, ou uns dias, de um reclamar com o outro. Ela reclamar de mim com a mãe, essas coisas não têm não. (...)Quando ela ficou de castigo um fim-de-semana, ela ficou assim, dócil, gostando, curtindo, entendeu? (risos) Ela ficou muito na dela, sabe?	Foi muito pelo acaso, quer dizer, não foi, não objetivamos ter uma... uma filha única e também num... não tinha nada pensado. Nós tivemos a Alice, e... depois procuramos um momento mais, de vida mais fácil para ter o segundo tudo, aí não veio e aí ficou e, o tempo foi passando e... ficou praticamente a Alice. Eu imaginava uma família maior, uma família “duns” três filhos, dois filhos, meio bagunçada, meio “italianona”. Esse era na minha imagem de... de família, né? (...) Mas ela supre muito bem a... o espaço de filho, quer dizer num não tem nenhuma necessidade de ter um segundo ou um terceiro para me realizar como pai não, ela supre perfeitamente bem.	Nada de, de anormal não. O fato dela ser única... Não, dela ser estragada e tal, não num... num vejo nenhum comentário não. Então neste sentido é que eu digo, se ela está buscando desafio, deixe eu abrir as portas para que ela encontre os desafios legais e tal. É mais nesta linha. Não pelo fato dela ser filha única. E por outro lado... a nossa vida gira também muito em função dela, mas eu acho que não é por ser filha única. Então a gente segue um pouco. Mas eu acho que não é o fato de ser filha única. Com os filhos, eu acho que a gente acaba tendo que ... se adaptar ao programa deles, né? Tem hora que ela dá umas... umas osciladas assim de temperamento normal da adolescência.	Eu preocupo com a educação dela, dela ter uma, uma educação bastante diversificada... e que ela procure o que ela quiser, mas que ela, o que ela procure, ela procure do melhor, entendeu? Então por exemplo, não acho que ela tem que ser médico, dentista, psicólogo do jeito que for, não. O que ela for fazer, eu acho que... que ela tem toda liberdade e deveria buscar aquilo que ela se sinta feliz, mas eu gostaria que o quê ela buscasse, ela buscasse num nível muito alto. Então quer mexer com artes? Vai estudar lá no museu Bruit News ou vai, vai ser alguma coisa num nível legal naquilo que ela escolher, né?

Quadro 6: Quadro de categorias da entrevista de Pedro – Pai da Família 1

MATERNIDADE	TER SOMENTE UM FILHO	FILHO ÚNICO	ESTEREÓTIPO DE FILHO ÚNICO	SOCIALIZAÇÃO
Quando eu era menininha eu sempre brincava de casinha e tinha boneca, que eu queria ser mãe. Mas depois passou um tempo na minha vida que não. Não queria ser mãe, queria estudar... e me dedicar ao estudo, estudar fora e só pensava numa carreira sem marido e sem filho. Não, não, nunca fui assim aquela sonhadora, quero ter um filho... Quem me levou a ter um filho foi o casamento. Mas eu não tinha nenhuma "fissura" assim por filho, mas também não queria assim não ter filhos. O filho é uma coisa que ia acontecer naturalmente. O Pedro (esposo) já queria mais um filho. Aliás eu acho que ser mãe é muito difícil. Você erra muito e tudo, então eu já botei na minha cabeça que ser mãe é quando você ama "tá" tudo muito bem.	(...) mas assim nada, eu não "num" tinha aquela definição: vou ter um filho só! De jeito nenhum. Mas também não tinha, voltei a tomar pílula. Aí passado alguns anos, dois, três anos, o Pedro "vão ter outro filho", ah não sei se vamos ter, ah vão ter, parei de tomar pílula. Acontece que não veio o outro filho... (...) "mas se você quer mesmo ter um filho, o Pedro tem que fazer uns exames e você tem que fazer um tratamento"(relato da fala da médica) Eu falei assim, ah este negócio de fazer tratamento (...)Não, já tenho um filho, já está ótimo. (...)E aí, não veio. (...)nós mudamos para o Exterior, aí eu voltei a tomar pílula, porque eu falei assim, não é aqui no Exterior que eu vou ter outro filho. Aí não parei mais de tomar pílula, porque aí não é idade mais de ter filho. (risos)	E eu acho que ela é realmente uma filha única(...) Tudo nosso é canalizado para ela. Num, não tem divisão, agora tem, tem a cachorrinha. (risos)Mais assim, é tudo para ela. Entendeu, a roupa é para ela, a melhor escola é para ela, eu quero que ela aprenda inglês, é ela. É. Mas o filho único é sempre o filho único e a gente sempre, prá nós, os pais de filho únicos, eles sempre são os "mais mais".(...) Mais em tudo, os mais bonitos, os mais inteligentes, os melhores em matemática, os melhores em física, é... Porque a gente não tem comparação. Também é o mais respondão, é o mais chato, é o "mais mais". Será que ela sabe dividir? Acho que não sei, porque esta experiência ela não tem que passar.	(...)que a gente fala, como que é, ela é dengosinha, é! (...)Adoro bajular e fazer tudo pra ela, pro meu marido, pra cachorra. (risos) A cachorra é a maior filha única. (...) mas eu não sei se por mim ou se por ele. Ou se pelo fato de ser filho único. Como eu te falei, eu acho que qualquer filho meu seria assim, não é... ela que é filha única. (...)Eu... e hoje em dia, a tendência, ela já está com quinze anos, ela, não quer muito ficar com os pais, então penso: férias? Ah então "vão" procurar alguma coisa que ela goste, onde estejam os amigos, quer dizer, tudo vai ser para ela. E eu acho que é uma fase, porque todo mundo passa por essa, acho até que é normal, e se ela quiser ficar só com a gente é que está errado.	(...) eu fiz questão, né, primeiro ano de aniversário... eu chamei todo mundo da sala dela, fiz questão que viessem todos e tal, mas assim, ela tinha as amiguinhas dela, elas iam lá em casa, faziam a "soirée do pijama", aquelas coisas todas, eu sempre procurei levar muita gente lá para a casa(...) E, mas eu já levei outras sobrinhas, quando ela era pequenininha, que era...

Quadro 7: Quadro de categorias da entrevista de Marília – Mãe da Família 1

DIVIDIR	PRIMOS NO PAPEL DE IRMÃO	IRMÃO IDEALIZADO	DESFOCAR A ATENÇÃO	SER FILHA ÚNICA
Ah, eu combinei com ela, a gente é irmã de roupa, tá entendendo? Eu pego tudo que eu quiser no armário dela e ela pega tudo o que ela quiser no meu. Aí então ... o meu armário... é praticamente o dela, ela pega o que ela quiser. Ah, se não for a roupa que eu for usar, eu empresto...(riu) (para as amigas) Ah, eu não tenho que dividir meu quarto (tossiu) com ninguém ... (...) e... eu tenho meus pais só para mim. A gente pode viajar mais, né, porque como é uma só... uma filha, fica mais barato, a gente viaja muito mais. Ah tipo, é coisa muito legal (riu)	Eu tenho uma prima que tem a minha idade, eu sou um mês mais velha que ela, aí ela é feito uma irmã (riu). E... eu tenho... sei lá, eu, eu gosto muito dos meus primos. Eh, são meio que...talvez um pouco meus irmãos, sabe assim?... Eh... eles estão sempre lá para o que eu precisar sabe e... tudo que eu quiser eu posso perguntar para ele entendeu? É... mais ou menos assim (riu).	Aí toda hora a gente falava: “ah eu quero ter um irmão mais velho feito a Andréa”, sabe? Porque o irmão da Andréa era perfeito, ele. Tipo fofo, legal, inteligente, que ajuda... com os deveres, ajuda com tudo. Ah, que seria bem mais fácil ter um irmão mais velho. Ah, na escola, pra sei lá... Meus pais mudam muito de cidade. Aí eu... meio que não tem um...na escola ninguém eu conheço, nenhum irmão e nem nada e tal, meio chato... (riu) Eu ia brigar muito se fosse mulher (riu). Ah, roupa... computador, tudo! Ah, seria menos, pelo menos. (Menos brigas se fosse irmão ao invés de irmã) Aí se eu tivesse uma irmã mais nova, a irmã mais nova ia ser extremamente mimada. (riu) Ah, me dá aflição.	E os pais são mais acostumados, sabe, quando tem um irmão mais velho? Aí pega menos no seu pé. Ah, eu percebo isto por causa da Babi, o cachorro, né? Porque quando eu parei de falar este tipo de coisa com a minha mãe e tudo, a gente comprou um cachorro, um pequeno cachorro. Mais ou menos coincidiu a mesma época, você entendeu? E aí, minha mãe... amou o cachorro. (risos) O cachorro é minha irmã, tá entendendo? (risos) Aí, como eu não deixo a minha mãe ficar toda hora assim comigo, minha mãe fica assim com o cachorro. Ah, as expectativas são sempre maiores, né, que tipo, meus pais estão sempre cobrando muito mais de mim, sabe?	Ah, eu sou mimada, né? (...) às vezes eu percebo que sou um pouco chata, mas... Ah, sei lá, quando eu quero alguma coisa eu realmente quero, sabe? Varia muito, depende... eu tenho uma amiga que não é filha única, tipo é super mimada também, né? Varia, depende da família, sabe? (...) as pessoas só descobrem que eu sou filha única lá... ah depois. Nunca reparei nada não. Quando eu era pequena, eles ficavam brincando comigo: aí, então você deve ser mimada e tudo, eh, brincadeira, sabe?

Quadro 8: Quadro de categorias da entrevista de Alice – Filha da Família 1

MEMBROS DA FAMÍLIA	IDADE	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO/OCUPAÇÃO	ESTADO CIVIL
MÃE Mércia	49 anos	Superior: Enfermagem	Chefe do Setor de Enfermagem	Solteira
FILHA Adriana	17 anos	3° ano 2° grau	Estudante	Solteira

Quadro 9: Dados de identificação da Família 2

MATERNIDADE	FILHO ÚNICO	RELAÇÃO INTERMEDIADA	EDUCAÇÃO
E ser mãe de filha única é, você nunca vai ter um segundo momento, uma segunda chance “para”, né? Quando você tem mais de um filho, (...) talvez as coisas em que eu entendesse que não fiz da forma adequada com Adriana, faria diferente com o outro(...). Então, é.. é uma coisa... é, é é um desafio, é... dá muita angústia. É... não acertei no sentido que assim, primeiro eu sou sozinha, né? Acho que Adriana colocou isso, penso que tenha colocado isso na entrevista dela, então, somos só eu e ela, e, e, aí você fica sem muito, você não tem nenhum sensor pra te dizer “você passou dos limites pra mais ou pra menos”, né? Eu sempre tive que trabalhar e fiquei fora tempo demais. Eu acho que assim, fiquei mais do que eu poderia, não é nem do que gostaria. Porque, claro que eu gostaria de ter acompanhado tudo. Não acompanhei. Adriana foi criada, né, pelas pessoas que trabalharam conosco. (...)lógico que quando ela era mais nova, tinha assim, “nó, mas, você não vai ter outro filho?”,	(...) e as, as reações dela eram assim, de tristeza, sabe? De incompreensão, de se sentir sozinha. Eu acho que se ela não fosse filha única, talvez, ELA pudesse é, é, é, a palavra veio, se aliviar tá? Compartilhar com um irmão ou uma irmã tá? Não sei. Pra mim acho que a coisa mais, forte no filho único, pra mim é, é, é, sozinho. Sabe? É alguém, é isso, é não ter com quem compartilhar e aí não tem jeito não né? (...) o que que vem, acho que é solidão, sozinho. Ela teria alguém para ser a companhia dela, sabe? Ou não, mas, a princípio né, os irmãos, eu acho que eles se ajudam, né?	(...)eu não tenho um sensor, então, assim, a, o meu trânsito é livre até a hora que eu vou colidir em alguma coisa. E como é que, minha mãe por perto, será que, eu criei essa expectativa, será que com a minha mãe por perto agora, alguém vai dizer pra mim que eu estou exagerando, sabe? (...)quando ela mais nova eu tive é, esses ímpetos, inclusive de adotar uma criança e tudo, foi muito no sentido de que ela pudesse ter alguém por ela, sabe assim, eu estava tentando encontrar um defensor pra ela. Que ela não teve. (...) não é Adriana ser filha única, é Adriana não ter mais ninguém, ou eu não ter mais ninguém, nós precisávamos ter uma terceira pessoa, tá? Que pudesse trazer algum equilíbrio para a relação. Mas eu acho que a nossa relação familiar, ela é uma relação que ela é quebrada pela falta dessa terceira pessoa, sabe? Se talvez, por exemplo, minha família morasse mais perto, né? A gente poderia ter, algum outro tipo de, de, de, de filtro. Mas é a gente e ninguém mais, é eu e ela.	Porque a minha vontade era dar dois berros com ela, tipo assim “se mexe”, mas assim, aí minha mãe interfere, e aí eu estou quieta. Eu falei pra ela “está certo?”, eu falei pra ela assim “Você vai ter que decidir, porque se você não vai pra academia, você não estuda, sabe, diz que vai fazer vestibular”, sabe assim, aí eu dei uma apertada nela. Então assim, eu estou tentando usar da minha autoridade com ela, no sentido de que, “olha, presta atenção no que você está fazendo”, né? Então, eu acho assim, eu tenho tentado hoje ser mais coerente com, até com aquilo que eu percebo, tipo assim, quando eu consigo perceber que eu exagerei em alguma coisa, eu tento rever como é que é fazer de uma forma melhor, né? E tento, é, é, é, buscar alguma coisa que possa ser recuperada, né?

Quadro 10: Quadro de categorias da entrevista de Mércia – Mãe da Família 2

DIVIDIR	DESFOCANDO A ATENÇÃO	IRMÃO IDEALIZADO	AFETO EXCLUSIVO	INDIVIDUALIZAÇÃO
(...) como eu sou filha única, minha mãe sempre foi muito protetora, eu sou meio egoísta, e sou muito ciumenta também. Eu não aceito, dividir amigo, sabe? (...)eu sou muito egoísta assim, eu não gosto que, por exemplo, minhas coisas estão em cima da mesa, eu não gosto que pega, eu não gosto que ninguém mexe comigo, mexe em nada que é meu. (...) ela não sabia dizer não, então, se alguém queria mexer em alguma coisa, ela não ia lá e falava “não deixa e tal” ela desviava o assunto, entendeu? (...) e eu fiquei muito assim, isso é meu! Ela num, tipo assim, ela nunca exigiu, eu nunca, nunca foi exigido de mim que eu dividisse alguma coisa, eu sempre tinha as MINHAS coisas, eu nunca precisei que essas coisas fossem de mais ninguém. Então entendeu, eu tinha o MEU copo, o MEU quarto, o MEU TUDO, tudo é meu, então você acaba ficando assim, você não gosta que as pessoas mexam nas suas coisas.	(...) ia ser diferente, porque minha mãe ia ser mais assim, principalmente se fosse um irmão mais velho, porque quando é primeiro filho, você tipo assim, cerca de cuidados, aí quando é o segundo, você já está mais assim, você já sabe mais ou menos o que tem que fazer, entendeu? Mesmo que as pessoas sejam diferentes, então, acho que, se fosse um irmão mais velho ela seria menos protetora comigo, ela seria mais assim, mais tranquila. (...) Ah, eu botava a culpa nele, e ela brigava com ele. (...) Se fosse um irmão mais novo ela seria mais protetora comigo, mas ela, teria cuidados assim, diferentes, sabe? Acho que a gente teria, a gente brigaria menos, porque ela estaria perdendo tempo brigando com ele, e eu com certeza ia jogar a culpa nele. É aí tipo assim, eu ia deixar tipo ela, brigar com ele. Até porque eu ia defender, aquela coisa, irmão unidos contra os pais. É. Nossa, eu ia falar mal demais dele com ela, muito cruel. Eu falo muito mal assim, ia ser legal ter um irmão aqui agora.	eu sou trancosa,(...) eu falo umas coisas assim que o povo não gosta. Mas eu tenho poucos amigos, porque custa, eu assusto as pessoas a primeira vista. Eu acho que se eu tivesse um irmão isso seria menor, porque você tem que conviver (...) (...)com adulto, eu consigo conversar muito bem, com adolescente assim, eu fico muito, eu falo muita besteira, entendeu?(...)com criança eu tenho vontade de espancar. (...)eu daria mais conta de conversar com ele, dar conta com esse irmão assim. Irmão homem. Mulher não, pelo amor de Deus. Ela pegaria minhas roupas emprestadas, ela ia querer mexer no computador, ela poderia ser mais bonita do que eu, e acabar catando os caras que eu quero. Não. (...) e se eu tivesse irmão também, eu seria menos assim, possessiva com as minhas coisas, sabe? E também minha mãe teria que falar mais “não”, porque,(...) ela não teria nem condição de manter dois iguais. Eu acho que eu não estudaria numa escola igual eu estudo, sabe?	(...)eu não poderia fazer tudo o que eu faço, às vezes numa festa eu ia querer ir, mas, minha mãe tem que levar meu irmão em algum lugar, aí não poderia levar os dois. Eu acho que seria muito complicado de conciliar, e eu não gosto de pensar que, tipo, a minha mãe não poderia fazer isso pra mim. (...) por exemplo “mãe, eu tenho uma festa em tal lugar”(...) “eu vou precisar que você me busque”, Agora se eu tivesse um irmão “ah, mas, eu não posso, seu irmão tem judô, aí eu não posso te buscar, então ou você volta mais cedo, ou você espera seu irmão terminar o judô”. Então, eu acho que eu ficaria muito assim, putz, eu sou muito assim, a pessoa não faz essa coisa pra mim, porque será que ela não pode, será que é porque ela não gosta de mim. (...)aí eu ia achar, tipo, minha mãe está dando mais preferência pro meu irmão, sabe? Ia ser complicado, se eu tivesse um irmão agora entendeu? Mas, se eu tivesse desde antes, eu acho que você vai se acostumando assim, você vai crescendo juntos.	Eu não tinha nenhum problema, tipo assim, dela estar na minha cama. Isso não tinha nenhum problema não, mas, ela tava no meu quarto e ela falava que era o quarto dela, e eu queria esganar ela por causa disso, porque é MEU quarto, MINHAS coisas, sabe? (...)só que eu sinto meu quarto como um lugar assim meu, entendeu? São as minhas normas lá dentro, eu mando lá dentro, então tipo assim, quando alguém chega assim no meu quarto vai dormir, sei lá, dez horas da noite, quando eu quero ficar até 2 horas da manhã no computador e eu não posso porque tem alguém dormindo, eu ficava meio assim sabe? (...)quando eu fico com muita raiva eu quero me isolar, tem hora que eu quero, tipo assim, fechar a porta do meu quarto e esquecer que existe mundo além do meu quarto. E, o quarto da minha mãe eu não entro assim, que não tem nada pra fazer lá, assim. (...)é o canto da minha mãe, eu tenho medo de tirar alguma coisa, deixar uma porta aberta, porque ela tem problema com porta aberta.

Quadro 11: Quadro de categorias da entrevista de Adriana – Filha da Família 2

MEMBROS DA FAMÍLIA	IDADE	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO/OCUPAÇÃO	ESTADO CIVIL
PAI Paulo	57 anos	Superior: Médico Pediatria/ Doutor	Professor Universitário DI	Divorciado
MÃE Mara	54 anos	Médica Endocrinologista Pediatria/ Doutora	Professor Universitário DI	Divorciada
FILHO Alexandre	14 anos	8ª série 1º grau	Estudante	Solteiro

Quadro 12: Dados de identificação da Família 3

PATERNIDADE	ESTEREÓTIPO DE FILHO ÚNICO	TER SOMENTE UM FILHO	EDUCAÇÃO
Eu prefiro que a pessoa, talvez pela própria experiência de vida, eu prefiro que ela sofra um pouco, mas que ela tente coisas diferentes, entendeu?(...) Não ser, mediano. Nos seus gostos, nas suas atitudes, nos seus... entendeu? Agora está mais difícil, mas eu sempre incentivei. De gostar de coisas diferentes, de fazer coisas diferentes, entendeu? (...)E eu como, deixo o Alex decidir porque ele já está com quatorze anos, eu deixo ele decidir, não quer, não quer ficar comigo agora, então não fica. Agora essa questão dele ficar indeciso, às vezes eu toco um pouco com ele, mas com muito cuidado, porque eu fico um pouco, fico com um pouco de dó, sabe, dele ficar muito apertado. Eu confio que ele vá, que ele vá conseguir supplantar isso mais pra frente. (...) a necessidade do limite na “Escola XY” é muito interessante, porque não é um limite imposto, regras etc e tal, eles(as crianças) é que fazem as regras.	Mas, no meu caso em especial, eu não vejo muita diferença, que eu possa ter tido porque ele era único. A primeira coisa que eu pensei no que é que as pessoas acham, etc. Eu acho que a primeira coisa que vem a cabeça é superproteção. Que pode haver superproteção. (...)eu não tenho nenhum caso que eu me lembre assim que filho único foi uma coisa... terrível. Não lembro de nada assim, acho que tem um pouco de, tem! A gente sabe que tem, mas tem um pouco de mito também. Tudo se atribuir a isto quando na verdade muitas vezes são características individuais mesmo, formas de pensar, entendeu? E, eu não sinto muito essas diferenças relatadas não. E o comportamento dele também, eu sinto muito também, de muitas vezes chantagem, nada disso, ele é um menino tranquilo, tranquilo.	E o Alex nasceu em 92, então, ela iria fazer, exatamente, 41 anos. Então, ela o teve ela o teve... com 40 anos, caminhando para 41. Sabe? Então, ficava um pouco difícil também, né? É mas, o problema é que nessa época eu e ela estávamos fazendo doutorado, então também ia ser difícil, ela, ela começou a fazer o doutorado em 89, ela engravidou com, porque ela sabia que não podia esperar terminar o doutorado, (riu) senão dançava né? Então, ela... Não, realmente não pensamos em ter outro. Não houve assim, uma decisão clara, mas também não...não...não havia, eu acho que não havia plano, de ter mais outro mais não.	Olha, o que eu priorizo, o que eu acho mais importante é a formação educacional dele, sabe? Consciente no sentido de que era a escola que a gente achava que podia, sob ponto de vista da educação infantil (...)Era o melhor lugar. (...)porque nós, eu, eu tava preferindo o Colégio “AS”, porque eu sei que sob o ponto de vista educacional lá é o melhor, e mais do que isso, uma coisa importante que eu acho do “AS”, as famílias é... os meninos do AS, tem uma condição econômica variável.

Quadro 13: Quadro de categorias da entrevista de Paulo – Pai da Família 3

MATERNIDADE	TER SOMENTE UM FILHO	ESTEREÓTIPO DE FILHO ÚNICO	FILHO ÚNICO	RELAÇÃO COM O FILHO
Eu fui casada nove anos e não quis ter filho, aí me separei, tive um segundo casamento, e nesse eu... foi um projeto assim comum, e aí eu queria muito mesmo. Então assim, eu acho que depende muito é do momento mesmo da gente, porque embora eu nunca tivesse tido assim “ah vou ter um filho, vou ter dois filhos” eu acho que essa idéia sempre existiu assim na minha cabeça(...) porque a maioria das pessoas, quando casa, daí um tempo já começa a pensar “ah vou ter um filho” e tal e isso não fez parte do meu, do meu plano inicialmente. (...) eu achei até bom quando ele veio homem, porque como o pai já tinha uma moça, eu achei que isso seria, seria bom. É, comparações, é, esse tipo de coisa que possa existir entre filho que mora com pai, e filho que não mora, por exemplo, né?	Pensei. (em ter mais um filho). Eu pensei depois que, porque aí, é tal história né? Com o passar do tempo eu já tive o Alex assim, na tábua da beirada né? Então, eu pensei em ter mais, eu cheguei assim, ameacei mesmo engravidar, mas acabei voltando atrás. Por circunstâncias mesmo, que eu acho, eu sou favorável a idéia de que se você tem um filho, você tem que cuidar bem dele. E eu achei que talvez ter outro menino naquele momento ia ser muito apertado pra mim, muito difícil, e eu acabei desistindo, mas, eu acho simpática a idéia de ter mais de um filho.	Eu acho que existe um estereótipo em cima do filho único né? Geralmente o que, o que que todo mundo pensa é que filho único é chato, é birrento, é muito individualista, eu imagino isso assim, é o que, é a imagem que todo mundo tem, né? Eu tenho uma amiga que ela fala assim “seu filho único é bem educado”. Quer dizer, isso aí, está na cara que é um estereótipo que “os filhos únicos são mal educados” né, é óbvio. Então, assim, eu acho que isso existe mesmo, agora, eu nunca tive(...) (...) não é um menino egoísta que não sabe relacionar, dividir, eu não o vejo assim (...) (...) eu não vejo muito assim inconveniente... pelo fato de ele ser único não. Eu tenho quatro irmãos, e é uma vivência muito boa. E isso eu sinto, eu eu sinto que ele não vai ter isso, isso me dói um pouco. Dele não poder ter esse tipo de vivência.	a minha preocupação era mais com ele ficar sozinho. Sozinho assim, não ter irmãos pra dividir, e eu acho que, é claro eu já me preocupei com essa história que, querendo ou não, a sua atenção é só pra ele, pois você só tem ele, não tem jeito. Por mais que você fale, “não, não vou mimar”, mas, a sua atenção é pra ele. O dinheiro que você tem é pra gastar com ele, né? Se você tem dois ou se você tem três, você é obrigada a dividir, então eu acho que, isso não deixa de ser uma preocupação que passa pela cabeça da gente. Será que ele tá ficando muito mimado? Será que ele, quando tiver que, ter os embates aí na vida, ele vai estar preparado pra isso? Porque, dentro de casa, todas as atenções são pra ele, né? (...) eu sempre tentei amenizar essa situação com o fato de que ele tem uma irmã por parte de pai, né?	eu acho que assim depois que eu me separei, que somos nós dois né? Então... (risos) ele está exercendo um pouco esse papel de tomar conta de mim, ele acha. Tem um pouco.(ciúmes) Por exemplo, se eu vou sair, ele expressa “você vai sair? Que horas você vai voltar? Então, esse tipo de, de situação ele num... eu não posso nem colocar pra você porque não existe essa situação neste momento. Agora o ciúme, o ciúme é mais nesse sentido né? De sair, de, mas, claro que assim, é só uma tomada de conta só, nada mais do que isso. (...) é muito carinhoso mesmo, é um menino... assim. E ele trata as pessoas da família também super bem, não é só, não é só comigo não.

Quadro 14: Quadro de categorias da entrevista de Mara – Mãe da Família 3

SER FILHO ÚNICO	IRMÃO IDEALIZADO	AMIGO NO PAPEL DE IRMÃO	DIVIDIR
Eu acho que é a mesma coisa. Porque filho único hoje é uma coisa assim, nem é tão igual antes. Pelo menos eu acho. Então, nunca notei nenhuma diferença não. Ah, eu gosto (de ser filho único) É... mas, de vez em quando ficar sozinho assim é ruim, podia ter alguém.... Mas num... assim, no geral eu gosto bastante. Ah! A gente só fala assim, que a gente não tem irmão pra ficar enchendo o saco da gente.(riu) Que, irmão mais novo principalmente que fica perseguindo a gente, pra onde a gente vai. Mas, é... mas que de vez em quando ia ser legal e tal. Ah! É que, por exemplo, quando a minha mãe vai comprar alguma coisa, tipo, supermercado assim, aí eu posso pedir pra ela alguma coisa, eu tenho preferência, se eu quiser eu posso pedir alguma coisa. Aí, se eu tivesse um irmão cada um ia pedir uma coisa, de vez em quando ia dar discussão. Tipo, é... recebo um pouco mais de atenção também assim.(riu) É basicamente isso.	Gosto. Eu acho que às vezes ter uma irmã assim, ia ser legal pra fazer as coisas, discutir, fazer essas coisas mesmo, mas, às vezes eu acho que ser filho único é bom, eu gosto. É, por exemplo. É... vamos supor que eu queira jogar videogame no computador, alguma coisa assim. Aí tem um parceiro pra jogar assim, é legal. Olha, é, eu acho que, é, eu sei é legal, os irmãos e tal, se eu tivesse. Mas, é, eu provavelmente, eu perco a cabeça muito fácil. Então, e talvez, eu ia me estressar com ele assim, mais facilmente do que meus amigos. Porque meus amigos têm um pouco mais, alguns, têm um pouco mais a cabeça fria do que eu.	Eu tenho um amigo, que eu conheço ele desde... uns 12 anos. Desde os primeiros dias de aula que eu tive em minha vida. Então eu considero ele como se fosse um irmão pra mim. Então eu conheço ele há muito muito tempo. Ele sempre foi meu amigo, sempre fui muito na casa dele, ele sempre veio aqui muito. Ah, nós conversamos muito, nos falamos pelo telefone, bastante... nós trocamos... nós estudamos juntos. Muita coisa.	Eu empresto. (roupas para amigos quando dormem em sua casa) É. Eu, eu sou um dos maiores da minha turma né? Mas, a roupa fica um pouco larga, mas não tem problema. (risos) Se esquece escova de dente tem aqui, pijama... toalha, cobertor. Sempre tem aqui. A mesma coisa na casa deles. Quando eu vou lá, eles sempre...se eu esqueço toalha, tem toalha lá.

Quadro 15: Quadro de categorias da entrevista de Alexandre – Filho da Família 3

MEMBROS DA FAMÍLIA	IDADE	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO/OCUPAÇÃO	ESTADO CIVIL
MÃE Mirian	45 anos	Superior: Dentista	Autônoma	Separada Judicialmente
FILHO Antônio	17 anos	1º ano 2º grau	Estudante	Solteiro

Quadro 16: Dados de identificação da Família 4

MATERNIDADE	TER SOMENTE UM FILHO	FILHO ÚNICO	ESTEREÓTIPO DE FILHO ÚNICO	CIÚMES
Eu acho que de forma geral eu não era uma pessoa assim ligada a ser mãe, e, assim, a partir do momento “estou grávida” foi a melhor coisa da minha vida, né? Fui uma mãezona, de amamentar pra caramba, aí meu leite com três meses, (...)quase secou, (...) foram 16 dias nessa novela, de, tinha alguém que ficar segurando a seringa, uma seringa de injeção com uma sonda nasogástrica, tampava os buraquinhos, então eu amamentava no peito, na hora que acabava o leite eu punha essa seringa e ele continuava sugando no peito esse leite.	(...) graças a Deus que veio sem querer, porque era um casamento complicado, se eu fosse planejar de ter um filho eu acho que nunca, eu iria falar: agora está na hora de ter um filho. O casamento está ruim, você quer separar e aí, era uma coisa, um conflito, e aí eu optei por não ter e sou muito frustrada de ter tido um filho só, muito mesmo. É uma coisa que eu não pensava, não foi uma coisa assim, não, vou ter só ele, foi uma circunstância da minha vida(...)	(...) porque por mais que você fale “eu não quero dar trabalho pro meu filho”, mas tem uma preocupação que não tem como você sair fora disso, né, então eu acho que o peso é muito grande pra um filho. Pela carga, sabe, não estou falando assim de, tô falando a carga de afeto que é muita, mas de, depois obrigações, isso que eu acho que é pesado. A carga de afeto a gente administra, acho que a gente sabe dar uma dosada, né, mas a, a, as obrigações, as responsabilidades no futuro eu acho que são muito pesadas. (...)porque por mais que você fale “eu não quero dar trabalho pro meu filho”, mas tem uma preocupação que não tem como você sair fora disso, né, então eu acho que o peso é muito grande pra um filho. Não tem irmão, gente, nós somos cinco lá em casa, irmão é bom demais. Eu acho uma “sacanagem” ter filho único. Sou radicalmente, eu não recomendo pra ninguém(...)	eu falo que o Antônio não tem característica nenhuma de filho único, ele é um menino virador, sempre se virou sozinho, sabe? Aquele mimadinho, cheio de coisa, eu vejo pelas filhas da minha irmã, que não são filhas únicas, mas que assim, a mãe tem de carregar pra todo lugar, tem de fazer tudo(...) um menino super bem relacionado, que eu acho que não é característica geral de filho único. Se dá bem com todo mundo, com pobre rico, tem papo pra porteiro, pra todo mundo(...) se relaciona muito bem com as pessoas. E... por isso eu acho que não é um comportamento muito comum de filho único. Não tem aquela dependência de mim nem de ninguém, nem do pai dele, nem de mim, se vira	Acho que a relação do filho com a mãe é de posse demais, pelo menos o meu, sabe. Eu acho que se eu tivesse uma filha a relação ia ser totalmente diferente, acho que, muito mais(...) “Antônio, não sou santa, não sou freira (...) mas o Antônio não me dá abertura pra tocar nesse assunto. (...) já teve episódios assim, de, assim, se alguém tá brincando comigo, me abraça, me pega, me, como se ele fosse meu namorado, já teve muitas situações assim. Hoje ele já está mais <i>light</i>, mas era muito complicado, muito! De não admitir mesmo outra pessoa na minha vida, então é difícil. (...)eu não apareci com ninguém, o pai dele também não apareceu com ninguém, então fica essa coisa embolada, que eu acho que não é saudável pra ele, nem pra ninguém.

Quadro 17: Quadro de categorias da entrevista de Mirian – Mãe da Família 4

SER FILHO ÚNICO	AFETO EXCLUSIVO	PRIMOS NO PAPEL DE IRMÃO	INDIVIDUALIZAÇÃO
Ah, pra mim é normal, não vejo muita diferença não. Dos colegas meus que tem irmão e tal, pra mim não tem muita diferença não. Ah, porque tem muita gente que fala que filho único é sozinho, não sei o quê, eu nunca senti isso não. Não, nunca tive vontade (de ter um irmão). Irmão(...)descobre alguma coisa que você fez, aí se você, se você não deixar ele ficar no computador uma hora a mais, ele vai e conta pra sua mãe, o que que você fez, ou pro seu pai. E isso, eu acho que isso tira a intimidade minha com meus pais, se eu tivesse, um irmão, e, não sei porque, por exemplo, eu posso esconder alguma coisa e na hora que eu quiser eu vou lá e conto. Umas cinco que já falaram, mas, assim, eu não me incomodo ser chamado de mimado, mas, eu não me considero não, acho que tem muitas pessoas, muitos irmãos que são muito mais mimados que eu, e eu tenho assim, muita coisa que eu quero eu tenho, mas, não sei se é uma forma de mimo não, acho que isso é condição que meus pais me dão.	Não, esse negócio de atenção, eu acho que tem pra todo mundo. Ao mesmo tempo que a minha mãe pode estar me cobrando, como pode estar me elogiando alguma coisa, ela poderia estar elogiando o meu irmão. Ah, seria, mas assim, eu não sei o que que é, mas, eu não gostaria de ter um irmão, porque não sei, não gostaria de dividir pai e mãe com irmão não, mas, apesar de que, a atenção que ele teria seria a mesma. Acho isso normal, se tivesse seria normal, mas eu prefiro do jeito que é. Ah, não sei, muitos eu acho que tem menos intimidade do que eu tenho com os meus, muitos, a maioria. Não tem a mesma intimidade, de falar tudo que faz. Não, eu acho que essa questão da intimidade que eu acho que eu tenho mais que os meus amigos.	(...)acho principalmente por causa dessa prima minha, que a vida inteira eu, assim, pelo menos eu via ela todo dia. Todo dia eu via ela, aí, acho que eu nunca senti falta não(de um irmão). Acho que eu sempre fui, ah, durante muito tempo eu sempre fui mais família, entendeu? Aí sempre tem primo, prima pra mim, eu não sei o que é ter irmão, mas eu trato como se fosse irmão. Não, não, dormir não é muito de dormir não, mas, saio muito com meu primo, passei assim, minha infância toda eu passei com minha prima assim, muito tempo, viagens, eu sempre viajava com ela, tudo a gente fazia junto. É (como se fosse uma irmã) Ah, muito pouco (brigam), eu acho até melhor assim, porque eu vejo que irmão briga muito. E eu com a minha prima é muito difícil a gente brigar. Eu, minha prima, meus primos, é muito difícil a gente brigar. É. Eu acho que sim, talvez essa distância assim de um não ficar perto do outro toda hora ajuda.	Ah, ia dar briga. Porque eu não gosto muito de dividir as coisas não. Assim, por exemplo, aqui em casa são três quartos, mas um não dá pra dormir mas, aí por exemplo, eu ia ter que dividir quarto com ele, isso eu não sei, não gosto. Eu não ia me sentir bem, dividir o meu quarto com outra pessoa. Acho que o quarto é privacidade e é meu. E esse negócio também da privacidade que você tem, você tem muito mais, sei lá, igual minha mãe sai pra trabalhar, eu vou e fico aqui sozinho em casa, eu acho isso ótimo. Gosto, eu acho isso ótimo (ficar em casa sozinho). Assim, quando eu era mais novo eu não gostava não, mas hoje em dia eu acho isso ótimo. Com um irmão aqui, ia encher o saco. Eu acho interessante essa questão da privacidade, essas coisas assim, eu acho melhor, acho bom ser filho único.

Quadro 18: Quadro de categorias da entrevista de Antônio – Filho da Família 4

ANEXO
FOLHA DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-Graduação
Comitê de Ética em Pesquisa

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2006.

De: Prof. Heloísio de Rezende Leite
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa

Para: Ana Carolina Morici
Mestrado em Psicologia da PUC Minas

Prezado(a) pesquisador(a),

O Projeto de Pesquisa CAAE 0251.0.213.000-05 - "*Os sentidos do filho único na narrativa das famílias contemporâneas*" - foi **aprovado com recomendação** no Comitê de Ética em Pesquisa da PUC Minas.

O CEP PUC Minas recomenda que o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido seja assinado, individualmente, por todos os membros da família entrevistada.

Atenciosamente,

Heloísio de Rezende Leite
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa – PUC Minas

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)